

SONAE - S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Lugar do Espido - Via Norte - 4471- 909 MAIA

Capital Social: Euro 2.000.000.000

C.R.C. Maia - Matrícula nº 14 168

Pessoa Colectiva nº 500 273 170

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

2002

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2002 foi claramente marcado por uma conjuntura mundial desfavorável, para a qual muito contribuíram a instabilidade política, a crescente volatilidade dos mercados e os escândalos na gestão de grandes empresas nos EUA e Europa.

Neste enquadramento, apraz-me registar que nas cinco sub-holdings do Grupo, se verificaram importantes avanços no cumprimento dos objectivos estratégicos a que me referi na minha anterior carta.

Devo contudo reconhecer que a turbulência macro-económica, designadamente na América Latina, teve efeitos que não soubemos prever na sua plenitude, o que veio a comprometer a performance dos vários negócios do Grupo no Brasil, e em certa medida, acentuar o chamado risco Brasil no nosso balanço e na conta de exploração.

Assim, considerando o quase colapso dos mercados de acções e de obrigações em Portugal e a forte contracção verificada nos financiamentos por parte do sistema bancário, a Sonae, embora dispondo de uma boa carteira de projectos para continuar a crescer, assume, que o exercício de 2003 será sobretudo orientado numa óptica de consolidação, com redução no investimento, desinvestimento selectivo em activos não ligados às actividades principais do Grupo e grande concentração de esforços na obtenção de melhorias de eficiência e rentabilidade operacional.

Tal como em 2002, no futuro próximo iremos antes de mais continuar a progredir em termos de libertação de fundos e de redução do nível de endividamento. O facto de a Sonae Indústria, a Modelo Continente, a Sonae Imobiliária, a SonaeCom e a própria Sonae Capital (esta, cada vez mais com características de centro de desenvolvimento de novos negócios), serem hoje empresas de dimensão relevante, com estratégias e actividades bem focadas e, com a respectiva gestão atribuída a equipas de competência comprovada e experiência conhecida, permite-me afirmar que a Sonae deverá ser considerada como um portfolio diversificado de negócios e não como um conglomerado.

Ao longo dos seus 40 anos de existência a Sonae soube desenvolver e aperfeiçoar de forma continuada o seu modelo de governação, de grande transparência para todos os *stakeholders* e que tem permitido garantir a comunhão dos princípios e valores fundamentais da cultura do Grupo, em todo o seu portfolio de negócios.

As dificuldades do exercício de 2002 puseram à prova as nossas capacidades em termos de resiliência, determinação e criatividade. A qualidade, dedicação e grau de motivação da equipa de gestores do Grupo, leva-me a encarar com grande optimismo a continuação da realização do projecto Sonae.

É pois, com serenidade, confiança e ambição fundamentada, que com os nossos clientes, fornecedores e sistema financeiro, iremos prosseguir criando riqueza e, mais e melhor emprego para colaboradores cada vez mais capacitados, responsáveis e criativos, a quem competirá assegurar a perenização da Empresa, confessadamente o meu grande desejo como empresário. E fazê-lo num ambiente de renovação permanente, abraçando projectos inovadores que cativem e mantenham e entusiasmem os gestores/empreendedores que lideram cerca de 60.000 colaboradores em várias partes do Mundo.

Grato mais uma vez pelo contributo de todos aqueles que com a sua dedicação e competência têm vindo a construir o Grupo Sonae, aqui deixo o registo do meu sentido reconhecimento e expresso a minha convicção que assim vamos continuar criando riqueza e emprego num clima socialmente harmonioso e ambientalmente responsável.

Maia, 12 de Março de 2003

Belmiro de Azevedo

Sonae SGPS, SA - Sociedade Aberta
Lugar do Espido Via Norte Apartado 1011
4471-909 Maia Portugal
Capital Social Euro 2 000 000 000,00
C.R.C. Maia (Matricula n.º 14168)
Pessoa Colectiva n.º 500 273 170

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

2002

ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL

A **Economia Mundial** evidenciou ao longo de 2002 sinais hesitantes de recuperação, a que se associou o andamento menos homogéneo do crescimento dos principais blocos comerciais. Se nos primeiros meses do ano alguns indicadores prenunciavam uma retoma da actividade económica, estimulada por descidas continuadas das taxas de juro, a interrupção dessa tendência viria a coexistir com o enfraquecimento global dos níveis de confiança de consumidores e meios empresariais, um compasso de espera reflectido num crescimento decepcionante das trocas comerciais mundiais em 2002 de apenas 2,6%, muito aquém da média anual alcançada nos anos 90 (7,9%).

O recrudescimento da incerteza foi consonante com o andamento depressivo do mercado accionista global, abalado por uma sucessão de escândalos, renunciando que a recuperação firme da economia mundial ocorrerá mais tardiamente do que o esperado. No mesmo sentido, a intensificação do potencial de eclosão de um novo conflito militar no Médio Oriente acentuou a volatilidade dos mercados e a sua transmissão à esfera da economia real é testemunhada pela subida do preço do petróleo para níveis acima dos 30 dólares/barril.

Por outro lado, o PIB real terá crescido 2,4% nos Estados Unidos (+0,3% em 2001), apenas 0,9% na União Europeia (+1,6% em 2001), enquanto o Japão terá registado nova recessão (-0,7% em 2002, após -0,3% em 2001), dessincronização esta que assentará essencialmente em “divergências estruturais”, originadas por dificuldades de reposição de equilíbrios financeiros e por rigidez dos mercados, mais do que em assintonias de ordem conjuntural.

Não obstante a ligeira retoma do crescimento, a economia dos **Estados Unidos da América** evidenciou sinais mistos, destacando-se, por um lado, a melhoria da actividade industrial e, por outro, o enfraquecimento do consumo e dos índices de confiança. A queda dos mercados de acções terá afectado significativamente o consumo e o investimento, ainda que esse impacto tenha sido amortecido pelo baixo nível das taxas de juro de longo prazo e pelo enfraquecimento do dólar. Acusando a insuficiência do crescimento, a taxa de desemprego aumentou 1 ponto percentual, fixando-se em 5,8%. As perspectivas de uma retoma sustentada mantêm-se pouco firmes, apelando à introdução de estímulos à procura. Terá sido aliás nesse sentido que o Governo Norte-Americano anunciou, já em Janeiro de 2003, um ambicioso programa de cortes fiscais visando estimular o investimento e o consumo. No **Canadá**, o reforço do crescimento (3,3%, face a 1,5% em 2001) ter-se-á ficado essencialmente a dever ao andamento favorável do consumo e do investimento.

Também a economia do **Japão** evidenciou sinais de evolução ambíguos. Embora as previsões de crescimento tenham sido revistas em alta, subsiste uma precária avaliação da dinâmica da procura interna. Acresce que a apreciação do iene – impulsionada pelo excedente estrutural da balança corrente – tenderá a atenuar o recente andamento positivo das exportações, tanto mais quanto mais tardiamente ocorrer uma recuperação mundial. Por outro lado, as autoridades continuam a debater-se perante o imperativo de devolver eficácia a uma política monetária incapaz de fazer emergir a economia da deflação em que mergulhou desde 1995, missão dependente de reformas estruturais no sistema bancário e de ajustamentos na política fiscal.

Na **União Europeia**, a generalidade dos países evidenciou dificuldades acrescidas, devidas tanto a situações orçamentais de risco como a atrasos na adopção de reformas estruturais. O crescimento abrandou em toda a área da União Europeia, condicionado pela progressão vagarosa da procura interna (0,7%) e pela estagnação das exportações (0,2% face a 2,4% em 2001), por sua vez agravada pela apreciação cambial do euro. Nestas condições, o desemprego ressentiu-se, atingindo 7,6% em 2002 (7,3% em 2001), invertendo a linha declinante desenhada desde 1997. A meta primordial de política monetária foi deste modo acatada, a inflação na área do Euro fixou-se em 2,0%, não se ressentindo da forte redução (de 4,75% para 2,75%) que o BCE imprimiu à principal taxa directora da política monetária da zona euro.

Em toda a União Europeia, as reformas constituem ingrediente indispensável à sustentabilidade do crescimento, especialmente no tocante à flexibilização do mercado de trabalho e à necessidade de contrabalançar o impacto do lento, embora irreversível, envelhecimento populacional. Por outro lado, a reforma das instituições e do orçamento da União são peças essenciais ao sucesso do Alargamento à Europa Central e de Leste.

Dada a exposição global do seu portfolio de negócios, a actividade da **Sonae** em 2002 necessariamente reflectiu a evolução conjuntural dos principais mercados em que mantém interesses.

No tocante a **Portugal**, o crescimento desacelerou de novo em 2002 para 0,5% (1,7% em 2001), reflectindo o fraco dinamismo das exportações (+2,0%) e do consumo privado (+1,0%), a retracção do investimento pelo segundo ano consecutivo (-3,3%) e a diminuição do investimento público. Na explicação do andamento da procura externa, à adversidade da conjuntura acresce a acumulação de perdas de competitividade. Por outro lado, o clima psicológico ditado pela rápida progressão do desemprego (de 4,2 para 6,2% entre os quartos trimestres de 2001 e 2002) e a continuada degradação da confiança, que atingiu o nível mais deprimido desde 1986, explicam a quebra da procura interna (-0,5%). Reflectindo o fraco dinamismo da procura e a moderação salarial, e não obstante o agravamento do IVA decretado em Maio, a inflação média anual no consumidor diminuiu para 3,6% (4,4% em 2001). Estas condições acomodaram uma redução sensível do défice comercial (de 12,5% para 10% do PIB), bem como do saldo da balança corrente, cujo nível (-7,8% do PIB em 2002) persiste ainda excessivamente elevado.

Nas actuais circunstâncias, a margem de acção da política de estabilização encontra-se muito limitada, pela irreversível integração na área do euro e pelos limites ao défice público. Assim, no curto prazo, a consolidação orçamental terá que ser prosseguida, apesar do seu efeito não expansionista, requerendo corajosas medidas de contenção dos salários da função pública e de algumas despesas sociais. Porém, a médio prazo, a sustentabilidade do crescimento não dispensará a adopção de reformas ao nível da administração pública, do sistema fiscal e da flexibilização dos mercados.

Nos mercados nacionais da União Europeia mais relevantes para a actividade da **Sonae**, o ano de 2002 ficou assinalado pela desaceleração nítida do crescimento. Em **Espanha**, o PIB cresceu 1,8% (2,7% em 2001), influenciado por uma progressão tímida do consumo privado (1,8%) e do investimento (1,3%), mas sob a pressão exercida pela estagnação das exportações (-0,2%). Na **Alemanha**, o PIB cresceu 0,2% (0,6% em 2001), arrastado pela regressão do consumo privado (-0,5%) e do investimento pelo segundo ano consecutivo (-4,7%, face a -5,3% em 2001), só atenuada pelo desempenho mais positivo das exportações (1,8%). Este clima geral de crescimento rastejante repetiu-se também em **França** (1,0% contra 1,8% em 2001), onde o investimento e as exportações estagnaram em termos reais, bem assim como no **Reino Unido** em que o nível geral de actividade económica (1,5%) foi, por um lado, favorecido pelo consumo privado (3,6%) e penalizado por uma queda significativa da formação de capital (-4,4%).

No **Brasil**, afectada pelas debilidades associadas a um endividamento externo altamente “dolarizado” e ao desequilíbrio do sector público, a economia ressentir-se-ia em 2002 da deterioração económica de toda a América Latina, com epicentro na crise Argentina que eclodira nas últimas semanas de 2001. Inevitavelmente, a turbulência financeira propagar-se-ia à economia Brasileira, apesar da resistência oferecida a um contágio directo. Assim, a partir do segundo trimestre, e reflectindo também a incerteza quanto ao desfecho das eleições presidenciais de Outubro, a economia enfrentou uma súbita degradação da confiança nos mercados, traduzida numa acentuada depreciação do real (-44% contra o dólar americano em 2001 e 2002) e no aumento dos “spreads” de taxa de juro. Visando estancar a instabilidade, em Setembro, as autoridades celebraram com o FMI um novo acordo “stand-by” envolvendo facilidades no montante de 30 mil milhões de dólares americanos, contemplando a manutenção de um saldo primário das contas públicas não inferior a +0,75% do PIB durante 2003 e a observar nos orçamentos até 2005, e o

compromisso de prossecução de políticas macroeconómicas prudentes. Após a disputa eleitoral, os mercados recuperaram alguma estabilidade, consentindo uma queda ligeira das taxas de juro, as quais, porém, aumentaram entretanto para níveis que permanecem elevados.

O PIB terá crescido 1,5% em 2002, em lenta aceleração, reflectindo a recuperação das exportações e do consumo corrente no segundo semestre, que compensaram a quebra no investimento e no consumo duradouro. Favorecido pela depreciação do real, o défice corrente diminuiu (de 4,6% para 1,7% do PIB), aliviando a pressão exercida sobre a balança de capital. Porém, a depreciação da moeda reacendeu a inflação (+12,5% segundo o IPCA), impulso que só será neutralizado em 2004, com uma meta de inflação de 5,5%.

Sector dos painéis derivados de madeira

O sector dos painéis derivados de madeira foi afectado em 2002 pelo enquadramento económico desfavorável, em particular pelo mau desempenho dos sectores de construção e mobiliário. Esta envolvente económica provocou no lado da oferta, um acentuar do processo de consolidação do sector e uma crescente focalização das empresas no seu “core-business”.

À semelhança do que ocorreu no ano anterior, o consumo de aglomerados de partículas decresceu, em virtude da fase madura do ciclo de vida em que se encontra e da sua substituição, em algumas aplicações, por outros produtos, e o consumo de MDF e OSB aumentou consideravelmente. Os preços desses produtos não reflectiram, contudo, esse aumento da procura devido aos acréscimos de capacidade produtiva e ao escoamento de stocks que ocorreu na maior parte do ano.

Na **Península Ibérica**, acentuou-se a forte pressão da oferta ao nível de aglomerado de partículas, com excessos de capacidade de produção. Em Portugal o mau comportamento do sector de construção, em especial dos segmentos residencial e de grandes obras públicas, afectou consideravelmente a procura de painéis derivados de madeira.

Na **Europa Central**, o fraco dinamismo da procura é explicado pela quebra generalizada do nível de actividade dos sectores de construção civil, obras públicas e mobiliário. Em França, segundo o IPEA (Institut de Promotion et d'Études de l'Ameublement), as vendas de mobiliário caíram cerca de 6% em 2002. O mesmo sucedeu na Alemanha, com as vendas a caírem 9,8%, entre Janeiro e Setembro, quando comparadas com igual período de 2001.

No **Canadá**, assistiu-se a um aumento da procura de painéis derivados de madeira, fruto de um crescimento económico superior ao inicialmente previsto. As tendências verificadas em 2001 devem-se ter mantido ou mesmo reforçado, com a produção e consumo de aglomerado de partículas a aumentar, e o MDF numa situação de quase equilíbrio entre a oferta e procura. Por resolver continua o diferendo que opõe Estados Unidos da América e Canadá, no que respeita ao “Softwood Lumber Trade Agreement”, com as consequências conhecidas no preço da matéria-prima lenhosa, tendo-se verificado em 2002 a intervenção da Organização Mundial de Comércio.

No **Brasil**, a procura de aglomerado de partículas teve um comportamento positivo e o MDF continuou a apresentar níveis de procura muito elevados. A procura destes produtos manteve-se forte durante o primeiro semestre de 2002, tendo sido afectada, em parte do segundo semestre pela incerteza política. Após o desfecho das eleições presidenciais o mercado recuperou com o aumento da confiança dos agentes económicos.

A envolvente do negócio na **África do Sul**, onde a quota de mercado da Sonae Indústria é superior a 40%, continuou em 2002 a ser favorável. A procura de painéis derivados de madeira foi melhor que o esperado dado um desempenho macroeconómico superior ao previsto em finais de 2001.

Sector do Retalho

Em **Portugal**, o desenvolvimento da actividade de retalho foi afectado pelo quadro de estagnação económica e de forte incerteza que se reflectiu negativamente no rendimento disponível dos agregados familiares e no fraco nível de investimento do tecido empresarial português. Em consequência assistiu-se a um menor dinamismo do consumo e dos principais índices de confiança, que conjugados com o congelamento da atribuição de novas licenças para a instalação de unidades comerciais de dimensão relevante, contribuíram para que a procura, medida pela evolução do agregado de vendas consolidadas dos principais operadores de retalho moderno, crescesse a um ritmo próximo da inflação, um sinal inequívoco do reforço da intensidade concorrencial.

Também no **Brasil**, o abrandamento económico mundial e o clima de forte instabilidade quanto ao desfecho das eleições presidenciais de Outubro, conduziram a uma degradação da confiança nos mercados, traduzida pela acentuada depreciação do Real e pelo aumento da taxa de juro. Estes factores reflectiram-se no arrefecimento da procura interna, bem como numa retracção do dinamismo empresarial. Em consequência da instabilidade macroeconómica, o ritmo de expansão da capacidade instalada no mercado brasileiro diminuiu face aos anos anteriores, com a generalidade dos operadores a concentrar-se num esforço de racionalização do seu parque de lojas e no reforço da proposta de valor.

Sector dos Centros Comerciais

Em **Portugal**, as rendas no mercado imobiliário de retalho cresceram em linha com a inflação média anual. Dado que Portugal apresenta uma área de centros comerciais per capita¹ de 145 m², inferior à média europeia, 176 m², a procura por parte de retalhistas nacionais e internacionais foi elevada. Salienta-se que as oportunidades para o desenvolvimento de grandes centros são escassas, pelo que os promotores investem em centros mais pequenos ou especializados – de lazer ou “retail parks”. O continuado interesse dos investidores internacionais tem proporcionado um aumento do valor das propriedades traduzido numa descida continuada ao longo dos anos dos “yields” do sector, para um valor próximo da média europeia.

.

¹ Área Bruta Locável de Centros Comerciais por cada 1.000 habitantes.

Em **Espanha**, apesar do abrandamento económico, o mercado de retalho permaneceu activo, com numerosos investidores nacionais e internacionais à procura de novos empreendimentos e oportunidades de investimento, mantendo-se estáveis as rendas dos centros comerciais. A forte concorrência, aliada a uma oferta limitada de bons investimentos, impõe uma estratégia de crescimento via aquisição em substituição de crescimento orgânico. Fruto do grande interesse no sector, os “yields” dos melhores centros comerciais apresentaram uma ligeira descida para os 6,25%, o que se reflecte numa maior valorização dos activos.

A **Itália** apresenta um potencial de crescimento a longo prazo considerável, fruto de uma área de centros comerciais per capita¹ bastante inferior à média comunitária e da inexistência de centros comerciais com mais de 70.000 m² e de apenas possuir doze centros acima dos 40.000 m². A atractividade do mercado Italiano reflecte-se no baixo “prime yield” que se verificou no final de 2002 (6%), sendo de esperar que se mantenha no futuro em valores baixos.

A **Grécia** apresenta o maior potencial de crescimento da Europa, com uma área de centros comerciais per capita¹ de apenas 9,9 m². Face à evidente atractividade deste mercado, o número de operadores internacionais a tentar conquistar quota de mercado, através de aquisições ou de crescimento orgânico, é muito elevado. Apesar das rendas terem descido ligeiramente em 2002, o comportamento do sector tem sido dos mais fortes na Europa, tendo as rendas mantido um crescimento médio anual de 8,1%, durante os últimos dez anos. A expectativa de que os Jogos Olímpicos de 2004 produzissem um efeito catalisador no desenvolvimento dos centros comerciais não se veio a verificar, em grande parte devido às inúmeras dificuldades de ordem burocrática. Os “prime yields” têm mantido um comportamento estável, apresentando uma ligeira tendência de descida, situando-se nos 8%.

Os fracos sinais de recuperação na **Alemanha**, reflectem-se na diminuição do investimento, permanecendo um sentimento de incerteza que domina o mercado internacional. Dispondo de uma área de centros comerciais per capita¹ de 120 m², a quota de centros comerciais, quando comparada com outros países da Europa Ocidental é relativamente baixa. Os “yields” dos centros comerciais situam-se nos 5,75%, um valor relativamente baixo.

A **Áustria** apresenta um dos valores mais elevados de área de centros comerciais per capita¹ da Europa, no entanto a variedade de formatos é limitada, facto que justifica o interesse dos operadores internacionais no desenvolvimento de novos formatos. Apesar do crescente interesse por parte de investidores estrangeiros, a concorrência não é tão forte como noutros países, fruto da oferta reduzida, “yields” baixos e instabilidade nas rendas ao longo dos últimos anos.

No **Brasil** o crescimento das rendas do mercado imobiliário de retalho foi quase nulo, fruto da grande pressão exercida pela instabilidade económica. No entanto, as rendas dos centros comerciais localizados em “prime sites” têm vindo a crescer de forma sustentada, fruto da crescente popularidade junto dos consumidores.

¹ Área Bruta Locável de Centros Comerciais por cada 1.000 habitantes.

Sector das Telecomunicações

O número de subscritores do serviço móvel terrestre ascendeu a 9,58 milhões no final de 2002, mais 11% do que no final do ano anterior, de acordo com os dados divulgados pelos operadores. A taxa de penetração do serviço atinge já 92,9% da população portuguesa. Na rede móvel, o ano de 2002 ficou marcado pela constante incerteza em relação à legalidade e viabilidade económica do lançamento de uma quarta operação exclusivamente GSM/GPRS, tendo sido clarificada no final de 2002, quando a quarta licença UMTS foi devolvida ao regulador. Paralelamente, o regulador decidiu um segundo adiamento de 12 meses nas obrigações da licença UMTS. Mesmo incorporando este atraso, continua a ser pouco razoável que o lançamento seja viável dentro do novo enquadramento temporal uma vez que persistem grandes dificuldades em torno da nova tecnologia UMTS. A maioria das aplicações e serviços existentes são geridas pelas actuais redes GSM/GPRS pelo que não existe grande incentivo, num futuro imediato, para os operadores realizarem avultados investimentos na nova tecnologia. Durante o ano de 2002, o regulador determinou uma redução progressiva na tarifa máxima que os operadores móveis podem cobrar por cada 100 segundos de chamadas originadas na rede fixa, bem como a redução nas tarifas de interligação nas chamadas móvel-móvel e fixo-móvel.

A taxa de penetração da rede fixa no final do terceiro trimestre de 2002 (últimos dados disponíveis) era de 42,1%, uma redução de 0,3 pontos percentuais face ao período homólogo do ano anterior, segundo dados da entidade reguladora. O ano de 2002 foi mais um ano marcado pela regulação incipiente, no que se refere aos mercados de telecomunicações fixas e Internet, permitindo a continuação do fortalecimento da posição do operador incumbente. Em assuntos chave para o sector tais como a desagregação do lacete local e a regulação da competitividade não foram feitos avanços significativos e algumas das decisões tomadas pelo regulador revelaram-se prejudiciais para o mercado, dificultando as condições dos operadores alternativos, permanecendo poucos concorrentes à Portugal Telecom.

O mercado de Internet, em Portugal, apresentou uma evolução favorável embora apresentando um crescimento mais lento quando comparado com períodos anteriores. No ano de 2002 assistiu-se a um crescimento no acesso residencial à Internet de banda estreita mas o principal contributo foi sem dúvida o aparecimento da banda larga. De acordo com a ANACOM, no final de 2002, registaram-se 260 mil acessos de banda larga em Portugal. Em virtude da revisão da oferta grossista feita pelo operador incumbente os operadores alternativos puderam oferecer uma solução de banda larga aos seus clientes, embora em condições economicamente inviáveis. De entre as matérias fundamentais para o sector, destacam-se o facto de o operador incumbente deter o controlo de ambas as redes fixas de acesso local (cobre e cabo) e a necessidade de implementar medidas eficazes para obrigar o cumprimento das medidas regulatórias e para combater comportamentos de mercado abusivos.

GESTÃO DO PORTFOLIO

Desde 1999 que para a Sonae a gestão do portfolio passa pela análise comparativa do valor implícito nas estratégias de cada um dos seus negócios, nos quais assume o papel de accionista de referência. É com base nessa análise que são tomadas as decisões de alocação de recursos financeiros e de quadros de topo, no sentido de dotar cada um dos negócios das estruturas necessárias para a prossecução da estratégia delineada.

Em 2002, a Sonae prosseguiu a estratégia de reforço das estruturas financeiras dos seus negócios e de reposicionamento do seu portfolio no mercado de capitais, tendo em conta a impossibilidade de recurso a esse mercado como fonte de financiamento.

Nesse sentido, em 8 de Fevereiro de 2002 foi efectuado o anúncio preliminar da Oferta Pública de Aquisição da totalidade das acções da Modelo Continente, SGPS, SA não detidas pela Sonae. O anúncio definitivo ocorreu em 28 de Março de 2002, tendo o período da Oferta decorrido durante o mês de Abril. Em resultado da Oferta a Sonae adquiriu 3,79% do capital social da Modelo Continente, por cerca de 70,7 milhões de euros.

Em 6 de Maio, ainda no âmbito da Oferta Pública de Aquisição referida no parágrafo anterior, foram alienadas 199.500.000 acções dessa filial a um conjunto de instituições lideradas pelo Banco Santander Central Hispano por cerca de 369 milhões de euros. Em simultâneo foram assinados com essas instituições acordos instituindo opções de compra e de venda dessas acções. Em virtude desses acordos e em conformidade com os princípios contabilísticos essas acções foram mantidas no activo, estando o preço de venda registado no passivo.

Durante o exercício a Sonae reforçou a sua participação na Sonae Indústria, SGPS, SA e na Modelo Continente, SGPS, SA, através de aquisição de acções em bolsa, para 95,72% e 75,46% (considerando os 19,95% acima referidos), respectivamente, um investimento de cerca de 27 milhões de euros.

Já após o final do exercício, em Janeiro de 2003, a Sonae acorreu ao aumento de capital da Modelo Continente, SGPS, SA de 1.000 para 1.100 milhões de euros, o qual tinha sido objecto de subscrição indirecta por um sindicato bancário ainda em 2002, tendo aumentado a sua participação para 75,54% .

ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Durante 2002, a Sonae participou nas seguintes operações de aumento de capital:

- em Junho de 2002 subscreveu integralmente o aumento de capital da Sonae Capital, SGPS, SA de 100 para 150 milhões de euros, ao valor nominal;
- em Julho de 2002 decorreu o aumento de capital da Sonae.com, SGPS, SA de 181 para 226,25 milhões de euros, ao preço de 2,25 euros por acção, no âmbito do qual investiu cerca de 99 milhões de euros no reforço da sua participação para 82,8%.

O investimento consolidado bruto no ano totalizou cerca de 744 milhões de euros, menos de metade do efectuado em 2001 (1.509 milhões de euros), e teve a seguinte distribuição:

- Nos Derivados de Madeira o investimento foi de cerca de 106 milhões de euros (408 milhões de euros em 2001), essencialmente afecto à finalização das linhas de aglomerado de partículas e de OSB, em Nettgau (Alemanha) e a pequenas acções de optimização nas diversas unidades;
- Na Distribuição foram investidos cerca de 121 milhões de euros (338 milhões de euros em 2001), na abertura de 25 novas lojas das várias insígnias correspondente ao acréscimo de cerca de 25.000 m² ao parque existente, na remodelação, reconversão e racionalização de um conjunto importante de lojas no Brasil e numa nova plataforma de sistemas de apoio à gestão;
- A Sonae Imobiliária investiu 304 milhões de euros (216 milhões de euros em 2001), ao longo do ano, consubstanciados na aquisição, em conjunto com a ING Real Estate Bishop BV, de um conjunto de centros comerciais adquiridos à empresa espanhola Filo (50% dos centros Gran Casa em Zaragoza, Max Center em Bilbao, Valle Real em Santander, 25% do La Farga em Barcelona, e 50% do projecto para construção do centro comercial e de lazer Zubiarte, Bilbao), nas aberturas do centro comercial Parque D. Pedro (Campinas, Brasil) e do centro comercial e de lazer Plaza Mayor (Málaga, Espanha), na continuação da construção dos centros comerciais e de lazer Avenida M40 (Madrid, Espanha), Plaza Éboli (Pinto, Madrid, Espanha), Dos Mares (S. Javier, Múrcia, Espanha), na segunda expansão do CascaisShopping (Cascais, Portugal), na promoção dos centros comerciais Luz del Tajo (Toledo, Espanha) e Brescia Centre (Brescia, Itália), e nas obras de construção dos parques de estacionamento no Porto, em Matosinhos e Lisboa;
- O investimento nas Telecomunicações atingiu cerca de 152 milhões de euros (252 milhões de euros em 2001) respeitando essencialmente a infra-estruturas móvel e fixa.

O desinvestimento no ano totalizou cerca de 69 milhões de euros (297 milhões de euros em 2001), não tendo ocorrido nenhuma operação que mereça destaque.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Ao longo do ano de 2002 o número médio de colaboradores do Grupo Sonae foi de 51.591, idêntico ao do ano anterior. No final do ano o Grupo Sonae tinha ao seu serviço perto de 58.100 colaboradores, dos quais a maior parte nos negócios da Distribuição (70%) e Derivados de Madeira (13%). Em termos de distribuição geográfica quase metade dos colaboradores trabalha fora de Portugal, com especial relevo para o Brasil (37%).

GESTÃO DE RISCO E AUDITORIA INTERNA

A Gestão de Risco e a Auditoria Interna são actividades desenvolvidas de forma horizontal em todos os negócios do Grupo, através de funções especialmente dedicadas e com reporte directo aos Conselhos de Administração da holding e de cada sub-holding. Ao nível do Grupo existem órgãos de coordenação de ambas as funções – o Grupo Consultivo de Gestão de Risco e a Comissão de Auditoria – para definição de políticas, acompanhamento e coordenação da actividade e partilha de conhecimentos e experiências.

Actualmente, as funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco contam com cerca de 50 colaboradores a tempo inteiro, localizados em Portugal, Brasil, Espanha e França, e desenvolvendo a actividade em todos os países onde o Grupo Sonae se encontra presente.

Durante o exercício de 2002 foram desenvolvidas acções de Gestão de Risco e Auditoria Interna, de acordo com o plano de actividades das respectivas funções.

No que respeita à **Gestão de Risco**, prosseguiu-se o ciclo de actividades de gestão dos riscos técnico-operacionais, em articulação com a gestão de seguros do Grupo, através de auditorias de prevenção e segurança aos locais das unidades de negócio. No âmbito dessas auditorias, efectuou-se o acompanhamento e controlo do grau de implementação das medidas planeadas e identificaram-se outras medidas correctivas e preventivas a implementar. Nas principais unidades de negócio efectuaram-se testes e simulacros aos planos e sistemas de prevenção e de emergência, em alguns casos com a presença dos serviços da protecção civil, forças de segurança e bombeiros.

Nos aspectos de segurança das instalações, foram revistos, uniformizados e melhorados os programas e sistemas de prevenção, detecção e extinção de incêndios, bem como os sistemas de intrusão. Foram ainda revistos e desenvolvidos os padrões de segurança e os respectivos processos de monitorização e auto-avaliação.

Nos negócios relevantes, foram desenvolvidos projectos de Gestão de Crise com o objectivo de garantir a continuidade das operações, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos (Manuais de Gestão de Crise) de preparação para cenários de crise e catástrofe, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de emergência, contingência e de recuperação dos negócios.

No que se refere aos riscos ambientais foram prosseguidas as auditorias e implementadas as acções de melhoria, no âmbito dos processos e sistemas de Gestão Ambiental das empresas do Grupo.

No âmbito da gestão dos riscos de segurança das pessoas (colaboradores, pessoas subcontratadas, clientes e visitantes), foram preparadas as bases de um projecto integrado de desenvolvimento de acções e atitudes de segurança, com um enfoque especial na mudança de comportamentos.

Os riscos dos processos críticos de negócio e dos principais projectos de mudança, nomeadamente novos investimentos e projectos de mudança dos sistemas de informação, foram analisados e monitorados quer no âmbito da actividade específica de Gestão de Risco quer no âmbito da actividade de Auditoria Interna.

Foram desenvolvidas e implementadas metodologias e processos de integração da Gestão de Risco no Ciclo de Planeamento dos negócios, desde a fase de reflexão estratégica até à fase de planeamento operativo.

No âmbito da actividade de **Auditoria Interna** efectuou-se a auditoria de controlo interno a algumas unidades de negócio e a auditoria aos principais processos e sistemas de informação das empresas do Grupo, de acordo com o plano de actividades.

Foram os seguintes os principais trabalhos efectuados:

- Na Sonae Indústria: auditorias de cumprimento a inventários e stocks em todas as fábricas e controlo de clientes nas empresas comerciais; auditorias aos processos de compras de matérias primas, vendas, gestão de clientes, gestão de recursos humanos e pagamentos a fornecedores;
- Na Sonae Distribuição: auditorias ao controlo interno das lojas, inventários, monitorização das vendas, promoções, rupturas de artigos e compromissos de satisfação de clientes; auditorias de sistemas de informação à gestão, segurança e acessos de rede, servidores, bases de dados, utilizadores e “sites” de comércio electrónico, projectos de mudança dos sistemas operacionais e sistemas financeiros, políticas e normas de segurança informática e projectos de “disaster recovery”;
- Na Sonae Imobiliária: auditorias de cumprimento a várias unidades ao processo e sistemas de informação de mudança para o Euro; auditorias de processos à gestão de contratos com lojistas, controlo de investimentos dos parques de estacionamento e recursos humanos; auditorias de segurança, operacionalidade e disponibilidade dos sistemas de informação;

- Na SonaeCom: análise de risco e auditoria de processos e sistemas no Público; auditorias de processos a pagamentos de fornecedores, comissões a agentes e operações da Optimus, crédito, cobranças, estimativas de receita e custos de interligação da Novis; auditorias de sistemas de informação aos controlos gerais, infra-estrutura de rede, sistema de “e-mail”, organização, métodos e processos de segurança da Novis;
- Na Sonae Capital: auditorias de cumprimento a várias unidades e ao processo e sistemas de informação de mudança para o Euro; auditorias de processos à facturação de serviços, receitas, contas a receber, compras de bens e serviços e recursos humanos de várias unidades de negócio; auditorias de sistemas de informação ao projecto de implementação do SAP (finanças e recursos humanos) da Sonae Turismo e à segurança, operacionalidade e disponibilidade dos sistemas de suporte dos principais negócios.

GESTÃO AMBIENTAL

No ano de 2002 prosseguiu o desenvolvimento e implementação dos sistemas de gestão ambiental (SGA's) e de indicadores ambientais e de eco-eficiência nas diferentes empresas do Grupo. A Conferência Anual de Ambiente foi este ano dedicada ao desenvolvimento sustentável, capitalizando na Cimeira de Joanesburgo, para reforçar a sensibilização dos quadros para este tema. A Sonae apoiou o Instituto para a Conservação da Natureza no salvamento de aves vítimas da poluição resultante do acidente com o “Prestige”. A Sonae continuou, em 2002, a apoiar as diversas iniciativas do “WBCSD - World Business Council for Sustainable Development”, e a desenvolver uma intervenção muito activa no BCSD Portugal, a que preside actualmente.

Do conjunto de iniciativas levadas a efeito pelas empresas do Grupo durante o ano de 2002, salientamos:

- Na Sonae Indústria, a certificação pela norma ISO 14001 de mais três unidades industriais (Nettgau, Alemanha, George, África do Sul; e Lac-Mégantic, Canadá - esta já em Janeiro de 2003), perfazendo um total de sete unidades. Foi concluída a certificação ISO 14001 para a gestão florestal das propriedades em Huelva, Espanha, juntando-se aos certificados Keurhout já atribuídos à gestão das propriedades no Gabão. Destaque ainda para a certificação “EPP - Environmentally Preferable Product” concedida a Lac-Mégantic, já em Janeiro de 2003. A baixa emissão de formaldeído do produto final e a utilização de 100% de subprodutos de serração foram determinantes para este resultado;

- Na Sonae Distribuição, a continuação da realização de diagnósticos ambientais e de programas de acções, este ano em mais 12 instalações, e o desenvolvimento, segundo o referencial ISO 14000, de SGA's em duas instalações piloto. Deu-se continuidade à implementação de um conjunto de medidas com vista à redução dos impactes ambientais das actividades, nomeadamente ao nível da gestão da energia, resíduos, transporte de mercadorias e qualidade da água. A Sonae Distribuição enviou para reciclagem 16.294 toneladas de cartão e 1.731 toneladas de plástico;
- Na Sonae Imobiliária, a revisão dos procedimentos operacionais do SGA, de acordo com a norma ISO 14001. Definiram-se os procedimentos para Novos Negócios (todos os terrenos adquiridos já foram objecto de "Due Diligence" Ambiental), Concepção e Desenvolvimento (já em implementação na maioria dos projectos em desenvolvimento na Península Ibérica), e Gestão Ambiental de Obra. Prosseguiu-se a implementação do SGA nos centros em operação em Portugal e iniciou-se a respectiva implementação e acompanhamento nos centros em que a Sonae Imobiliária é proprietária ou co-proprietária em Espanha e no Brasil. Em Portugal, de registar a melhoria do desempenho da gestão energética, com uma redução de 7.358 MWh (8% do consumo total), e a valorização de 3.298 toneladas de resíduos, 19 % das 17.434 produzidas;
- Na SonaeCom, o desenvolvimento e implementação de um SGA de acordo com a norma ISO 14001, tendo já efectuado auditorias ambientais internas com vista à candidatura à Certificação ISO 14001, que pretende apresentar até Maio de 2003. Durante este período, alargou o sistema de gestão integrada de resíduos a todas as instalações, assegurando a recolha selectiva e o correcto destino final dos resíduos gerados. Foram encaminhadas para reutilização e reciclagem 2.037 toneladas de papel e cartão, 15 de plástico e 3,8 de telemóveis e respectivos acessórios;
- No âmbito da Sonae Capital destacamos:
 - Na Sociedade Térmica Portuguesa - TP, SA, os projectos de produção de electricidade utilizando recursos renováveis, nomeadamente a central de co-geração em ciclo combinado na Portucel Viana, que consumirá mais de 60% da sua energia primária a partir de fontes renováveis (ex. biomassa);
 - A definição, pela Selfrio, de objectivos quantificados para a reciclagem de óleos e fluidos frigorigéneos usados, aplicados em sistemas de ar condicionado e refrigeração;
 - A nomeação de um responsável de ambiente na Contacto e a inclusão do factor ambiente na gestão de obras, nomeadamente de resíduos sólidos;
 - A nomeação de um responsável de ambiente na Lidergraf e os investimentos realizados na implementação de tecnologias limpas;

- Na Sonae Turismo, o início do desenvolvimento do SGA do TroiaResort, de acordo com a norma ISO 14001, que abrangerá as fases de projecto, construção e exploração deste empreendimento. No Porto Palácio Hotel, a substituição de nafta por gás natural nas caldeiras, melhorando a qualidade das emissões atmosféricas. Foi ainda implementada a recolha selectiva de resíduos, permitindo a redução dos volumes de resíduos indiferenciados e o envio de materiais para reciclagem.

ACTIVIDADE DOS NEGÓCIOS

DERIVADOS DE MADEIRA

O ano de 2002 ficou marcado pela consolidação do parque industrial, após um período de reestruturação (iniciado em 1999 e finalizado em 2001) dos activos industriais da Sonae Indústria, tendo por objectivo a optimização da capacidade produtiva e a conquista de quota de mercado.

O volume de negócios consolidado da Sonae Indústria no exercício de 2002 ascendeu a 1.480 milhões de euros, face aos 1.502 milhões de euros verificado no período homólogo. A redução de 1,5% no volume de negócios teve origem na evolução adversa da taxa de câmbio do dólar canadiano, libra esterlina e real brasileiro face ao euro, na deterioração da conjuntura económica bem como na pressão generalizada sobre os preços de venda. Não obstante a influência destes factores negativos o volume de negócios manteve-se praticamente constante face ao do ano anterior fruto dos acréscimos de facturação decorrentes do arranque das novas linhas de produção. A taxas de câmbio constantes, o volume de negócios consolidado da Sonae Indústria ascendeu a 1.526 milhões de euros, um crescimento de 1,5% face ao ano anterior.

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado foi de 173 milhões de euros, um acréscimo de 13,4% face ao período homólogo do ano anterior, proporcionado pelos investimentos realizados no ano de 2001 e pelas melhorias obtidas em termos de eficiência operacional aos mais diversos níveis. A margem EBITDA consolidada da Sonae Indústria foi de 11,7%, um importante acréscimo face à margem homóloga de 2001 de 10,2%. A taxas de câmbio constantes, o cash-flow operacional (EBITDA) foi de 183 milhões de euros, mais 19,3% do que em 2001.

O resultado líquido consolidado do exercício, após minoritários, foi negativo no montante de 81,8 milhões de euros, face a um resultado igualmente negativo de 70,7 milhões de euros em 2001.

O investimento técnico líquido consolidado ascendeu a 101 milhões de euros que compara com 376 milhões de euros em 2001. O endividamento líquido consolidado no final do exercício de 2002 atingiu 631 milhões de euros, que compara com 806 milhões de euros no final de 2001.

Síntese de Actividade

Península Ibérica

O ambiente concorrencial, exercendo uma forte pressão sobre o preço dos produtos, caracterizou a evolução deste mercado.

O volume de negócios em Portugal manteve-se em linha com o do ano anterior, embora tenha ocorrido uma diminuição no volume de vendas de MDF mais do que compensada pelo aumento no volume de vendas de aglomerado revestido a melamina. Em termos de rentabilidade atingiram-se níveis superiores aos do período homólogo fruto do desenvolvimento de uma estrutura de custos variáveis mais competitiva, via redução do custo das matérias-primas, e dos consumos específicos da madeira e químicos.

Em Espanha, apesar do crescimento registado no volume de negócios, a rentabilidade operacional dos activos industriais instalados foi inferior à verificada no período homólogo em virtude do ambiente fortemente competitivo e concorrencial, exercendo uma forte pressão sobre o preço dos produtos. A acrescentar a estes efeitos negativos, o actual momento menos positivo do mercado de painéis derivados de madeira contribuiu de forma decisiva para a dificuldade sentida na conquista de quota de mercado. Não obstante a agressividade concorrencial, em termos industriais, os ganhos de eficiência operacional, fruto de menores consumos específicos de madeira e químicos e de menores custos unitários desses factores de produção, nomeadamente devido à maior percentagem de utilização de reciclados e produtos conexos na fabrica de Linares, permitiram anular parcialmente os seus efeitos negativos.

Europa Central

Na Europa Central, fruto da redução do nível de actividade dos sectores de construção civil, obras públicas e mobiliário, a procura de painéis derivados de madeira registou uma redução.

Em França, o fraco dinamismo da procura interna aliado à pressão sentida na generalidade dos preços de venda marcou o ano de 2002. Os mercados de contraplacado e do aglomerado de partículas foram os que mais sentiram tais efeitos. O efeito negativo do preço foi atenuado pelo acréscimo do volume de vendas e pelo maior leque de oferta, possível pelo arranque em 2001 das novas linhas de produção. Através da implementação de estruturas de custos mais competitivas permitidas pelo início da operação das novas unidades produtivas conjuntamente com um esforço de racionalização de custos fixos foi possível melhorar a margem EBITDA face ao período homólogo.

Na Alemanha, não obstante a existência de um mercado fortemente concorrencial e de uma procura com níveis baixos em virtude da conjuntura adversa que este país atravessou durante o ano de 2002, registou-se um aumento no volume de vendas. Os principais contributos para o acréscimo verificado foram a procura de MDF bastante dinâmica e o contributo decisivo da nova unidade de Nettgau, quer em termos de acréscimo de produtividade, quer em termos da introdução de um novo tipo de produto que apresenta um elevado potencial de crescimento, o OSB. A margem EBITDA aumentou ligeiramente, fruto da maior eficiência da estrutura de custos variáveis apesar do aumento nos custos fixos. De realçar o encerramento em Março da unidade de Gottingen em virtude do arranque da nova unidade de Nettgau ter permitido suprir a capacidade instalada em Gottingen com uma estrutura de custos mais competitiva.

No Reino Unido, o volume de negócios aumentou face ao período homólogo apesar da retracção no mercado em 2002. O acidente ocorrido em Junho de 2002 comprometeu todavia a rendibilidade do negócio e os acréscimos de produtividade que a operação demonstrava desde inícios de 2001.

Américas

O volume de negócios da operação do Canadá foi afectado negativamente por uma situação de “lock-out”, em conjugação com a pressão que se verificou em termos de preços, que contribuiu para a quase manutenção do volume de negócios, expresso em moeda local, face ao período homólogo. A desvalorização do dólar canadiano face ao euro diminuiu, contudo, o contributo para o volume de negócios do Grupo. A margem EBITDA aumentou face ao período homólogo em virtude da redução do volume de custos fixos e da implementação de uma estrutura de custos operacionais mais eficiente.

No Brasil, a forte desvalorização da moeda brasileira anulou o aumento do volume de vendas que se registou face a 2001. Desta forma, em termos de contributo a operação brasileira manteve-se nos níveis do ano anterior. Em moeda local, o volume de negócios cresceu significativamente pela via da procura de MDF e das exportações. A rendibilidade operacional manteve-se a níveis elevados, embora impactada negativamente pelo aumento significativo do custo energético e pelo aumento dos preços de compra dos inputs produtivos fixados em moeda forte.

África Austral

O volume de negócios da operação na África do Sul registou um comportamento positivo, tendo-se verificado importantes acréscimos no volume de vendas, quer em moeda local, quer em euros, fruto do nível da procura que permitiu a ocupação quase sempre integral da capacidade produtiva instalada. A margem EBITDA aumentou devido essencialmente à redução dos consumos específicos e dos custos fixos, bem como à importante diluição destes através da utilização quase integral da capacidade instalada.

Outras actividades

As vendas consolidadas do grupo Gescartão ascenderam em 2002 a 191,5 milhões de euros, um decréscimo face a 2001 de cerca de 1,7%. A margem EBITDA consolidada apresentou em 2002 um comportamento favorável, tendo sido superior, em valor e percentagem, à verificada no exercício anterior.

Num contexto de mercado dominado pelo abrandamento económico, o mercado do cartão canelado manteve os níveis de actividade registados em 2001, quer em volume quer em valor, tendo a procura de papel apresentado um comportamento relativamente regular na generalidade dos mercados. O sector do papel e embalagem de cartão canelado ficou marcado pela continuação da globalização e concentração industrial. Neste contexto, o Mercado Ibérico tem vindo a merecer um crescente interesse por parte dos produtores mundiais, quer como destino da sua produção de papel quer como localização para instalar ou modernizar unidades de cartão canelado. De salientar a especificidade deste mercado, tendo a Península Ibérica registado uma evolução diferente do resto da Europa, fruto da sua componente agrícola e da posição dominante do principal fornecedor de papéis reciclados, cujos preços se têm mantido fora das flutuações verificadas no resto da Europa.

Contributos para o consolidado Sonae

Na perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas da Sonae SGPS, SA a Sonae Indústria contribuiu com os seguintes valores mais relevantes:

	Milhões de Euros
Volume de Negócios	1.464,0
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	174,1
Resultado com os Interesses Minoritários	(73,0)
Investimento Líquido Total	92,5
Dívida Remunerada Líquida	630,9
Capitais Próprios + Interesses Minoritários	929,6

DISTRIBUIÇÃO

O ano de 2002 ficou marcado por um quadro de estagnação económica e de forte incerteza política que condicionou o dinamismo da actividade do retalho, na medida em que penalizou o rendimento disponível dos consumidores, facto que se traduziu numa redução dos níveis de confiança dos consumidores e numa retracção do consumo. A este contexto de mercado adverso, acresce, em Portugal, o congelamento da concessão de novas licenças para instalação de unidades comerciais de dimensão relevante e, no Brasil, a forte depreciação do Real e o aumento das taxas de juro. Perante este cenário, a Modelo Continente estabeleceu como prioridade estratégica em todos os formatos e mercados onde a empresa opera, centrar-se na melhoria da proposta de valor disponibilizada ao cliente e na racionalização e eficiência dos seus processos de negócio.

As vendas líquidas consolidadas da Modelo Continente no exercício de 2002 totalizaram 3.537 milhões de euros, a que corresponde um decréscimo de 6% em relação ao período homólogo do ano anterior, fortemente penalizado pela depreciação da moeda brasileira. A taxas de câmbio constantes, as vendas líquidas consolidadas ascenderam a 3.829 milhões de euros, um acréscimo de 1,5% face ao ano anterior.

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado ascendeu a 296 milhões de euros, valor inferior ao do ano anterior e igualmente condicionado pelo contributo da operação brasileira. No conjunto das operações, a rentabilidade, expressa em termos do rácio do cash-flow operacional (EBITDA) sobre vendas líquidas, foi de 8,4%.

O resultado operacional consolidado ascendeu a 185 milhões de euros (5,2% das vendas líquidas) e o resultado corrente a 107 milhões de euros, após a consideração de um resultado financeiro negativo de 78 milhões de euros.

O resultado líquido consolidado após dedução de interesses minoritários da Modelo Continente foi de 100 milhões de euros, uma redução de 30 milhões de euros, que considerando o contexto particularmente adverso enfrentado pela operação brasileira ao longo do período em análise, não deixa de ser positivo.

O nível de investimento técnico consolidado foi de aproximadamente 120 milhões de euros, que se traduziu na abertura de 25 novas lojas, em Portugal e no Brasil, a que corresponde um acréscimo de cerca de 25.000 m² de área de venda adicional. A empresa terminou o ano com um portfolio global de 434 lojas a que corresponde uma área de venda superior a 860.000 m².

O endividamento líquido consolidado, no final do exercício de 2002 era de cerca de 690 milhões de euros, valor inferior ao do período homólogo do ano anterior e que já reflecte o encaixe resultante do aumento de capital efectuado no final do ano.

A deterioração da taxa de câmbio da moeda brasileira ao longo de 2002 teve impacto contabilístico significativo ao nível dos capitais próprios da Modelo Continente, tendo-os posicionado num patamar próximo do limite mínimo desejável para fazer face aos desafios e condicionantes dos mercados onde está presente. Em consequência a Modelo Continente reforçou o capital social em 100 milhões de euros, para 1100 milhões de euros.

Síntese de Actividade

Portugal

A actividade em Portugal contribuiu com 2.457 milhões de euros para as vendas líquidas, uma evolução positiva de 4% face ao período homólogo e que surge influenciada pela não consideração, no presente exercício da Expedis, empresa de micro-logística alienada ao Grupo GCT.

O cash-flow operacional (EBITDA) da operação em Portugal ascendeu a 242 milhões de euros, que se traduz num rácio sobre as vendas líquidas de 9,8%, um acréscimo de 0,3 p.p. face a igual período do ano anterior.

Insígnias de Base Alimentar

No universo de base alimentar, as vendas líquidas ascenderam a 2.041 milhões de euros, um crescimento de 2% face a idêntico período de 2001, já após a exclusão da Expedis.

A Modelo Continente consolidou a sua posição de liderança no mercado alimentar, tendo o seu conjunto de insígnias Continente, Modelo e Modelo Bonjour apresentado um crescimento de 4% durante o exercício de 2002.

O contributo deste universo para o cash-flow operacional (EBITDA) consolidado da Modelo Continente foi de 202 milhões de euros, um acréscimo da rentabilidade em 0,2 p.p. face a igual período do ano anterior, a que corresponde um rácio de 9,9% das vendas líquidas.

Insígnias de Base Não Alimentar

O contributo deste segmento de negócio para as vendas líquidas totalizou 416 milhões de euros, representando um crescimento de 15% face ao exercício homólogo.

O cash-flow operacional (EBITDA) ascendeu a 40 milhões de euros, mais 26% que em 2001 e a rentabilidade conseguida de 9,6% na margem de cash-flow operacional (EBITDA) sobre as vendas líquidas, mais 0,8 p.p. do que no ano transacto, são o reflexo do reforço de implantação das insígnias deste formato em Portugal e da sua crescente aceitação junto do público alvo.

Brasil

No Brasil, as vendas líquidas foram de 2.855 milhões de reais, valor sensivelmente idêntico ao do período homólogo do ano anterior. Num contexto de consumo marcado pela forte instabilidade política e económica e pelas elevadas taxas de juro, que resultou numa forte depreciação da moeda brasileira, o contributo desse valor para o consolidado da Modelo Continente traduziu-se em 1.080 milhões de euros, um decréscimo de 23% em relação ao ano de 2001.

A evolução negativa da paridade real/euro durante o ano de 2002, aliada à forte agressividade concorrencial, sentida em especial no mercado de S. Paulo e o abrandamento temporário no processo de expansão, contribuíram para a redução da rentabilidade das vendas da operação brasileira, com o cash-flow operacional (EBITDA) a atingir os 54 milhões de euros, correspondente a um rácio sobre as vendas líquidas de 5,0%, menos 2,7 p.p. que em igual período no ano anterior.

Contributos para o consolidado Sonae

Na perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas da Sonae SGPS, SA a Modelo Continente contribuiu com os seguintes valores mais relevantes:

	Milhões de Euros
Volume de Negócios	3.532,7
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	296,7
Resultado com os Interesses Minoritários	98,4
Investimento Líquido Total	107,4
Dívida Remunerada Líquida	686,7
Capitais Próprios + Interesses Minoritários	405,6

Centros Comerciais²

No exercício de 2002 o total de proveitos da Sonae Imobiliária ascendeu a 384 milhões de euros face aos 321 milhões de euros de 2001³, o que representa um aumento de 19,6% face ao ano anterior. Do total de proveitos de 2002, 217 milhões de euros são proveitos provenientes das operações e 167 milhões de euros decorrem da valorização dos seus imóveis durante 2002. O valor dos imóveis detidos pela empresa a preços de mercado (conforme avaliação feita por entidade independente) teve um crescimento face a 2001 de 430 milhões de euros para 2.560,9 milhões de euros.

O crescimento dos proveitos operacionais decorre em forte medida do acréscimo de 16,1% nas Rendas e Outros Proveitos gerados pelos Centros Comerciais e Galerias geridos em Portugal, para 143,8 milhões de euros. Em termos de Rendas Fixas e Variáveis geradas somente no portfolio de centros comerciais em Portugal verificou-se um crescimento de 9,2% face a 2001, para os 135 milhões de euros.

O cash-flow operacional (EBITDA) situou-se nos 96 milhões de euros face aos 74 milhões de euros do ano anterior, evidenciando um crescimento de 30%.

O resultado líquido do exercício após interesses minoritários em 2002 foi de 144 milhões de euros face aos 121 milhões de euros do ano anterior, o que representa uma variação positiva de 19%.

O investimento técnico líquido da Sonae Imobiliária no ano de 2002 foi de 96 milhões de euros, inferior ao registado em 2001 (160 milhões de euros), fruto sobretudo da abertura em 2002 do Parque D. Pedro no Brasil.

O NAV ("Net Asset Value") dos activos imobiliários atribuível à Sonae Imobiliária à data de 31 de Dezembro de 2002, registou um crescimento de 11%, situando-se nos 1.037 milhões de euros face aos 933 milhões de euros no final do ano de 2001.

² A Sonae Imobiliária apresenta, desde 2001, as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS). A informação financeira contida neste capítulo, relativa a 2002 e 2001, está de acordo com estes princípios contabilísticos. Nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, SGPS, SA este negócio continua a ser incluído utilizando as normas contabilísticas Portuguesas (POC) pelo que os valores de contributos referidos no fim deste capítulo diferem dos apresentados pela Sonae Imobiliária.

³ A Sonae Imobiliária reexpressou o total de proveitos e de custos de 2001, eliminando em ambos os valores relativos a rendas cobradas (cerca de 104 milhões de euros) pelas sociedades gestoras às sociedades proprietárias. Em consequência alterou o valor de total de proveitos que em 2001 foi apresentado por 425 milhões de euros.

Síntese da Actividade

Portugal

A Sonae Imobiliária detém ou co-detém em operação 603.353 m² de ABL (área bruta locável) em Portugal. O portfolio de Centros Comerciais e Galerias gerou rendas brutas totais de 135 milhões de euros, um crescimento de 16,1%, encontrando-se, no final de 2002, ocupado a 97%. Os Centros Comerciais e Galerias detidos ou co-detidos em operação pela Sonae Imobiliária obtiveram uma valorização de 9% face a 2001 para 1.114 milhões de euros. A Sonae Imobiliária detém em Portugal uma quota de mercado de 51%, medida em termos de ABL gerido.

A promoção e desenvolvimento de mais dois Centros Comerciais, mais dois novos Retail Parks e uma nova expansão do CascaisShopping marcou o decurso do ano de 2002. Os dois centros comerciais, o Parque Atlântico (Ponta Delgada, Açores, com ABL de 22.000 m²) e o Estação de Viana (Viana do Castelo, com ABL de 18.000 m²), ambos em co-promoção com parceiros locais, começaram a ser construídos em 2002, estando a sua abertura prevista para o Outono de 2003. O Coimbra Retail Park (Eiras, Coimbra, com ABL de 12.800 m²) tem a sua inauguração prevista para o Outono de 2003, estando o Setúbal Retail Park (Setúbal, com ABL de 20.000 m²) a aguardar a emissão de licença de construção, sendo de esperar que a sua construção se inicie durante 2003. No CascaisShopping decorre a segunda expansão com o objectivo de aumentar a ABL em 7.000 m². O total do investimento previsto para a execução deste projectos é de 147 milhões de euros.

No final de 2002 a Sonae Imobiliária era responsável, em Portugal, pela gestão de 3.059 contratos de lojas e arrecadações, representando um total de 864.594 m² de ABL. Na totalidade dos doze Centros Comerciais e do “retail park”, o número de visitas permaneceu relativamente estável (-0,1%), apresentando o total de vendas uma variação positiva de 7,7% em relação ao ano anterior. Numa base “like-for-like”, excluindo os centros comerciais abertos em 2002, bem como os meses de 2002 em que os centros não estavam abertos em 2001, o número de visitas apresenta um decréscimo de 2,1%, enquanto que as vendas crescem 5,5%.

Espanha

A Sonae Imobiliária detém ou co-detém em operação 313.454 m² de ABL em Espanha, tendo o seu portfolio de Centros Comerciais gerado rendas brutas totais de 36 milhões de euros, encontrando-se, no final de 2002, ocupado a 88%. Os Centros Comerciais e Galerias detidos ou co-detidos em operação pela Sonae Imobiliária obtiveram uma forte valorização face ao ano anterior, para 262 milhões de euros, fruto da abertura do centro comercial e de lazer Plaza Mayor, Málaga, e da detenção conjunta com a ING Real Estate Bishop B.V. da participação nos centros comerciais adquiridos à FILO: 50% dos centros Gran Casa (Zaragoza), Max Center (Bilbao) e Valle Real (Santander) e 25% de La Farga (Barcelona).

Durante o ano de 2002 procedeu-se à inauguração do primeiro projecto de raiz da Sonae Imobiliária neste país, o Plaza Mayor, em Málaga, com 33.034 m² de ABL e um investimento total de 47 milhões de euros. No que respeita a novos projectos, prossegue a bom ritmo a construção e comercialização do centro comercial e de lazer Avenida M40, em Madrid (47.600 m²), cuja inauguração está prevista para a Primavera de 2004, uma promoção conjunta com o grupo Eroski, com investimento total de 111 milhões de euros. Também com este grupo foi anunciada a promoção de um novo centro comercial e de lazer, o Plaza Éboli, em Pinto, região de Madrid, com uma ABL de 30.000 m², representando um investimento total de 45 milhões de euros, com abertura prevista para o Outono de 2004. Ainda em parceria com o grupo Eroski, deu-se início à construção do centro comercial e de lazer Dos Mares, em S. Javier, Murcia, com uma ABL de 24.000 m², representando um investimento total de 35 milhões de euros, com inauguração prevista para a Primavera de 2004, continuando em curso a promoção e desenvolvimento do Luz del Tajo, Toledo (com ABL de 41.400 m² e inauguração prevista para o Outono de 2004, num investimento total de 77 milhões de euros). Em joint-venture, a Sonae Imobiliária e a ING Developments promovem o centro comercial e de lazer Zubiarte, em Bilbao, com abertura prevista para o Outono de 2004, totalizando um investimento de 75 milhões de euros, com uma ABL de 21.700 m². O Málaga Factory Outlet, Málaga, tem abertura prevista para a Primavera de 2005, com ABL de 16.700 m², representando um investimento de 31 milhões de euros.

A Sonae Imobiliária aumentou durante 2002 o seu portfolio de Centros Comerciais e Galerias geridas para um total de catorze, face aos sete do ano anterior, a que corresponde um total de 915 contratos, representando 428.502 m² de ABL. O desempenho global foi amplamente positivo, apresentando uma evolução favorável de 14,5% no tráfego e de 19,2% nas vendas totais, face a 2001. Numa base “like-for-like”, excluindo os centros comerciais inaugurados em 2002, a evolução do tráfego e vendas foi respectivamente de 1,1% e de 9,5%.

Outros Mercados Europeus

A procura de novas oportunidades de crescimento e consolidação da sua experiência no sector dos Centros Comerciais e de Lazer continuou a marcar a estratégia da Sonae Imobiliária em termos da sua expansão internacional. Desta forma, a Sonae Imobiliária tem em desenvolvimento mais sete novos projectos: 3 DO em Dortmund, Alemanha (com ABL de 55.000 m², investimento de 250 milhões de euros e abertura prevista para a Primavera de 2006); Alexander Platz em Berlim, Alemanha (com ABL de 53.200 m², investimento de 266 milhões de euros e abertura prevista para a Primavera de 2006); Vienna Mitte em Viena, Áustria (com ABL de 24.600 m², investimento de 170 milhões de euros e abertura prevista para o Outono de 2006); Aegean Park em Atenas, Grécia (com ABL de 60.000 m², investimento de 152 milhões de euros e abertura prevista para o Outono de 2005), o Brescia Center em Brescia, Itália (com ABL de 29.000 m², investimento de 109 milhões de euros e abertura prevista para o Outono de 2005), o Pavia Center em Pavia, Itália (com ABL de 47.500 m², investimento de 129 milhões de euros e abertura prevista para o Outono de 2005) e o Mediterranean Cosmos em Salónica, Grécia (com ABL de 47.000 m², investimento de 104 milhões de euros e abertura prevista para o Outono de 2004).

Brasil

No Brasil, a Sonae Imobiliária detém ou co-detém em operação 223.725 m² de ABL, tendo o seu portfolio de Centros Comerciais gerado rendas brutas totais de 15 milhões de euros. As rendas totais geradas pelos Centros Comerciais, detidos ou co-detidos pela Sonae Imobiliária no Brasil, apresentaram um crescimento em Reais de 55,8%. No entanto, e face à conjuntura económica do Brasil, marcada pela forte desvalorização do Real, essa variação, quando medida em euros, inverte a sua tendência apresentando um decréscimo de 11,8% face a 2001. A taxa de ocupação destes activos foi de 85%, no final do ano. Os Centros Comerciais e Galerias detidos ou co-detidos em operação pela Sonae Imobiliária obtiveram uma forte valorização face ao ano anterior, para os 96 milhões de euros, fruto da abertura do centro comercial e de lazer Parque D. Pedro, Campinas, S. Paulo. Este é o maior centro comercial e de lazer da América Latina, com 360 lojas distribuídas por 109.638 m² de ABL.

Em S. Paulo está em promoção o Boavista Shopping com abertura prevista para Abril de 2004, num investimento total de 18 milhões de euros, com uma ABL de 24.000 m². Ainda no Estado de S. Paulo foi aprovada a expansão do Shopping Penha, num aumento de 12.300 m² cujo investimento está estimado em 12 milhões de euros.

A Sonae Imobiliária, através da sua participada Unishopping, assegura a gestão de seis Centros Comerciais no Brasil, dos quais cinco no Estado de S. Paulo e um em Brasília. O desempenho global foi fortemente afectado pela abertura do Parque D. Pedro, apresentando uma evolução favorável de 20,8% no tráfego e de 25,3% nas vendas totais em euros (mais do dobro em Reais), face a 2001.

Outras Actividades

A SPEL, operadora na gestão de parques de estacionamento, detida em partes iguais pela Sonae Imobiliária e pela Saba Aparcamientos, SA, reforçou a liderança no mercado português de Parques de estacionamento, totalizando 16.034 lugares.

O volume de negócios neste período ascendeu a 6,2 milhões de euros, um crescimento de 27% face ao ano de 2001.

Durante o ano transacto a SPEL realizou um elevado montante de investimentos fruto do seguimento da estratégia de crescimento e de consolidação da sua quota de mercado. Em termos de portfolio, acrescentou à sua gestão um parque de estacionamento subterrâneo (Praça Carlos Alberto, no Porto), dois parques em altura (Marisqueiras e Mercado, em Matosinhos), um de superfície (Estádio Universitário, em Lisboa) e uma zona de parómetros (em Portimão), que representam um total de 1.795 lugares de estacionamento.

No seguimento do plano de expansão traçado, está prevista para os próximos três anos a construção e subsequente exploração de 1.299 lugares.

No final do primeiro trimestre de 2002 a Sonae Imobiliária vendeu a Prædium - negócio de promoção residencial para venda – à Sonae Capital, tendo por objectivo a focalização no negócio de Centros Comerciais e de Lazer.

Contributos para o consolidado Sonae

Na perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, SGPS, SA a Sonae Imobiliária contribuiu com os seguintes valores mais relevantes:

	Milhões de Euros
Volume de Negócios	236,6
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	81,9
Resultado com os Interesses Minoritários	29,6
Investimento Líquido Total	289,0
Dívida Remunerada Líquida	517,3
Capitais Próprios + Interesses Minoritários	214,0

TELECOMUNICAÇÕES

Em 2002, o volume de negócios consolidado da SonaeCom cresceu 8% para 793 milhões de euros. Para este crescimento contribuíram a Novis (+53%), Clix (+106%), Público (+17%) e a nova divisão de Software e Sistemas de Integração (+39%). O contributo da Optimus foi marginalmente negativo (-1%), em virtude da redução da venda de equipamentos e do corte imposto pelo regulador nas tarifas de interconexão.

O cash-flow operacional (EBITDA ajustado⁴) consolidado, foi de 123 milhões de euros positivos em 2002, uma melhoria significativa face aos 22 milhões de euros positivos em 2001. Esta melhoria advém principalmente do contributo positivo da Optimus para o consolidado SonaeCom de 143 milhões de euros e da redução do contributo negativo da Novis de 45 milhões de euros para 15 milhões de euros.

⁴ EBITDA Ajustado corresponde a Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões eliminando o efeito do diferimento de Custos de Angariação de Clientes (SACs)

Em 2002, a SonaeCom reforçou o nível de provisões em cerca de 26 milhões de euros para fazer face a riscos associados a cobranças duvidosas, depreciação de existências e outros riscos e encargos. Adicionalmente, foi reforçada em 11 milhões de euros a provisão para o investimento na Altitude Software e constituída uma provisão extraordinária, no valor de 4 milhões de euros, para cobrir investimentos na área da Internet. Apesar destas provisões, o forte aumento de rendibilidade operacional em 2002, permitiu à SonaeCom melhorar os resultados líquidos após interesses minoritários em 2 milhões de euros para prejuízos de 74,5 milhões de euros que comparam com prejuízos de 76,4 milhões de euros em 2001.

O investimento técnico (CAPEX) consolidado da SonaeCom totalizou 125 milhões de euros em 2002, uma redução de 37% face ao período homólogo. O investimento foi essencialmente concentrado na Optimus (72%) e na Novis (22%).

O endividamento líquido consolidado da SonaeCom em 2002 foi de 378 milhões de euros, representando uma redução de 136 milhões de euros face a 2001, fruto da redução das necessidades de fundos, causada pela desaceleração do nível de investimento e pela melhoria dos resultados operacionais, e do aumento de capital na SonaeCom. A SonaeCom terminou o exercício de 2002 com liquidez de 131 de milhões de euros.

Síntese da Actividade

Comunicações Móveis

A base de clientes da Optimus registou um aumento de 204 mil clientes durante o ano de 2002 atingindo cerca de 2,1 milhões de subscritores.

O volume de negócios da Optimus em 2002 foi de 612 milhões de euros, representando uma redução de 1% face ao ano anterior. As receitas de serviços aumentaram 3,5% para 570 milhões de euros, o que foi contrabalançado pela diminuição de 37% nas receitas de vendas de equipamento para 42 milhões de euros, consequência da menor angariação de clientes em 2002. As receitas de clientes aumentaram 9,6% para 340 milhões de euros. As receitas geradas por chamadas fixo-móvel e móvel-móvel com terminação na rede da Optimus (receitas de operadores) diminuíram 7,3%, por força da alteração pelo regulador das tarifas de interligação. De salientar que 10% das receitas de clientes da Optimus foram provenientes de receitas de dados (43 milhões de euros).

A diminuição de 15% da receita média por utilizador (ARPU) para 24,1 euros é explicada pelo corte nas tarifas de interligação, pela alteração no mix geral de tráfego com um aumento do peso das chamadas “on-net” (dentro da rede da Optimus), e pela redução nas receitas de clientes geradas por serviços de “roaming” (“roaming” de clientes da Optimus no exterior).

O cash-flow operacional (EBITDA ajustado⁴) aumentou no exercício 65 milhões de euros, para 143 milhões de euros. O resultado líquido foi negativo em 17 milhões de euros, o que compara com 24 milhões de euros negativos registados em 2001.

O investimento técnico (CAPEX) em 2002 na Optimus foi de 89 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 34% face ao período homólogo.

No final do exercício de 2002, o endividamento líquido da Optimus reduziu-se em 98 milhões de euros para os 419 milhões de euros, fruto da redução das necessidades de fundos e do aumento de capital de 100 milhões de euros.

Comunicações Fixas

O volume de tráfego gerido pela rede da Novis foi de 2,5 mil milhões de minutos o que compara com 2,2 mil milhões no ano anterior.

Em 2002 o volume de negócios da Novis foi de 157 milhões de euros face aos 104 milhões de euros verificados em 2001.

O ano de 2002 ficou marcado pela deterioração das condições de mercado para os operadores alternativos, dada a incipiente regulação. Face a tal contingência, a Novis viu-se obrigada a reposicionar o seu negócio em segmentos de mercado em que considera ser capaz de sustentar níveis de rentabilidade aceitáveis.

A base de clientes de acesso directo ascendeu em 2002 a 1.187, o que representa um aumento de 92%. O número de acessos instalados no final do ano era de 2.054, praticamente o dobro do ano anterior. No segmento considerado estratégico, o segmento das PME, a Novis reforçou a liderança entre os operadores alternativos com uma quota de mercado de 8,3%. A base de clientes de acesso indirecto diminuiu em cerca de 12 mil clientes, para cerca de 112 mil clientes, fruto da política de controlo de crédito implementada, da obrigatoriedade de pré-selecção para novos clientes de voz e pela agressividade comercial imposta pelo incumbente.

A implementação de um plano de reestruturação profundo permitiu a melhoria no cash-flow operacional (EBITDA ajustado⁴), de 46 para 17 milhões de euros negativos em 2002. O resultado líquido foi negativo em 78 milhões de euros, o que compara com os 92 milhões de euros negativos registados em 2001, uma melhoria de cerca de 15%.

Em 2002, o investimento técnico (CAPEX) da Novis ascendeu a 27 milhões de euros, reflectindo uma redução de 27% face a 2001. De realçar que a maior fatia do investimento foi efectuada em ligações de acesso directo, susceptíveis de geração imediata de receitas.

No final do exercício de 2002, o endividamento líquido da Novis diminuiu em 36 milhões de euros para 29 milhões de euros.

⁴ EBITDA Ajustado corresponde a Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões eliminando o efeito do diferimento de Custos de Angariação de Clientes (SACs)

A Novis também reforçou a sua estrutura de capital em 2002, com a conversão de empréstimos dos accionistas em prestações suplementares no montante de 83 milhões de euros.

Internet e Media

Em 2002, o Clix gerou 1,8 mil milhões de minutos de tráfego tendo terminado o ano com 226 mil subscritores activos (últimos 30 dias).

O volume de negócios do Clix em 2002 atingiu 36 milhões de euros o que representa um aumento de 103% face a 2001. O cash-flow operacional (EBITDA ajustado⁴), melhorou de 11 para 5 milhões de euros negativos, fruto da melhoria de eficiência nos processos e da política de contenção de custos.

O Clix apresenta-se como o líder destacado do mercado de acesso residencial à Internet com uma quota de mercado de 21,6%. A redução na quota em cerca de 3% deve-se à migração de alguns clientes para soluções de acesso em banda larga. Em Setembro, o Clix lançou a sua própria oferta de acesso banda larga, o ClixTurbo, a qual se sustenta na oferta grossista do operador histórico. Existe a convicção no mercado que é premente a intervenção da entidade reguladora (ANACOM) de forma a tornar este mercado mais concorrencial, uma vez que a oferta grossista do incumbente é extremamente negativa para os ISP's alternativos.

A circulação média no Público cresceu em 2002 para 56,3 mil cópias por dia, mais 5% que no ano anterior, o que é particularmente notável face ao contexto de queda da circulação média diária dos principais jornais diários. A colecção Mil Folhas contribuiu em muito para esse desempenho. O Público aumentou a sua quota de audiências em 2002 de 3,9% para 4,9%, situando-se como o terceiro jornal mais lido em Portugal e o primeiro entre os diários com distribuição nacional.

O volume de negócios do Público aumentou 19% em 2002 para 41 milhões de euros o que compara com 35 milhões de euros em 2001. O cash-flow operacional (EBITDA) aumentou para 1,7 milhões de euros, que compara com 1,3 milhões de euros do período homólogo.

Software & Systems Integration

A unidade de "Software and Systems Integration" (S&SI) da SonaeCom foi criada em 2002 e é constituída pela Enabler, WeDo, NovisIT (apenas numa perspectiva de gestão) e Bizdirect, apresentando um potencial de crescimento elevado. A unidade S&SI, excluindo a Novis IT, empregava 501 pessoas em final de 2002 e em termos agregados gerava um volume de negócios de 46,3 milhões de euros.

⁴ EBITDA Ajustado corresponde a Resultados Operacionais + Amortizações + Provisões eliminando o efeito do diferimento de Custos de Angariação de Clientes (SACs)

Contributos para o consolidado Sonae

Na perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, SGPS, SA a SonaeCom contribuiu com os seguintes valores mais relevantes:

	Milhões de Euros
Volume de Negócios	762,4
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	91,7
Resultado com os Interesses Minoritários	(83,9)
Investimento Líquido Total	141,4
Dívida Remunerada Líquida	462,7
Capitais Próprios + Interesses Minoritários	591,8

SONAE CAPITAL

O volume de negócios consolidado da Sonae Capital (incluindo a Sonae Turismo e a Prædium) durante 2002 foi de 345 milhões de euros, um aumento de 41% face a 244⁵ milhões de euros em 2001, explicado pela aquisição do controlo do negócio da Promoção Residencial, pelo crescimento orgânico e por aquisição do negócio das agências de viagem e a inclusão do Grupo Selfrio, apesar da redução do volume de negócios da actividade de Construção.

O cash-flow operacional (EBITDA) gerado em 2002 foi de 17,4 milhões de euros (3,2 milhões de euros em 2001). O aumento é sobretudo resultante da alienação de propriedades imobiliárias.

O resultado líquido consolidado após interesses minoritários foi negativo de 26 milhões de euros, que compara com 16⁶ milhões de euros positivos em 2001. De notar que este último incluiu resultados extraordinários de 39 milhões de euros decorrentes de alienações de participações financeiras, enquanto este ano se encontra fortemente influenciado por menos-valias (cerca de 20 milhões de euros).

⁵ O valor reportado no relatório de 2001 foi 191 milhões de euros, o qual não incluía o contributo da Sonae Turismo (52,8 milhões de euros) que foi reportada separadamente.

⁶ O valor reportado no relatório de 2001 foi de 25 milhões de euros, o qual não incluía o contributo da Sonae Turismo (- 7,7 milhões de euros).

Turismo

Conforme anunciado na apresentação dos resultados de 2001 os negócios do sector do Turismo passaram a integrar a Sonae Capital.

A actividade da Sonae Turismo foi fortemente penalizada pelos sucessivos atrasos na aprovação pelas autoridades públicas dos planos de pormenor das UNOP'S 1 e 2, da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia, e do Plano de Urbanização da Meia Praia, em Lagos, o que provoca o agravamento da rendibilidade dos investimentos em curso nessas áreas.

Deu-se início ao processo de reorganização do sector das Viagens, terminando a associação à Marsans e estabelecendo parceria estratégica com a Modelo Continente. Em 2003, deverá concluir-se o processo de fusão das actuais três empresas de Viagens, numa só, integrada no âmbito desta parceria.

O volume de negócios, em termos agregados, que inclui também os negócios não detidos maioritariamente e os considerados imateriais, ascendeu a 120 milhões de euros, que compara com 86 milhões de euros no exercício de 2001, representando um crescimento de 39%, assumindo particular relevância o crescimento do negócio de distribuição de viagens.

Os resultados líquidos do exercício foram de 23,6 milhões de euros negativos, sendo de realçar o forte peso dos custos de reestruturação e provisões.

Promoção Residencial

A **Prædium**, que desenvolve actividade de promoção imobiliária residencial, durante o exercício passou a ser detida a 100% pela Sonae Capital (anteriormente 44% Sonae Capital e 56% Sonae Imobiliária).

A empresa centrou a sua actividade na entrega dos apartamentos nos empreendimentos da Torre São Gabriel, em Lisboa, Edifício Seda, em Matosinhos, na construção de um segundo edifício habitacional (Edifício Sedas II) em Matosinhos e no licenciamento de novos projectos, designadamente, em Lisboa (a Torre de São Rafael e Edifício D. João V), Matosinhos (projecto imobiliário para os terrenos da ex-Efanor) e Maia.

Em Setembro efectuou a alienação do terreno para construção da Torre de S. Rafael, o que permitiu a realização de uma mais valia de 10,5 milhões de euros.

O volume de negócios em 2002 foi de 35 milhões de euros, tendo o cash-flow operacional (EBITDA) e o resultado líquido sido respectivamente de 10,5 milhões e de 4,3 milhões de euros.

Parcerias e Capital de Risco

		Milhões de euros	
	<u>Participação</u>	<u>Volume de negócios</u>	<u>Resultado Líquido</u>
ba Vidro	49,9%	173 ⁷	6,4
Grupo Selfrio	70,0%	32,8	0,9

A **ba Vidro** apresentou um volume de negócios consolidado de 173⁷ milhões de euros, um aumento de 10%, acompanhando o bom desempenho do sector do vidro e embalagem (crescimento de mercado em Portugal de 4% e em Espanha de 1%), exponenciado pelo crescimento de 20% nas vendas para fora do mercado ibérico, em particular para os mercados africano e americano.

O cash-flow operacional (EBITDA) consolidado atingiu 43,5⁷ milhões de euros, mais 18% do que no ano anterior, fruto do aumento da produtividade induzido pelas melhorias operacionais realizados nos últimos anos, o que permitiu triplicar os resultados líquidos consolidados para 6,4 milhões de euros.

O efeito conjugado das melhorias operacionais e da ausência de investimentos vultuosos permitiu a redução de 18 milhões de euros no endividamento, não obstante a aquisição de acções próprias de 13 milhões de euros.

De realçar a decisão de renovação tecnológica da fabrica da Marinha Grande e a renegociação do convénio laboral na fábrica de Leon que permitiu a redução em 20% da mão-de-obra.

Durante o exercício de 2002, as empresas do **Grupo Selfrio**, focaram a sua estratégia em duas vertentes, uma ligada à redução de custos, nomeadamente os de estrutura, outra à consolidação e alargamento da prestação de serviços de engenharia para os seus clientes.

O volume de negócios consolidado do Grupo Selfrio foi, durante o exercício de 2002, de 32,8 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 22% relativamente ao exercício anterior.

A redução do volume de negócios em 2002 relativamente ao ano anterior, não se reflectiu no resultado líquido consolidado do exercício, que atingiu cerca de 0,9 milhões de euros.

⁷ Este valor não contribui para o consolidado, uma vez que esta empresa foi registada pelo método da equivalência patrimonial.

Construção, Energia e Engenharia

		Milhões de euros	
	<u>Participação</u>	<u>Volume de negócios</u>	<u>Resultado Líquido</u>
Contacto	100%	86,3	1,7
Cinclus	100%	12,7	0,8
Sodesa ⁸	50%	0,2	-0,3
TP ⁸	50%	27,1	+0,04

O exercício de 2002 na **Contacto** fica marcado por uma profunda reestruturação da empresa, no sentido de adequar os seus recursos à realidade de um mercado de construção civil e de obras públicas em forte retracção. Tal traduziu-se na redução do número de colaboradores de 452 em Dezembro de 2001 para 204 em Dezembro de 2002. O desempenho global das empresas do sector, durante o ano 2002, foi inferior ao verificado no ano anterior, confirmando, a generalidade dos indicadores quantitativos disponíveis, um acentuado decréscimo do nível de produção global do sector.

Em linha com esta menor dinâmica do sector, a empresa registou um volume de negócios de 86,3 milhões de euros que corresponde a uma redução de cerca de 32% face ao exercício anterior. Apesar disso, e porque a reestruturação da empresa foi conduzida, com o objectivo de assegurar a rentabilidade, o cash-flow operacional (EBITDA) foi de 2,7 milhões de euros positivos tendo o resultado líquido do exercício sido, também positivo, em 1,7 milhões de euros.

A Contacto Construções em conjunto com parceiros franceses com “know-how” nas áreas de construção (Eiffage) e operação (Egis) de auto-estradas, venceu em 2000 o concurso para a construção e exploração por um período de 30 anos da auto-estrada Viseu - Chaves (fronteira) numa extensão total de 156 km, integrada no IP3 e com um investimento total de cerca de 725 milhões de euros.

Esta parceria, entre a Eiffage, Caisse de Dépôts et Consignations (CDC), Egis Projects e Sonae, concretizou-se, no final de 2000, através da constituição da **Norscut**⁸, a quem cabe a gestão da concessão no regime de SCUT (Sem Custo Para o Utilizador), e da **Operscut**⁸, que é responsável pela operação da auto-estrada.

No final do exercício estavam abertos ao tráfego os lanços entre Castro Daire e Régua, numa extensão de 33,4 Km, prosseguindo a construção do restante trajecto a bom ritmo, tendo em conta o objectivo definido para a sua conclusão - final do primeiro semestre de 2005.

⁸ Sociedade excluída do perímetro de consolidação

Em Dezembro de 2002, e após o cumprimento integral das condições precedentes do financiamento bancário (entre as quais se destaca a aprovação ambiental), tiveram lugar os primeiros desembolsos de dívida bancária, junto do Banco Europeu de Investimento e do sindicato de bancos comerciais o que permitiu a devolução aos accionistas dos suprimentos realizados até à data (a parte Sonae, detida através da Contacto, ascendia a 22,4 milhões de euros).

A **Cinclus**, que tem como actividade a gestão e fiscalização de projectos, teve, apesar da conjuntura pouco favorável, um bom desempenho no exercício de 2002 tendo o seu volume de negócios sido de 12,7 milhões de euros, cerca de 23% superior ao exercício de 2001.

Destaca-se o envolvimento da empresa nos projectos do Metro do Porto, da Porto 2001, da reabilitação e novas construções em consequência de sismos na Ilha do Pico (Açores) e em diversos projectos da Refer.

O cash-flow operacional (EBITDA) ascendeu a 1,3 milhões de euros e o resultado líquido foi de 770 mil euros.

O ano de 2002 foi o ano de arranque da **Sodesa**⁸ – parceria (50:50) da Sonae com a Endesa para a comercialização de energia eléctrica - negócio que surge na sequência do processo de liberalização em curso no sector. Assim e após a definição da estrutura comercial da empresa, o início efectivo da actividade veio a ocorrer no final do primeiro semestre.

Num cenário que se caracterizou pela forte agressividade do ambiente concorrencial no Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), e pela morosidade (por razões de ordem burocrática) do processo de desvinculação face ao Sistema Eléctrico Vinculado (SEV) dos clientes contratados, a Sodesa conseguiu durante o exercício de 2002, fechar contratos de fornecimento de energia com clientes que representam consumos superiores a 900 GW/ano (60% dos quais são empresas fora do universo Sonae), dos quais cerca de 600 GW/ano estavam já a ser fornecidos no último mês do ano.

No ano de arranque, e com um nível de actividade ainda pouco expressivo, a Sodesa apresentou resultados líquidos negativos de cerca de 300 milhares de euros.

A **Sociedade Térmica Portuguesa – TP**⁸ – parceria (50:50) da Sonae com a Endesa, para os negócios de cogeração e de energias renováveis – aumentou em 2002 a sua capacidade produtiva instalada para 65 MW, pela entrada em funcionamento de uma nova unidade de cogeração. Neste contexto, registou um crescimento na produção total de energia de 15% (conjunto da energia eléctrica e térmica), ultrapassando os 500 GWh. A este crescimento na produção de energia correspondeu um crescimento do volume de negócios (consolidado da totalidade das unidades de cogeração) de cerca de 20% que se cifrou em 27 milhões de euros.

⁸ Sociedade excluída do perímetro de consolidação

O ano de 2002 foi também de melhoria da performance operacional da empresa, melhoria que só não foi ainda mais notória devido quer ao atraso, por razões de ordem burocrática, da aplicação às cogerações do regime previsto no Decreto-Lei n.º 313/01 (que permitirá passar a vender a produção de energia eléctrica para a rede em condições mais vantajosas), quer à evolução do preço dos combustíveis durante o segundo semestre do ano. Reflexo da melhoria da performance, os resultados líquidos foram superiores a 40 mil euros face a um valor negativo do ano transacto de 1,6 milhões de euros.

De referir, por último, que o trabalho de angariação de novos projectos, levado a cabo ao longo do ano, deverá permitir em 2003 arrancar com investimentos que representam uma capacidade de produção adicional cerca de 90 MW – 30 MW em projectos de cogeração 60 MW em projectos de energia eólica (a desenvolver em parceria com outras entidades).

Sector Auto⁹

		Milhões de euros	
	<u>Participação</u>	<u>Volume de negócios</u>	<u>Resultado Líquido</u>
Carplus	50%	12,3	-0,8
Finlog	50%	32	0,6
Guérin	50%	21	0,2
Spel Auto	50%	6,7	-1,7

A **Choice Car** é uma parceria detida em partes iguais com o Grupo Salvador Caetano que agrupa as actividades do sector auto, nas quais se incluem a venda de automóveis usados (semi-novos), o aluguer de curta duração e de longa duração, a venda de peças e acessórios e a prestação de serviços rápidos de manutenção de automóveis.

A **Carplus** vendeu 1.002 viaturas o que compara com 969 em 2001. Em 2002 deu-se início ao programa de expansão com a abertura em Outubro da loja de Alcabideche, com capacidade de exposição para 90 viaturas, tendo igualmente sido abertas em Dezembro duas pequenas lojas junto aos centros comerciais da Amadora e da Maia. A rentabilidade aumentou de uma forma significativa em virtude da melhoria na margem bruta da venda de e da redução dos custos de estrutura em 43%, consequência do plano de redução de custos levado a cabo com sucesso. O resultado líquido evoluiu favoravelmente de -2,1 milhões de euros para -0,8 milhões de euros.

O exercício de 2001 foi mais um ano de crescimento da frota sob gestão da **Finlog** tendo passado de 6.456 para 7.135 viaturas. O volume de negócios em 2002 ascendeu a 32 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 11 % quando comparado com 2001. O resultado líquido manteve-se estável nos 0,6 milhões de euros.

⁹ Este valor não contribui para o consolidado, uma vez que esta empresa foi registada pelo método da equivalência patrimonial.

Na **Guérin**, em 2002, o volume de negócios cresceu muito ligeiramente - cerca de 21 milhões de euros contra 20 milhões em 2001. O número de dias de aluguer durante o ano de 2002 foi ligeiramente inferior ao de 2001 – 1.006 milhões de dias contra 1.009.

A **Spel Auto**, em 2002, atingiu um volume de negócios de cerca de 6,7 milhões de euros, um valor 8 % superior ao de 2001. Em termos operacionais a Spel Auto ainda não atingiu a rendibilidade esperada em virtude de ainda não ter atingido a dimensão crítica necessária.

Logística e Serviços

	Milhões de euros		
	<u>Participação</u>	<u>Volume de negócios</u>	<u>Resultado Líquido</u>
Logística	100%	38	0,06
mds ¹⁰	100%	3,5	0,8

O volume de negócios consolidado do negócio de **Logística** que inclui as empresas Box Lines, Invicta, Star Transportes, Sontrade Lines e Interport Logistics, as duas últimas sediadas em Bristol, Reino Unido, foi de aproximadamente 38 milhões de Euros, 1% superior ao verificado no ano transacto. Significativo foi o facto de 73% deste volume ter sido obtido fora do Grupo Sonae.

O cash-flow operacional (EBITDA) atingiu 642 milhares de euros, dos quais 436 milhares de euros na Box Lines, e o resultado líquido 63 milhares de euros.

O contributo da Box Lines para o volume global de negócios foi de 62,6%, tendo atingido 23,8 milhões de Euros, 8,1% superior a 2001. Pela primeira vez, e tal como previsto no plano de negócios, ao fim do terceiro ano de existência atingiu resultados líquidos e cash-flow positivos.

O facto saliente de 2002 foi a decisão de fundir, por incorporação, a actividade transitória da Star Transportes Internacionais na Box Lines Navegação. Do ponto de vista contabilístico as operações da sociedade incorporada são consideradas como efectuadas por conta da sociedade incorporante a partir de 1 de Janeiro de 2003.

A contínua evolução do comércio internacional tende a considerar o transporte internacional e as operações que lhe são complementares como factores essenciais na obtenção de elevados padrões de eficácia, competitividade e rendibilidade das empresas. Por isso, cada vez mais, se torna indispensável, por um lado, uma maior qualificação e especialização de todos os componentes da cadeia logística visando eliminar os custos supérfluos e aumentar o nível e a qualidade dos serviços, e, por outro, restringir as estruturas de custos ao estritamente necessário ao processamento de um serviço de qualidade, mas de reduzido custo face ao mercado concorrencial existente e em abertura crescente.

¹⁰ Sociedade excluída do perímetro de consolidação

A **mds**¹⁰, corretora de seguros do Grupo Sonae, manteve durante o ano de 2002 o seu ritmo de crescimento tanto ao nível do volume de negócios como de resultados. Fechou com vendas de 3,5 milhões de euros, 32% acima do ano anterior, e com resultados líquidos de 840 milhares de euros, contra 706 milhares em 2001.

Por seu turno, a **Sonae Re**¹⁰, resseguradora cativa do Grupo Sonae, registou um volume de prémios de 15 milhões de euros, crescendo cerca de 64% no ano, e resultados na ordem de 1,25 milhões de euros contra 1,12 milhões de euros em 2001.

Contributos para o consolidado Sonae

Na perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas da Sonae SGPS, SA a Sonae Capital (incluindo a Sonae Turismo e a Prædium) contribuiu com os seguintes valores mais relevantes:

	Milhões de Euros
Volume de Negócios	264,7
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	13,8
Resultado com os Interesses Minoritários	(9,8)
Investimento Líquido Total	34,5
Dívida Remunerada Líquida	83,9
Capitais Próprios + Interesses Minoritários	275,4

ESTRUTURA FINANCEIRA

O investimento líquido no ano foi de 675 milhões de euros (1.213 milhões de euros em 2001), do qual a fatia mais significativa realizada nos Centros Comerciais quer através da construção de novas unidades quer pela aquisição de unidades em Espanha.

O endividamento consolidado líquido no final do ano era de 3.294 milhões de euros, cerca de 203 milhões abaixo do verificado em 2001 que foi de 3.497 milhões de euros. Contribuíram para esta redução a diminuição do nível de investimento e a geração acrescida de fundos pelas operações.

Não obstante o crescimento ocorrido no cash-flow operacional (EBITDA), o aumento nos juros suportados fez diminuir o rácio do cash-flow operacional (EBITDA) gerado sobre os juros suportados de 3,1 vezes em 2001 para 2,8 vezes neste ano.

¹⁰ Sociedade excluída do perímetro de consolidação

A análise do contributo de cada um dos negócios do portfolio da Sonae para o endividamento consolidado revela situações diferenciadas, explicitadas da seguinte forma:

	Endividamento Líquido	EBITDA	Endividamento Líquido/ EBITDA
Sonae Indústria	631	174	3,6
Modelo Continente	687	297	2,3
Sonae Imobiliária	517	82	6,3
SonaeCom	462	92	5,0
Consolidado	3.294	649	5,1

Em geral verificou-se um aumento da capacidade de geração de fundos e uma diminuição do nível de dívida. A excepção é a Sonae Imobiliária em virtude do ambicioso processo de investimento. Neste negócio o endividamento é tradicionalmente comparado com o valor de mercado dos activos, o que no caso da Sonae Imobiliária corresponde a um rácio de 37%, que é normalmente considerado conservador.

Os níveis de alavancagem da Sonae Indústria e da SonaeCom reflectem o forte investimento recentemente realizado que começa agora a ter contrapartida na geração de fundos que a continuar em crescimento, como se espera, conduzirá a níveis mais adequados.

A situação da Modelo Continente está em linha com as melhores práticas no seu sector de actividade.

RENDIBILIDADE

O cash-flow operacional (EBITDA) atingiu 648,6 milhões de euros, um aumento de 7,3% em relação ao gerado em 2001 (604,2 milhões de euros). Este aumento tem particular significado por ter sido obtido em condições macroeconómicas adversas. Os contributos mais relevantes decorrem dos negócios Distribuição (297 milhões de euros, decréscimo de 11%) e Derivados de Madeira (174 milhões de euros, crescimento de 13%). O negócio dos Centros Comerciais, não sendo por natureza gerador de volumes significativos de EBITDA, apresentou um crescimento de 15% para 82 milhões de euros e as Telecomunicações quase duplicaram o contributo positivo de 49 milhões de euros em 2001 para 92 milhões de euros em 2002. De notar que estes crescimentos foram possíveis não obstante a deterioração do contributo dos negócios localizados em países cujas moedas foram sujeitas a desvalorizações significativas (caso do Brasil e da África do Sul), que afectaram este crescimento em cerca de 4,2%. De facto, utilizando taxas de câmbio constantes, o cash-flow operacional (EBITDA) foi de 677,4 milhões de euros.

Os resultados financeiros foram negativos em 253 milhões de euros (191 milhões de euros em 2001). Este aumento está em parte associado ao aumento da dívida média para financiamento dos investimentos ocorridos em anos anteriores, mas também ao peso das diferenças cambiais líquidas negativas.

Os resultados extraordinários negativos de cerca de 26 milhões de euros estão sobretudo associados a custos de reorganização. Ao contrário do que aconteceu em anos anteriores o peso das mais valias na alienação de participações é negligenciável (em 2001 ascenderam a cerca de 100 milhões de euros e em 2000 a 258 milhões de euros).

O resultado líquido após interesses minoritários foi negativo em 56 milhões de euros (55 milhões de euros positivos em 2001). Os contributos positivos dos negócios Distribuição e Centros Comerciais são ainda absorvidos pelos contributos negativos dos negócios Derivados de Madeira e Telecomunicações. As expectativas para estes negócios são no sentido da melhoria significativa da rentabilidade operacional a curto prazo, que naturalmente se reflectirá nos resultados do Grupo.

Tal como em 2001, as diferenças de consolidação foram anuladas por contrapartida de reservas. Caso esta anulação não tivesse sido efectuada, o imobilizado incorpóreo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002 seriam superiores em 836 milhões de euros e as amortizações do ano em 72 milhões de euros.

COMPORTAMENTO BOLSISTA¹¹

No ano de 2002 assistimos à continuação da queda generalizada das Bolsas mundiais, reflectindo a deterioração da confiança dos investidores, induzida pela desaceleração do crescimento económico e pelos escândalos contabilísticos ocorridos sobretudo nos Estados Unidos, verdadeiro motor dos mercados de capitais mundiais.

A Euronext Lisboa não foi excepção, como demonstram a queda de cerca de 16% do índice PSI 20 e a diminuição de quase 29% no volume de transacções anuais.

O título Sonae começou o ano de 2002 com uma evolução positiva associada às acções de reposicionamento do portfolio, mas a partir do segundo trimestre sofreu uma queda significativa que poderá ter sido motivada pela diminuição da expectativa de ganhos especulativos de curto prazo e pelo acentuar da degradação do ambiente em geral nos mercados de capitais.

¹¹ No anexo a este relatório sobre o Governo das Sociedades são apresentados dados estatísticos sobre o comportamento da acção Sonae durante o ano de 2002.

A cotação da acção Sonae fechou a 31 de Dezembro de 2002 em 0,40 euros, a que corresponde uma desvalorização nominal durante o ano de 51%. A capitalização bolsista da Sonae representa um desconto de cerca de 70% do valor de mercado dos seus activos, apesar de apenas parte desse activos estarem cotados e de ser significativo o valor dos activos em empresas não cotadas.

ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício a sociedade adquiriu 13.012.267 acções próprias, representativas de 0,65% do capital social, por 5,4 milhões de euros, não tendo alienado quaisquer acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2002 a sociedade detinha, directa e indirectamente, 134.178.021 acções próprias (6,71% do capital social), com um custo de aquisição médio de 1,077 euros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Sonae, SGPS, SA na qualidade de holding do Grupo procedeu à reorganização de algumas das suas participações financeiras, tendo-as transferido para outras filiais por valores inferiores ao custo de aquisição, o que determinou a apresentação de um resultado líquido negativo de 399.381.278,19 euros. Essas perdas na alienação de participações financeiras foram integralmente anuladas no processo de consolidação, pelo que não influenciaram os resultados consolidados.

Neste contexto, e nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA propôs à Assembleia Geral que esses resultados negativos da sociedade sejam cobertos por Reservas Livres, em igual montante.

PERSPECTIVAS PARA 2003

Para 2003, a economia **Portuguesa** poderá desenhar uma recuperação gradual, impulsionada pela procura externa. Admite o Banco de Portugal que o PIB possa crescer entre 0,25 e 1,25%, consoante a conjuntura internacional, o grau de moderação salarial e a amplitude do ajustamento orçamental. Quanto à procura interna, prevê-se um andamento lento do consumo privado (entre 0,25 e 1,25%) e um novo declínio da formação de capital (num intervalo cujo valor médio é de -2,4%). É plausível um novo abrandamento da inflação em 2003 e 2004, permanecendo, todavia, superior à média da União Europeia, bem como uma nova progressão ascendente do desemprego. Neste contexto, pelo menos até 2004, a economia continuará a falhar a meta da convergência real com a União Europeia.

Na **União Europeia**, as perspectivas económicas continuam afectadas por uma incerteza acentuada e condicionadas pelo *momentum* de retoma consistente da economia global, em especial dos blocos económicos norte-americano e do mercado interno da União Europeia, sendo todavia expectável para 2003 uma recuperação, em todo o caso lenta, do crescimento.

Se a curto prazo a economia **Brasileira** continuará pressionada pelo serviço da dívida, a médio prazo os objectivos de política assentam na redução do endividamento público, através da geração de superávites primários e da adopção de reformas que atenuem a rigidez da política fiscal e na crescente exposição ao livre comércio – medidas essenciais à estabilização financeira e à sustentabilidade do crescimento. Nestas condições, prevê-se que o crescimento do PIB atinja 2,8% em 2003, podendo exceder 3% nos anos subsequentes.

Em síntese, no curto prazo, o quadro de desenvolvimento da actividade da **Sonae** manter-se-á fortemente condicionado, por um lado pela incerteza relativa ao *momentum* e à velocidade que a ansiada retoma da economia mundial vier a revelar e, por outro lado, particularmente no que respeita aos negócios do sector terciário, pelo restabelecimento da confiança ao nível dos consumidores.

Na perspectiva dos negócios onde estamos presentes a expectativa para 2003 é no geral moderadamente optimista, salvaguardando os efeitos macroeconómicos, dado que estes condicionarão fortemente a evolução dos negócios, sobretudo porque a exposição à confiança dos consumidores é elevada e a recuperação das economias incerta.

Nos Derivados de Madeira, influenciado pela conjuntura internacional negativa, o mercado continuará retraído, sobretudo ao longo do primeiro semestre de 2003. Neste cenário, a Sonae Indústria continuará a sua estratégia de consolidação industrial e de presença nos mercados onde actua, através da conquista de quota de mercado, do enriquecimento do mix de vendas com produtos de maior valor acrescentado, de uma maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis e na optimização da utilização da capacidade produtiva instalada, traduzida numa maior focalização do negócio nas variáveis chave ao longo da cadeia de valor, sendo de esperar um aumento da rentabilidade operacional.

Na Distribuição, pretende-se dar continuidade ao plano de desenvolvimento que tem como objectivo último consolidar a posição de liderança que a Modelo Continente detém no mercado português e na região Sul do Brasil. Em Portugal, o plano de expansão, muito condicionado pela indefinição da nova lei de atribuição de licenças para a instalação de unidades comerciais de dimensão relevante, prevê a abertura de cerca de 15.000 m², concretizando assim as licenças disponíveis, sobretudo no retalho não alimentar. No Brasil, são ainda demasiado ténues os sinais de recuperação da economia, pelo que no ano de 2003 não será ainda provável o reatamento em pleno dos planos de expansão dos formatos de base alimentar. Paralelamente, o reforço da orientação da empresa para o cliente, assente em acções voltadas para os níveis de serviço e de qualidade no atendimento, através da permanente formação e qualificação dos recursos humanos, permanecerá no topo das prioridades estratégicas da Modelo Continente.

A Sonae Imobiliária continuará a desenvolver o seu posicionamento de especialista de Centros Comerciais e de Lazer com uma perspectiva integrada de negócio e o objectivo de ser um dos líderes europeus do sector. A sua actividade privilegiará os mercados onde está presente, através quer do desenvolvimento de novos projectos quer de renovação dos projectos existentes, com o objectivo de oferecer produtos de qualidade e inovadores, mantendo-se todavia atenta ao processo de consolidação em curso na Europa.

A SonaeCom continuará a procurar melhorias na rentabilidade operacional através da racionalização e inovação dos sistemas operacionais de negócio. Serão implementadas novas iniciativas geradoras de receitas, incluindo novos serviços de dados. Porém, a retoma do crescimento de receitas no segmento móvel apenas será potenciada pela recuperação do contexto económico e da confiança dos consumidores. No sector de Internet e telecomunicações fixas é premente a implementação de um enquadramento regulatório eficaz que promova um mercado efectivamente liberalizado e resolva os desequilíbrios sectoriais actualmente penalizadores dos operadores alternativos e fortemente condicionadores do seu crescimento e rentabilidade futuros.

O termo do processo de privatização da Portucel implicará a clarificação relativa a este investimento, que nas actuais condições não contribui para a rentabilidade operacional consolidada. É ainda expectável a continuação da melhoria da rentabilidade operacional, salvaguardando a incerteza associada a eventuais impactos conjunturais, acompanhada de uma adequada contenção no nível de investimentos, o que contribuirá para reforçar a estrutura financeira do Grupo.

Maia, 12 de Março de 2003

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Álvaro Carmona e Costa Portela

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

ANEXO AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

DA SONAE SGPS, SA RELATIVO A 31 DE DEZEMBRO DE 2002

O presente anexo contém uma breve descrição das práticas da Sonae, SGPS, SA sobre o Governo da Sociedade ("Corporate Governance") e foi elaborado para cumprimento do disposto no Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro de 2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão consolidado deve ser lido em complemento e conjugação com esse documento para o qual contém remissões sempre que foi considerado mais adequado descrever o assunto no corpo do relatório de gestão, evitando assim a duplicação de informação.

GOVERNO DAS SOCIEDADES

1. Divulgação de informação

1.1. Relações com Investidores

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a sociedade tem como regra informar os seus accionistas e o mercado de capitais em geral dos factos relevantes da sua vida de uma forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo reiterado ao longo do tempo esse compromisso com o mercado e confirmado a sua prática ao longo dos anos.

Essa divulgação é efectuada através da publicação, no site da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (www.cmvm.pt), no Boletim da Euronext Lisboa e no site da sociedade (www.sonae.pt).

Neste site poderão ser encontrados na página da Comunicação os comunicados emitidos desde 1999 e na página inicial ("home page") a apresentação institucional, os relatórios e contas, o comunicado de resultados e o relatório ambiental de elaboração mais recente. A informação relativa aos relatórios e contas e aos resultados é actualizada numa base trimestral o mesmo acontecendo à apresentação institucional.

Como forma de permitir uma maior interacção com os accionistas e investidores o site inclui, ainda, um capítulo dedicado aos Investidores, que contém:

- A identificação dos responsáveis pelas relações com os investidores bem como os endereços para o seu contacto;
- Descrição da performance do título Sonae na Bolsa de Valores;
- Relatórios e Contas Consolidados Anuais, Semestrais e Trimestrais, dos últimos dois anos;
- As apresentações a investidores;
- A convocatória da Assembleia Geral Anual.

A SONAE SGPS SA, através do Gabinete de Apoio ao Investidor, integrado na função "Relações com Investidores", relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo informação actualizada. Adicionalmente, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da vida da sociedade por esta já divulgados no formato imposto por lei, que lhe sejam solicitados.

O Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser contactado através de: Telefone: +351 22 940 47 76; Telefax: +351 22 940 46 34; E-mail: investor.relations@sonae.pt, Morada: Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011,4471-909 Maia. O director do gabinete de apoio ao investidor e da função de relações com investidores é o Dr. José Luís dos Santos Lima Amorim, que pode ser contactado através dos mesmos meios.

O Representante para as Relações com o Mercado de Capitais é a Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira (Telefone: +351 22 948 75 22; Telefax: + 351 22 948 77 22; E-mail: investor.relations@sonae.pt).

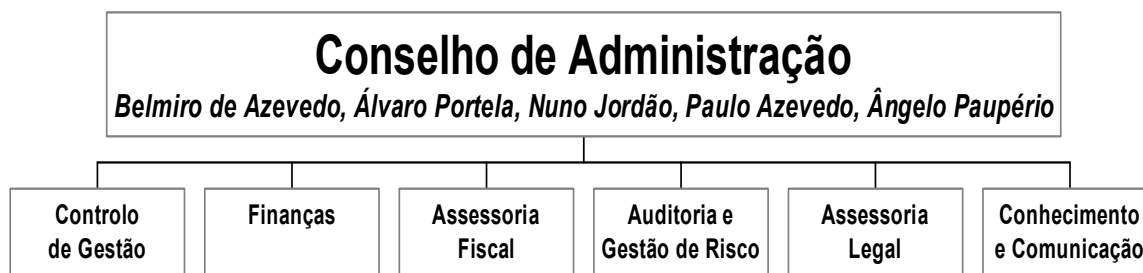
Os documentos de prestação de contas anuais, semestrais e trimestrais bem como as actualizações trimestrais das apresentações institucionais são enviadas por E-mail para todos os accionistas, investidores, analistas, entidades financeiras e jornalistas que, comprovada a sua qualidade, os tenham solicitado.

1.2. Repartição de Competências no Processo de Decisão

As decisões de gestão são tomadas em reunião do Conselho de Administração da sociedade.

O Conselho de Administração funciona colegialmente, sendo composto por um Presidente e quatro vogais. O Conselho de Administração assume como principal competência a gestão do portfolio de negócios e o desenvolvimento da carreira de um quadro de gestores de superior qualidade.

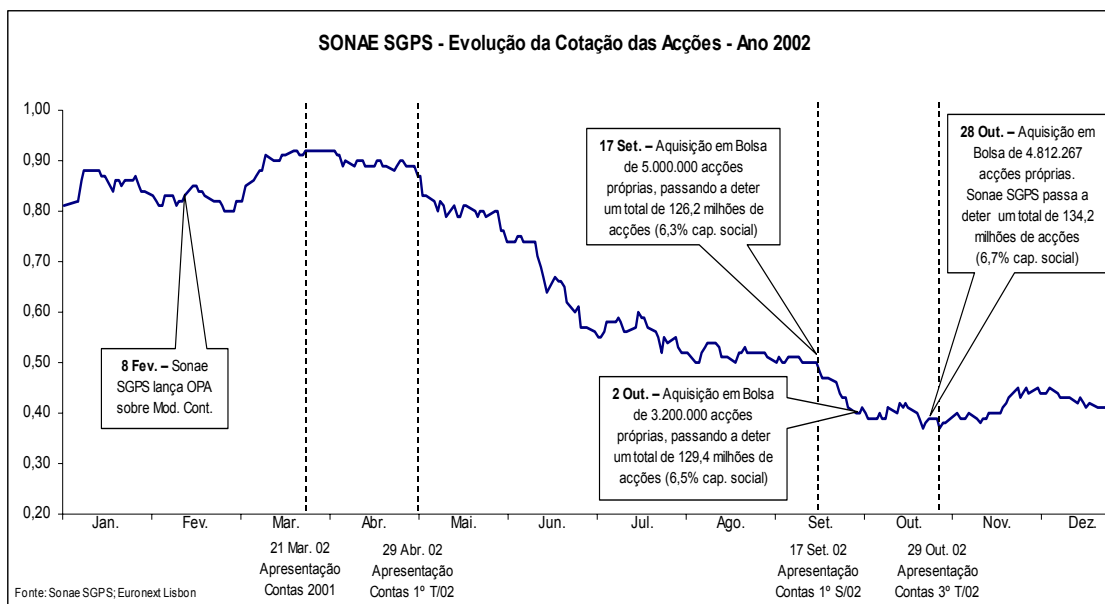
O organigrama funcional da sociedade é actualmente o seguinte:



O Eng.º Ângelo Paupério coordena operacionalmente as direcções funcionais acima mencionadas, reunindo com os respectivos directores numa base semanal. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais emanam da delegação de competências por parte do Conselho de Administração e são coordenadas nas reuniões referidas.

1.3. Evolução da Cotação das Acções

Em complemento à apreciação constante do parágrafo sobre a comportamento bolsista do corpo do relatório de gestão explicita-se abaixo a evolução da cotação da acção, identificando os valores mais significativos e os factos mais relevantes ocorridos ao longo do ano.



Estatísticas Acções Sonae SGPS - Ano 2002:

(Valores em EUR)

Total Acções	2.000.000.000	Cotação Mínima	0,37
Acções livres no Mercado ^(a)	1.865.821.979	Cotação Máxima	0,92
Acções Próprias ^(b)	134.178.021 (6,71%)	Cotação Média ^(d)	0,64
Capitalização Bolsista (final Ano 02) ^(c)	800.000.000	Valor de Abertura (2 Jan.02)	0,82
Quantidade Média Transaccionada	4.082.000	Valor de Fecho (31 Dez.02)	0,40
		Valorização/Desvalorização	-50,6%

^(a) Este valor já tem em conta as 13.012.267 acções próprias adquiridas no ano 2002.

^(b) A filial Modelo Continente detinha, no final do ano de 2002, 50.000 acções da Sonae SGPS.

^(c) O cálculo da capitalização bolsista apresentado tem em conta o n.º total de acções da Sonae SGPS.

^(d) Média ponderada dos valores diários de fecho.

1.4. Distribuição de Dividendos

Os dividendos distribuídos nos últimos anos podem ser resumidos como segue:

	1995	1996	1997	1998	1999	2000 ¹	2002
Dividendo por acção (euros)	0,75	0,75	0,75	0,87	0,50	0,024 ²	0
Dividendos Distribuídos (milhares de euros)	29.705	29.180	29.180	34.305	36.447	45.098	0
Dividendo por acção (escudos)	150	150	150	175	100,241	4,783 ²	0
Dividendos Distribuídos (milhões de escudos)	5.955	5.850	5.850	6.877	7.307	9.041	0
Dividend Yield	4,7%	2,9%	2,0%	2,1%	1,0%	2,0%	0%
Pay out ratio³	46,3%	28,3%	48,0%	48,4%	54,5%	17,6%	0%

1.5. Planos de Atribuição de Acções e Planos de Atribuição de Opções de Aquisição de Acções

Não existem planos de atribuição de acções ou de atribuição de opções de aquisições de acções.

2. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

O contrato da sociedade prevê que apenas poderão participar na Assembleia Geral os accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam, que as tenham inscritas em conta de valores mobiliários escriturais e que façam prova dessa inscrição, através de carta emitida pela respectiva instituição que dê entrada na sociedade, pelo menos, oito dias antes da data da Assembleia.

A cada grupo de mil acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por mil do número de acções que possuam.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por cônjuge, ascendente ou descendente, administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e data da assembleia. As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

¹ Em 2000 foi efectuado aumento de capital de 473 milhões de euros para 2.000 milhões de euros

² Dividendo médio ponderado das acções Sonae e Sonae 2000

³ Calculado por referência ao resultado líquido consolidado após interesses minoritários

Enquanto a sociedade for considerada “sociedade com o capital aberto ao investimento do público”, os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais. Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista. A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites. Até ao presente os accionistas não têm usado esta faculdade. Não existe um modelo específico de voto por correspondência.

Não está consagrada a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

São colocados à disposição dos senhores accionistas, na sede social, e no prazo legal, as propostas a submeter à Assembleia Geral de Accionistas, acompanhadas dos relatórios, documentos e demais elementos de informação preparatória que legalmente as devem acompanhar.

3. Regras Societárias

3.1. Códigos de Conduta e Regulamentos Internos

Os valores e princípios da SONAE são profusamente difundidos e estão profundamente enraizados na cultura dos seus colaboradores. Os principais vectores são a cultura empresarial (liderança, disponibilidade para a mudança, lealdade e rigor, transparência), a responsabilidade com os colaboradores (igualdade no tratamento, desenvolvimento profissional, segurança), a responsabilidade social (consciência ambiental, consciência social, abertura à sociedade, confiança e ética) e a independência face ao poder político. A qualidade de sociedade aberta induz naturalmente uma redobrada atenção ao cumprimento dos deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da sociedade em situações de conflitos de interesses.

Na gestão estratégica e corrente da sociedade e das suas filiais, estas adoptam activamente políticas de gestão de risco nas diversas vertentes dos seus negócios. Para o efeito, têm práticas correntes de gestão e cobertura do risco, acompanhadas e promovidas de forma sistemática e estruturada por departamentos de Auditoria Interna e Gestão de Risco.

3.2. Controlo de Risco

Conforme mencionado no parágrafo 1.2. acima uma das direcções funcionais da Sonae, SGPS, SA é a Direcção de Auditoria Interna e Gestão de Risco. Esta direcção existe também nos negócios de maior dimensão.

Conforme referido no parágrafo sobre Gestão de Risco e Auditoria Interna do relatório de gestão, esta direcção acompanhou e promoveu o desenvolvimento de actividades sistemáticas e estruturadas de gestão dos riscos dos processos de negócio, devidamente integradas no ciclo de planeamento estratégico e operacional dos negócios das empresas do Grupo.

3.3. Acordos Parassociais e Direitos Especiais de Accionistas

Para além do número de acções a que corresponde um voto e das obrigações de representação, mencionadas no parágrafo 2 acima, não existem limitações ao exercício de voto.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de direitos especiais ou acordos parassociais que envolvam accionistas da sociedade.

A sociedade não adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

4. Órgão de Administração

4.1. Caracterização

O Conselho de Administração é composto por cinco membros executivos. Não existem membros não executivos. O Conselho de Administração actualmente em funções foi eleito inicialmente em Assembleia Geral de 5 de Janeiro de 1999 (três membros) e alargado em 31 de Março de 2000 (dois membros adicionais). O mandato deste Conselho de Administração é de quatro anos e termina em 2002. Em ambos os casos os administradores foram eleitos em lista única. Não foi apresentada lista alternativa por nenhum dos accionistas. A Assembleia Geral a realizar em 31 de Março de 2003 é eleitoral.

O Conselho de Administração reúne, em sessão ordinária, mensalmente com a presença de todos os administradores em quase todas as reuniões. Durante 2002 o Conselho reuniu 27 vezes, estando as actas correspondentes registadas no respectivo livro de actas.

4.2. Modo de Funcionamento

O Conselho de Administração recebe a informação sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos com pelo menos 48 horas de antecedência em relação à data de cada reunião. Não existe Comissão Executiva, sendo, portanto, todas as matérias da competência do órgão de gestão, objecto de deliberação do Conselho de Administração.

4.3. Comissões

Não existem comissões internas no âmbito do Conselho de Administração. Existem, contudo, comissões eleitas pelo Conselho de Administração, presididas por membros do Conselho de Administração e a ele reportando, que têm como objectivo auxiliar o Conselho na definição de políticas e na coordenação das actividades de Auditoria e Finanças. A primeira dessas comissões reúne trimestralmente para apreciação do plano e dos resultados dos trabalhos de auditoria interna e externa e é composta por

responsáveis pelas funções de Auditoria Interna e pelos administradores com o pelouro respectivo em cada uma das subholdings. A segunda reúne mensalmente com a presença dos administradores com o pelouro financeiro de cada subholding e dos directores funcionais da Sonae, SGPS, SA considerados relevantes para os assuntos em agenda.

4.4. Remunerações

Nas sociedades emitentes de valores cotados a Assembleia Geral nomeia, com a mesma periodicidade dos órgãos sociais, uma Comissão de Vencimentos, que tem como missão aprovar as remunerações dos membros dos órgãos de gestão. Na sociedade a Comissão de Vencimentos em funções é composta por Efanor Investimentos, SGPS, SA, e pelo Eng.º Bruno Walter Lehmann.

No exercício de 2002, os membros do Conselho de Administração remunerados pela sociedade auferiram remunerações totais de 736.009 euros, das quais 280.000 euros a título de remuneração variável. Esta remuneração está indexada à evolução de um conjunto de indicadores de desempenho, entre os quais constam os resultados consolidados da sociedade e a evolução da cotação das suas acções.

4.5. Funções Exercidas em Outras Sociedades

Os membros do Conselho de Administração exercem funções em muitas das sociedades em relação de domínio com a Sonae, SGPS, SA. Identificam-se as de maior impacto do ponto de vista consolidado:

Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo

Presidente do Conselho de Administração de:

Sonae Indústria, SGPS, SA
Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae Imobiliária, SGPS, SA
Sonae.com, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Efanor Investimentos, SGPS, SA
Imocapital, SGPS, SA
Spred, SGPS, SA
Tableros de Fibra, SA

Eng.º Álvaro Carmona e Costa Portela

Membro do Conselho de Administração de:

Sonae Imobiliária, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Spred, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonae Imobiliária, SGPS, SA (listadas na Notas 1 a 4 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados).

Dr. Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Membro do Conselho de Administração de:

Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Turismo, SGPS, SA
Praedium – Desenvolvimento Imobiliário, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Modelo Continente, SGPS, SA e pela Sonae Turismo, SGPS, SA (listadas na Notas 1 a 4 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados), e pela Praedium – Desenvolvimento Imobiliário, SA.

Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Membro do Conselho de Administração de:

Sonae Indústria, SGPS, SA
Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae.com, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Efanor Investimentos, SGPS, SA
Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonae.com, SGPS, SA (listadas na Notas 1 a 4 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados).

Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Membro do Conselho de Administração de:

Sonae Indústria, SGPS, SA
Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae Imobiliária, SGPS, SA
Sonae Capital, SGPS, SA
Sonae Turismo, SGPS, SA
Sonae Investments BV

Membro do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Modelo Continente, SGPS, SA, pela Sonae Capital, SGPS, SA e pela Sonae Turismo, SGPS, SA (listadas na Notas 1 a 4 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados).

SONAE, SGPS, SA

Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2002

Activo	02.12.31			euros
	Activo Bruto	Amortizações Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	328.511.399	179.482.004	149.029.395	210.084.546
Despesas investigação e desenvolvimento.....	75.681.810	42.173.330	33.508.480	38.153.630
Propriedade industrial e outros direitos.....	20.704.936	11.927.099	8.777.837	8.343.049
Trespases.....	24.034.407	7.613.683	16.420.724	6.681.978
Imobilizações em curso.....	133.966.530		133.966.530	146.737.202
	582.899.082	241.196.116	341.702.966	410.000.405
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	432.037.470	2.709.177	429.328.293	418.790.129
Edifícios e outras construções.....	1.832.683.969	294.381.775	1.538.302.194	1.416.155.560
Equipamento básico.....	2.946.082.569	1.195.594.248	1.750.488.321	1.615.235.741
Equipamento de transporte.....	44.068.369	37.234.298	6.834.071	11.000.091
Ferramentas e utensílios.....	11.194.169	8.458.737	2.735.432	2.879.273
Equipamento administrativo.....	389.050.322	136.483.566	252.566.756	215.087.251
Taras e vasilhame.....	273.720	270.134	3.586	13.551
Outras imobilizações corpóreas.....	46.352.410	32.471.955	13.880.455	23.898.139
Imobilizações em curso.....	228.691.288		228.691.288	718.012.320
Adiantam. por conta de imobilizações corpóreas.....	30.449.379		30.449.379	46.113.290
	5.960.883.665	1.707.603.890	4.253.279.775	4.467.185.345
Investimentos financeiros:				
Partes de capital empresas associadas.....	282.661.132	55.754.686	226.906.446	140.441.812
Empréstimos a empresas associadas.....	135.923.647	15.852.165	120.071.482	88.614.061
Partes de capital em outras empresas participadas.....	244.189.280		244.189.280	253.258.187
Títulos e outras aplicações financeiras.....	78.287.350	10.648.790	67.638.560	90.611.507
Outros empréstimos concedidos.....	355.119	81.820	273.299	762.170
Imobilizações em curso.....	598.799		598.799	17.556
Adiant. p/ conta investimentos financeiros.....	1.802.426		1.802.426	13.303.161
	743.817.753	82.337.461	661.480.292	587.008.454
CIRCULANTE				
Existências:				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo.....	123.168.422	4.502.314	118.666.108	121.942.792
Produtos e trabalhos em curso.....	42.380.088		42.380.088	57.832.941
Subprodutos desperd. resíduos e refugos.....	730.010		730.010	5.638.452
Produtos acabados e intermédios.....	90.699.446	2.962.766	87.736.680	100.442.691
Mercadorias.....	435.616.929	8.594.076	427.022.853	488.553.102
Adiantamentos p/ conta de compras.....	39.333		39.333	279.703
	692.634.228	16.059.156	676.575.072	774.689.681
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes c/c.....	871.817		871.817	
Clientes de cobrança duvidosa.....	378.000	376.296	1.704	100.277
Empresas associadas.....	177.283		177.283	
Adiantam. a fornecedores.....				133.088
Estado e outros entes públicos.....	15.333.365		15.333.365	34.713.271
Outros devedores.....	40.619.608	124.972	40.494.636	69.714.038
	57.380.073	501.268	56.878.805	104.660.674
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes c/c.....	437.590.371	8.702.647	428.887.724	433.232.444
Clientes - Títulos a receber.....	44.421.526	1.331	44.420.195	44.456.674
Clientes de cobrança duvidosa.....	108.450.176	103.745.025	4.705.151	4.336.228
Empresas associadas.....	37.565.340		37.565.340	45.611.904
Empresas participadas e participantes.....				16.800
Outros accionistas.....	181		181	181
Adiantam. a fornecedores.....	3.205.262		3.205.262	5.733.085
Adiantam. a fornecedores de imobilizado.....	418.380		418.380	178.925
Estado e outros entes públicos.....	102.666.782		102.666.782	157.285.434
Outros devedores.....	169.640.254	16.512.024	153.128.230	264.849.897
	903.958.272	128.961.027	774.997.245	955.701.572
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis.....	134.452.249	63.721	134.388.528	98.948.548
Outras aplicações de tesouraria.....	69.976.148		69.976.148	32.770.614
	204.428.397	63.721	204.364.676	131.719.162
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	430.923.156		430.923.156	270.186.114
Caixa.....	3.465.180		3.465.180	13.671.535
	434.388.336		434.388.336	283.857.649
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos.....	269.410.643		269.410.643	259.108.730
Custos diferidos.....	294.752.370		294.752.370	307.076.768
	564.163.013		564.163.013	566.185.498
Total de amortizações		1.948.800.006		
Total de provisões		227.922.633		
Total do activo	10.144.552.819		7.967.830.180	8.281.008.440

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2002

euros

Capital Próprio e Passivo	02.12.31	01.12.31
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital.....	2.000.000.000	2.000.000.000
Acções próprias - valor nominal.....	-134.178.021	-121.165.754
Acções próprias - descontos e prémios.....	-10.388.623	-17.948.289
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.....	6.813.333	16.467.589
Reservas de reavaliação.....	64.353.847	64.353.847
Reservas:		
Reservas legais.....	150.629.362	150.629.362
Outras reservas.....	-1.479.520.228	-1.214.834.962
	597.709.670	877.501.793
Resultado líquido do exercício	-56.026.746	55.029.659
Total dos capitais próprios	541.682.924	932.531.452
Interesses minoritários	854.121.993	932.012.874
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões.....	24.295.376	22.508.797
Provisões para impostos.....	658.439	587.303
Outras provisões para riscos e encargos.....	76.360.685	82.680.930
	101.314.500	105.777.030
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	307.299.173	399.216.326
Dívidas a instituições de crédito.....	2.219.386.164	2.003.336.586
Fornecedores c/c.....	1.479.809	4.024
Empresas associadas.....	39.079.272	56.525.633
Outros empréstimos obtidos.....	162.084.537	122.808.878
Fornecedores de imobilizado c/c.....	40.839.685	34.178.164
Estado e outros entes públicos.....	9.478.611	22.479.088
Outros credores.....	449.926.293	79.289.378
	3.229.573.544	2.717.838.077
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	82.706.573	41.195.529
Empréstimos por títulos de participação.....	56.920	
Dívidas a instituições de crédito.....	1.160.143.104	1.333.393.658
Adiantamentos por conta de vendas.....	5.919.390	13.016.608
Fornecedores c/c.....	806.975.812	900.920.006
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....	61.827.284	74.710.984
Fornecedores - Títulos a pagar.....	28.329.652	27.359.966
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....	1.040.169	2.728.477
Empresas associadas.....	105.486.984	22.561.205
Outros accionistas (sócios).....	2.903.994	78.642.659
Adiantamentos de clientes.....	5.086.827	5.521.338
Outros empréstimos obtidos.....	991.519	12.689.616
Fornecedores de imobilizado c/c.....	82.041.546	218.250.321
Estado e outros entes públicos.....	115.747.229	108.856.863
Outros credores.....	187.814.348	177.853.151
	2.647.071.351	3.017.700.380
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos.....	372.737.290	387.172.149
Proveitos diferidos.....	221.328.578	187.976.478
	594.065.868	575.148.627
Total do passivo	6.572.025.263	6.416.464.114
Total do capital próprio dos interesses minoritários e do passivo	7.967.830.180	8.281.008.440

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA
Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza de 31 de Dezembro de 2002
euros

	02.12.31		01.12.31	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....	2.920.800.014		3.165.064.344	
Matérias-Primas.....	641.566.018	3.562.366.032	700.005.741	3.865.070.085
Fornecimentos e serviços externos		1.566.205.337		1.514.966.154
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	611.150.804		598.783.015	
Encargos sociais:				
Pensões.....	5.503.437		4.663.313	
Outros.....	186.509.320	803.163.561	182.085.756	785.532.084
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	376.520.959		332.004.725	
Provisões.....	53.162.072	429.683.031	45.634.874	377.639.599
Impostos.....	44.237.719		43.639.101	
Outros custos operacionais.....	14.992.657	59.230.376	9.290.985	52.930.086
(A)		6.420.648.337		6.596.138.008
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros.....	13.806.655		921.540	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas associadas.....	2.616.710		678.784	
Outros.....	337.916.289	354.339.654	284.641.038	286.241.362
(C)		6.774.987.991		6.882.379.370
Perdas relativas a empresas associadas.....		4.261.695		3.940.810
Custos e perdas extraordinárias		156.808.465		156.013.803
(E)		6.936.058.151		7.042.333.983
Imposto sobre o rendimento do exercício:				
Imposto corrente.....	43.359.788		51.396.621	
Imposto diferido.....	-47.752.021	-4.392.233	-33.315.617	18.081.004
(G)		6.931.665.918		7.060.414.987
Interesses minoritários.....		6.593.160		14.499.227
Resultado consolidado líquido do exercício		-56.026.746		55.029.659
		6.882.232.332		7.129.943.873
Proveitos e ganhos				
Vendas:				
Mercadorias.....	3.672.285.048		3.940.108.686	
Produtos.....	1.471.605.070		1.456.489.677	
Prestação de serviços	1.131.773.287	6.275.663.405	989.285.425	6.385.883.788
Variação da produção.....		-8.875.067		28.256.417
Trabalhos para a própria empresa.....		84.051.872		119.955.854
Proveitos suplementares	255.574.472		252.911.059	
Subsídios à exploração.....	1.557.482		976.141	
Outros proveitos e ganhos operacionais	31.559.483	288.691.437	34.701.912	288.589.112
(B)		6.639.531.647		6.822.685.171
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a outras empresas.....	12.197.813		10.749.794	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas associadas.....	1.295.468		3.773.014	
Outros.....	9.781.786		3.508.246	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas associadas.....	9.832.060		9.108.270	
Outros.....	67.877.910	100.985.037	68.648.465	95.787.789
(D)		6.740.516.684		6.918.472.960
Ganhos relativos a empresas associadas.....		11.285.452		5.523.359
Proveitos e ganhos extraordinários		130.430.196		205.947.554
(F)		6.882.232.332		7.129.943.873
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		218.883.310		226.547.163
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		-253.354.617		-190.453.573
Resultados correntes: (D) - (C) =		-34.471.307		36.093.590
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		-53.825.819		87.609.890
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F) - (G) =		-49.433.586		69.528.886

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA**Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções de 31 de Dezembro de 2002**

euros

	02.12.31	01.12.31
Vendas e Prestações de Serviços	6.275.663.405	6.385.883.788
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	-5.019.127.431	-5.011.243.557
RESULTADOS BRUTOS	1.256.535.974	1.374.640.231
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	363.385.250	398.962.796
Custos de Distribuição	-891.421.770	-935.313.754
Custos Administrativos	-303.990.396	-292.383.914
Outros Custos e Perdas Operacionais	-234.984.959	-347.162.580
RESULTADOS OPERACIONAIS	189.524.099	198.742.779
Custo Líquido de Financiamento	-218.433.374	-175.949.310
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	-3.173.130	96.858.073
Ganhos (perdas) em outros investimentos	6.443.993	17.024.238
Resultados não usuais ou não frequentes	-15.267.542	-17.580.556
RESULTADOS CORRENTES	-40.905.954	119.095.224
Imposto sobre os Resultados Correntes	4.392.233	-18.069.526
RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS	-36.513.721	101.025.698
Interesses Minoritários	6.593.160	14.499.227
Resultados de Operações em Descontinuação (a)	-12.919.865	-31.496.812
Imposto sobre os Resultados Extraordinários		
RESULTADOS LÍQUIDOS	-56.026.746	55.029.659
RESULTADOS POR ACÇÃO	-0,03	0,03

(a) Custos incorridos com a descontinuação de unidades produtivas da Sonae Indústria

O Conselho de Administração

SONAE - SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Nota prévia: são apresentadas apenas as notas aplicáveis, mantendo-se, no entanto a ordenação numérica do Plano Oficial de Contabilidade.

NOTA 0. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação do Plano Oficial de Contabilidade, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho de 1991.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

(a) Custo histórico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em observância da convenção do custo histórico com excepção das imobilizações corpóreas que incluem as sucessivas reavaliações legais, bem como as reavaliações livres referidas na nota nº 41.

(b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a sociedade mãe e todas as suas filiais. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas no período estão incluídos na demonstração de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda. São efectuados ajustamentos na consolidação quando necessário para adaptar as políticas contabilísticas das associadas às definidas pelo Grupo. As transacções, saldos e os lucros entre empresas do Grupo foram eliminados.

(c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em filiais excluídas de acordo com o artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91 e no capital de outras empresas são relevados ao custo de aquisição.

As sociedades em que o Grupo participe em mais de 20% mas em menos de 50% do capital social e nas quais o Grupo pode exercer influência significativa foram incluídas nas demonstrações financeiras como empresas associadas pelo método da equivalência patrimonial. A parte do resultado líquido das associadas atribuível ao Grupo está incluído na demonstração dos resultados nas rubricas de perdas e ganhos relativos a empresas associadas. A parte de outros movimentos no activo líquido das associadas ocorridos após a aquisição e atribuíveis ao Grupo é considerada no Balanço na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas. São efectuados ajustamentos na consolidação quando necessário para adaptar as políticas contabilísticas das associadas às definidas pelo Grupo. Os lucros com empresas associadas são eliminados na consolidação, proporcionalmente.

(d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizados ao custo de aquisição, que inclui os gastos adicionais de compra. Caso o valor de mercado desses títulos seja inferior ao custo de aquisição e se estime que a diferença corresponde a uma perda permanente de valor são constituídas as respectivas provisões.

(e) Activo imobilizado corpóreo

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, incluindo as sucessivas reavaliações legais e reavaliações livres referidas na nota nº 41, acrescido das despesas imputáveis à compra.

Os subsídios recebidos ou a receber relativos a activos específicos são apresentados em proveitos diferidos e considerados proveitos ao longo da vida útil dos respectivos bens. Os subsídios não identificáveis com activos específicos são considerados proveitos no período em que são recebidos.

(f) Depreciação

A depreciação é calculada em duodécimos pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

Classe de Imobilizado	%
Edifícios e outras construções	2
Equipamento básico	6,6 - 10
Equipamento de transporte	20
Equipamento administrativo	10
Imobilizações incorpóreas	20

(g) Propriedade Industrial

As marcas e patentes são apresentadas ao custo e amortizadas ao longo da vida útil do correspondente activo ou da duração da patente ou marca, dos dois a mais baixa.

(h) Trespases

Os trespases correspondem ao excesso do montante pago ou a pagar sobre o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos sendo registados na rubrica de imobilizado incorpóreo "Trespases" e amortizados por um período entre 5 e 12 anos.

(i) Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação, calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, e que correspondem ao excesso do valor de aquisição sobre o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos são registadas directamente nos capitais próprios como uma redução do saldo da rubrica "Outras reservas".

(j) Capitalização de encargos financeiros

Os encargos financeiros directamente correlacionados com activos específicos, incorridos até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem são capitalizados, e amortizados de acordo com o definido em f) acima.

(k) Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento

As despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento de projectos específicos com expectativa razoável de sucesso comercial são capitalizadas desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos ou estimados incorrer e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos. Estas despesas capitalizadas são amortizadas por um período de cinco anos.

As despesas incorridas antes da abertura de cada estabelecimento comercial, quando superiores aos proveitos associados, são incluídas na rubrica "Despesas de Instalação".

(l) Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é na generalidade calculado utilizando o critério da média ponderada e os seguintes métodos:

Mercadorias e Matérias-primas

- custo médio das existências, incluindo custos de transporte, despacho e manuseamento;

Produtos em Curso de Fabrico e Produtos Acabados

- todos os custos imputáveis às obras;
- todos os custos directos de produção e encargos gerais de fabrico imputados com base num nível normal de actividade;

Produtos de Consumo

- preço de custo médio.

(m) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período.

Nos casos em que os saldos no fim do período estão regulados por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em euros.

Os activos e passivos das filiais estrangeiras são convertidos em euros às taxas de câmbio em vigor no final do período. Os resultados das filiais estrangeiras são convertidos às taxas de câmbio médias do período. As diferenças ocorridas na conversão dos capitais próprios iniciais das filiais estrangeiras são registadas numa reserva de conversão cambial, a qual está incluída na rubrica "Outras Reservas".

As taxas de câmbio utilizadas no período para a conversão em euros das demonstrações financeiras das filiais estrangeiras foram as constantes na nota nº 24.

(n) Interesses minoritários

Os montantes dos capitais próprios das empresas filiais consolidadas, atribuíveis às acções ou partes detidas por pessoas estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica "Interesses minoritários".

Os interesses minoritários sobre o resultado líquido das filiais consolidadas são identificados e ajustados por dedução ao resultado do grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica "Interesses minoritários".

(o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das filiais de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

(p) Locação financeira

Os activos sob contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, estão reflectidos no balanço consolidado, de acordo com o disposto na Directriz Contabilística nº 10.

(q) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas estimadas.

NOTA 1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

FIRMA	Condições de Inclusão	Sede Social	Percentagem de capital detido			
			02.12.31		01.12.31	
			Directo	Total	Directo	Total
Sonae - SGPS, S.A.	MÃE	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Sonae Indústria						
Aglom - Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A.	a)	Oliveira do Hospital	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Aglom Financial Investments, S.A.	a)	Cayman	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Casca - Sociedade de Revestimento, S.A.	a)	Águeda	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Celnave - Agência de Navegação, Lda	b)	Viana do Castelo	100,00%	31,11%	100,00%	30,68%
Celpap - Terminal de Celulose e Papel de Portugal, Lda	b)	Viana do Castelo	100,00%	31,11%	100,00%	30,68%
Cia. De Industrias y Negocios, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Emprobal - Emp. Prod. e Comercialização de Embalagens, Lda	b)	Funchal	60,00%	18,67%	60,00%	18,41%
Euro Decorative Boards Ltd.	a)	Peterlee (U.K.)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Euromegantic Lteé	a)	Quebec (Canadá)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,39%
Explotaciones Comerciales, Industriales y de Servicios, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Explotaciones Madereras Catalanias, S.A.	a)	Madrid	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Gescartão, SGPS, S.A.	b)	Lisboa	65,00%	31,11%	65,00%	30,68%
Glunz AG	a)	Hamm(Alemanha)	98,17%	89,02%	98,16%	87,64%
Gollin GmbH	a)	Bad Oeynhausen	90,00%	80,12%	90,00%	78,87%
Imocapital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	b)	Maia	50,00%	47,86%	50,00%	47,20%
Industrias Químicas del Carbono, S.A.	a)	Valencia (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Isoroy Casteljaloux	a)	Casteljaloux (França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Isoroy Chatellerault, S.A.	a)	Labruguière (França)	100,00%	90,67%	100,00%	89,27%

	Isoroy Diffusion SNC	a)	Alfortville (França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Isoroy Le Creusot, SAS	a)	Torcy (França)	99,99%	90,68%	99,99%	89,27%
	Isoroy Panneaux de Fibras S.A.	a)	St.Dizier (França)	99,99%	90,68%	99,99%	89,27%
	Isoroy SAS	a)	Boulogne (França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
1)	Isoroy Transformation S.A.	a)	St. Dizier (França)	99,99%	90,65%	99,99%	89,27%
	Lepe - Empresa Portuguesa de Embalagens, S.A.	b)	Marinha Grande	100,00%	31,11%	100,00%	30,68%
	Leroy Gabon S.A.	a)	Libreville (Gabão)	99,99%	90,67%	99,99%	89,26%
	Maichave – Consultadoria e Gestão, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	Manipulaciones Forestales, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Megantic B.V.	a)	Amsterdão (Holanda)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.	a)	Paredes	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	NAB, Sociedade Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	Novobord (Pty) Ltd	a)	Rosebank (África Sul)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
1)	Placage d’Okoumé du Gabon S.A.	a)	Libreville (Gabão)	99,87%	90,56%	89,76%	80,13%
	Plysorol SAS	a)	Niort (França)	99,99%	90,68%	99,99%	89,27%
	Plysorol SNC	a)	Lisieux (França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Poliface – Componentes e Sist.para Mob. e Construção, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,39%
	Poliface Componentes y Sist.para Mobiliário y Construcción, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	95,72%	100,00%	94,39%
	Portucel Embalagem – Emp. Prod. de Embalagens de Cartão, S.A.	b)	Cascais	100,00%	31,11%	100,00%	30,68%
	Portucel Recicla – Indústria de Papel Reciclado, S.A.	b)	Mourão	100,00%	31,11%	100,00%	30,68%
	Portucel Viana – Empresa Produtora de Papeis Industriais, S.A.	b)	Viana do Castelo	100,00%	31,11%	100,00%	30,68%
6)	Portucel Viana Energia – Empresa de Cogeração Energética, S.A.	b)	Viana do Castelo	100,00%	30,75%	100,00%	30,68%
	R.G.R. – Reciclagem e Gestão de Resíduos, S.A.	a)	Mangualde	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Resoflex – Mobiliário e Equipamentos de Gestão, S.A.	a)	Vila de Conde	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	SCS Beheer, BV	a)	Amsterdão (Holanda)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Selvicola del Norte, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Siaf – Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais, S.A.	a)	Mangualde	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Soc. de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais - Energias, S.A.	a)	Mangualde	100,00%	90,69%	100,00%	89,27%
	Socelpac – SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	Société Civile Bois de la Duchesse	a)	Auxerre (França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Société Civile de Chamouille	a)	St.Dizier (França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Société Civile de la Route de Caen	a)	Saint-Pierre(França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
1)	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	a)	França	99,99%	90,67%	-	-
	Societe des Panneaux Isoroy S.A.	a)	Ussel (França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Société Essences Fines Isoroy	a)	Honfleur (França)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Somit – Imobiliária, S.A.	a)	Oliveira do Hospital	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Sonae Indústria - SGPS, S.A.	a)	Maia	95,72%	95,72%	94,40%	94,40%
	Sonae Industria Consultadoria e Gestão, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,39%
	Sonae Novobord (Pty) Ltda	a)	Woodnead (África Sul)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Sonae Serviços de Gestão, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	Sonae Tafibra - Gestão Comercial, S.A.	a)	Maia	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
	Sonae Tafibra (UK) Ltd	a)	Hants (U.K.)	100,00%	90,68%	100,00%	94,40%
	Sonae Tafibra Benelux, BV	a)	Woerden (Holanda)	100,00%	89,02%	100,00%	87,64%
	Sonae UK, Limited	a)	Londres (U.K.)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Spanboard Products Ltd	a)	Belfast (U.K.)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Tableros de Fibras, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	94,73%	90,68%	94,57%	89,27%
	Tableros Tradema, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Tafibra - Tableros Aglomerados y de Fibras, A.I.E.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,69%	96,54%	86,19%
	Tafibra South Africa (Pty), Limited	a)	África do Sul	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Tafibras Participações, S.A.	a)	Curitiba (Brasil)	53,99%	48,95%	53,99%	48,20%
	Tafisa Brasil, S.A.	a)	Curitiba (Brasil)	100,00%	56,88%	100,00%	56,00%
	Tafisa Canadá Société en Commandite	a)	Quebec (Canadá)	67,23%	60,96%	60,36%	53,89%
	Tafisa France, S.A.	a)	Paris (França)	99,99%	90,68%	99,99%	89,27%
	Tafisa U.K.Ltd.	a)	Petrelee (U.K.)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Tavapan, S.A.	a)	Tavannes (Suíça)	100,00%	89,02%	100,00%	87,64%
	Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	a)	Barcelona (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
	Tool, GMBH	a)	Alemanha	100,00%	89,02%	100,00%	87,64%
Modelo Continente							
5)	Best Offer - Prestações de Informações pela Internet, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Cacetinho – Grandes Armazéns, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Chão Verde - Sociedade Gestora Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Contifin., S.G.P.S., S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	a)	Castelo de Paiva	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
11)	Continente Investimentos Brasil, S.A.	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%

	Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Estevão Neves – Hipermarcados da Madeira. S.A.	a)	Madeira	51,00%	38,53%	51,00%	35,95%
3)	Expedis - Logística Integrada, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	74,97%	100,00%	70,48%
	Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Fozmassimo –Com. e Ind. de Produtos Alimentares, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
5)	Global S - Hipermercado, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	18,76%
	IGI - Investimento Imobiliário, S.A.	a)	Porto	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Infocfield - Informática, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Informeios – Projectos e Representações, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Max Office - Artigos e Serviços para Escritórios, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modelo - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modelo Continente Hipermarcados, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
9)	Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.	a)	Matosinhos	75,54%	75,54%	70,48%	70,48%
	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modelo Investimentos (Brasil), Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modelo.Com – Vendas por Correspondência, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modis Distribuição Centralizada, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modis International Trading, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Modis, S.G.P.S., Lda	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	OK Bazar - Comércio Geral, S.A.	a)	Ermesinde	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	a)	Porto	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Gondomar	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Sonae Distribuição Brasil, S.A.	a)	Porto Alegre (Brasil)	92,27%	70,10%	88,15%	62,13%
	Sonae Retalho Espana – Servicios Generales, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Sondis B.V.	a)	Linne (Holanda)	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Sondis Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Sonvecap, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Sport Zone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	a)	Vila Nova Famalicão	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Sport Zone España - Comercio Artigos de Desporto, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
1)	SRE - Projectos e Consultoria, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
	Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
Sonae Imobiliária							
	Algarveshopping – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
2)	Amarras, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	-	-
4)	Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	b)	Maia	50,00%	40,81%	50,00%	40,81%
12)	Ascendente, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
16)	Avenida M-40, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	60,00%	40,22%	60,00%	40,22%
	Caisgere, S.G.P.S., S.A.	a)	Lisboa	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Colombogest - Gestão de Centros Comerciais, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
5)	Comercial de Pinto Shopping, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	65,00%	43,58%	-	-
5)	Comercial San Javier Shopping, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	65,00%	43,58%	-	-
	Consultoria de Centros Comerciales, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	67,04%	60,00%	40,22%
	D. Pedro I, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	D. Pedro II, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Datavenia - Gestão de Centros Comerciais, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Fimaia - Serv. na Área Económica e Gestão de Investimentos, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
1)	Gal Park S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Gram – Grandes Armazéns, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	67,04%	100,00%	33,60%
	Guimarãesshopping - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
1)	ImmoProject, Gmbh	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Imo R - Companhia Imobiliária, S.A.	b)	Porto	50,00%	33,52%	50,00%	33,60%
1)	Imobrasil I, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
1)	Imocolombo Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
2)	Imoconstruction, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	-	-
2)	Imocontrol, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	-	-
1) 13)	Imodevelopment, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Imogermany, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
1)	Imoitale II BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Imopraedium, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Imospain III, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%

1)	Imospain IX, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Imospain V, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
1)	Imospain VII, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
1)	Imospain VIII, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Imospain, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Imoalue, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	LouresShopping - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Madeirashopping – Sociedade de Centros Comerciais, S.A.	a)	Funchal	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Maiashopping – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Norteshopping – Gestão de Centro Comercial, S.A.	a)	Porto	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Omala - Imobiliária e Gestão, S.A.	a)	Porto	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	OMNE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	a)	Maia	50,00%	33,52%	50,00%	33,60%
5)	Pa Zehnte Beteiligungsverwaltungs, GmbH	a)	Austria	100,00%	67,04%	-	-
	Paracentro - Plan.Com.e Gestão de Centros Comerciais, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
1) 19)	Pátio Boavista, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	99,82%	66,92%	90,00%	60,34%
	Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Parque Dom Pedro Shopping, S.A.	a)	São Paulo (Brasil)	97,52%	64,99%	95,03%	65,52%
	Plaza Mayor - Parque de Ocio, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	75,00%	50,28%	75,00%	50,39%
	Prediguarda - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Pridelease Investments, Ltd	b)	Cascais	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
1)	Proyecto Shopping 2001, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	65,00%	43,58%	100,00%	67,04%
	RPU, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Rule, S.G.P.S., S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	SM – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	33,52%	100,00%	33,52%
	Sonae Germany, GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária - Asset Management, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária – Gestão, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária Assets, SGPS, S.A.	a)	Porto	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária Brasil BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária Desarrollo, S.L.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária Development II, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária Development, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária III - Serviços de Apoio a Empresas, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária Property & Management, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonae Imobiliária, S.G.P.S, S.A.	a)	Maia	67,04%	67,04%	67,04%	67,04%
	Sonae West Shopping, AG	a)	Alemanha	95,00%	63,69%	75,10%	50,46%
	Sonaeimo – Empreendimentos Comerciais, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Sonaeimo, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	SPEL - Sociedade de Parques de Estacionamento, S.A.	b)	Porto	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
1)	Transalproject 2000, SRL	a)	Sondrio (Itália)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Vasco da Gama - Promoção de Centros Comerciais, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Vasco da Gama Dois Gest – Gestão de Cent. Comerciais, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Viacatarina Gest - Gestão de Centros Comerciais, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
	Vilalambert – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
SonaeCom							
1)	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	79,17%
	Clixgest – Internet e Conteúdos, S.A.	a)	Matosinhos	56,67%	46,92%	56,67%	44,86%
14)	Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.	a)	Maia	75,10%	62,18%	45,00%	35,63%
1)	Douro - Centro de Produções Artísticas, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
	Enabler - Informática, S.A.	a)	Maia	100,00%	56,64%	100,00%	79,17%
1)	Enabler Brasil, Ltda	a)	Curitiba (Brasil)	99,00%	54,10%	100,00%	79,17%
1)	Enabler UK, Ltd	a)	Inglaterra	65,00%	35,52%	70,00%	55,42%
1)	Fun Online - Atividades Lúdicas, S.A.	a)	Maia	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
	Harpa, Beheer, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
1)	Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	a)	Maia	100,00%	82,79%	70,00%	55,42%
1)	Move On SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
	Novis Telecom, S.A.	a)	Maia	56,67%	46,92%	56,67%	44,86%
	Optimus Telecomunicações, S.A.	b)	Maia	46,29%	38,33%	45,89%	36,26%
	Per - Mar - Sociedade de Construções, S.A.	a)	Loures	100,00%	38,33%	100,00%	36,26%
	Público – Comunicação Social, S.A.	a)	Matosinhos	99,99%	82,79%	99,99%	79,17%
	Publico.pt - Serviços Digitais Multimedia, S.A.	a)	Porto	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
1)	Retailbox BV	a)	Amestredão(Holanda)	66,00%	54,64%	100,00%	79,17%
1)	Santo Bosque - Espaço de Entretenimento Lda	a)	Matosinhos	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	a)	Porto	90,00%	74,51%	90,00%	71,24%
	Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
	Sonae Telecom, SGPS, S.A.	a)	Porto	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
17)	Sonae.com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
	Sonae.Com, SGPS, S.A.	a)	Maia	82,79%	82,79%	79,17%	79,17%
	Sonaetelecom, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
2)	We Do Brasil - Soluções Informáticas, Ltda	a)	Brasil	99,89%	82,79%	-	-

	We Do Consulting - Sistemas de Informação, S.A.	a)	Maia	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
1)	XS - Comunicação, Informação e Lazer, S.A.	a)	Maia	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
Sonae Capital							
	Aquapraia – Investimentos Turísticos, S.A.	a)	Grandola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Aquapraia, S.G.P.S., S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Aveiria - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bloco W - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Box Lines – Navegação, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	95,00%	95,00%
15)	Capitais Privados - SGPS, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Casino Hotel Troia, S.A.	a)	Grandola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)	Centro Residencial da Maia - Urbanismo, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
	Cequip - Equipamentos de Construção, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cinclus - Planeamento e Gestão de Projectos, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cinclus Imobiliária, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	CMO - Construções, Lda	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5)	Consolimar - Urbanizadora Internacional, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	49,00%	49,00%
	Contacto - S.G.P.S., S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contacto - Sociedade de Construções, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)	Country Club da Maia - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
	Efanor - Indústria de Fios, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	100,00%
	Efanor Design e Serviços, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	100,00%
	Empreendimentos Imobiliários Contacto II, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)	Empreendimentos Imobiliários Quinta da Azenha, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
1)	Equador - Agência de Viagens e Turismo, S.A.	a)	Lisboa	65,91%	65,91%	66,00%	66,00%
1)	Equador & Burnay, Lda	a)	Lisboa	75,00%	49,43%	75,00%	49,50%
1)	Equador & Mendes, Lda	a)	Lisboa	75,00%	49,43%	75,00%	49,50%
7)	Espimaia - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	67,04%
	Gestholding - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Grano Salis, Lda	a)	Grandola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
15)	Iginveste - Serv. Área Económica e Gestão de Investimentos, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoarea, SGPS, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)	Imoclub - Serviços Imobiliários, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
	Imoferro – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)	Imohora - Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
7)	Imohotel - Empreendimentos Turísticos Imobiliários, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
7)	Imosedas - Imobiliária e Serviços, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
15)	Inparvi, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Interlog – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Inventory - Acessórios de Casa, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	100,00%
15)	Invicta, S.G.P.S., S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Libra Serviços, Lda	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marmagno – Exploração Hoteleira Imobiliária, S.A.	a)	Grandola	100,00%	88,39%	100,00%	86,80%
	Marvero - Exploração Hoteleira Imobiliária, S.A.	a)	Grandola	100,00%	88,39%	100,00%	86,80%
1)	Nova Equador Internacional, Agência de Viagens e Turismo, Lda	a)	Lisboa	75,00%	49,43%	75,00%	49,50%
5)	Palmares - Companhia de Empreendimentos Turísticos de Lagos, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	25,00%	25,00%
	Palmares Investimentos e Urbanizações, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	51,12%	51,12%
	Partnergiro – Empreendimentos Turísticos, Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
15)	Polo Norte, SGPS, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7)	Praedium - Desenvolvimento Imobiliário, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
7)	Praedium II – Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
7)	Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
7)	Prédios Privados Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
7)	Predisedas - Predial das Sedas, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
7)	Promosedas - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
	Prosa – Programação Informática, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Publimeios, SGPS, S.A.	a)	Maia	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
	Quinta da Covilhã – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Rhodes Investments Ltd.	a)	Hants (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Rochester Real Estate, Limited	a)	Kent (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5)	Roteiro - Prestação de Serviços de Turismo, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	86,61%	50,00%	50,00%
	Safira Services – Limpeza e Espaços Verdes, S.A.	a)	Porto	51,00%	25,55%	51,00%	25,55%
1)	Santos Taborda & Carvalho, Sociedade Unipessoal, Lda	a)	Lisboa	100,00%	65,91%	100,00%	66,00%
	Selfrio - Engenharia de Frio, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	Selfrio, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	a)	Matosinhos	70,00%	35,07%	70,00%	35,07%
	Sistavac - Sist. de Aquec. Ventilação e Ar Condicionado, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	SKK - Central de Dist. para a Refrigeração e Climatização, S.A.	a)	Porto	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	SMP - Serviços de Manutenção e Planeamento, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	35,07%	100,00%	35,07%
	Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.	a)	Grandola	100,00%	88,39%	100,00%	86,80%

	Soconstrução, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soira - Sociedade Imobiliária de Ramalde, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinca III - Desporto e Saúde, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinca Lazer, S.G.P.S., S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soltroia – Investimentos Turísticos, S.A.	a)	Lisboa	52,08%	52,08%	52,08%	52,08%
	Solução - Apoio à Gestão, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital, SGPS, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae International Ltd	a)	London (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Retalho Especializado – SGPS, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	100,00%
1)	Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Turismo, SGPS, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sontrade Lines Ltd	a)	Hants (U.K.)	63,75%	63,75%	63,75%	63,75%
	Sontur, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spinarg, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7) 10)	Spinveste - Gestão Imobiliária SGII, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
15)	Spinveste, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Spred - SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Star Transportes Internacionais, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Star Viagens e Turismo, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	98,84%	100,00%	98,68%
18)	Stayfair Ltd	a)	Liverpool (U.K.)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Textil do Marco, S.A.	a)	Marco de Canaveses	90,37%	90,37%	90,37%	90,37%
	Torraltá – Clube Internacional de Férias, S.A.	a)	Grandola	88,39%	88,39%	86,80%	86,80%
7)	Torre São Gabriel - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
7)	Torre São Rafael - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
	Troiaverde - Exploração Hoteleira Imobiliária, S.A.	a)	Grandola	100,00%	88,39%	100,00%	86,80%
	Tulipamar - Exploração Hoteleira Imobiliária, S.A.	a)	Grandola	100,00%	88,39%	100,00%	86,80%
7)	Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
	Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Outras							
	Aserraderos de Cuellar, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
8)	Eurofone - Telecomunicações Móveis, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Integrum - Serviços Partilhados, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Somit – Soc. Madeiras Industrializadas e Transformadas, S.A.	a)	Oliveira do Hospital	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Sonae Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Produtos e Derivados Florestais, SGPS, S.A.	a)	Porto	50,01%	50,01%	50,01%	50,01%
	Sonae Wood Products, B.V.	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%

a) alínea a), nº1 do artº1º do Decreto-Lei nº 238/91 (maioria dos direitos de voto, sendo titular do capital da empresa);

b) alínea b, nº1 do artº 1º do Decreto-Lei nº 238/91 (maioria dos membros dos órgãos de administração);

1) Filiais excluídas da consolidação no período anterior por não serem materialmente relevantes;

2) Filiais constituídas no exercício;

3) Filial alienada em Janeiro de 2002;

4) Alienação de 50% do seu capital passando a ser uma associada excluída pelo método da equivalência patrimonial;

5) Filiais adquiridas em 2002;

6) Filial alienada em Maio de 2002;

7) Filiais incluídas no segmento da Sonae Imobiliária no período anterior;

8) Filial incluída no segmento da Sonae Capital no período anterior e dissolvida no exercício;

9) Inclui as acções adquiridas em Janeiro de 2003 no âmbito do aumento de capital efectuado por subscrição indirecta e colocado aos accionistas nessa data. Inclui ainda a participação vendida ao Grupo Santander relativamente à qual existe opção de compra explicitada na Nota 61 deste Anexo;

10) Ex - Praedium, Sociedade Gestora de Investimentos Imobiliários, S.A.;

11) Filial incorporada por fusão na Modelo Investimentos Brasil, Ltd em 31 de Dezembro de 2002;

12) Ex - Ascendente - Imobiliária, Serviços de Gestão de Activos, S.A.;

13) Ex - Imospain II, BV;

14) Filial incluída pelo método da equivalência patrimonial até Setembro, data em que ocorreu a aquisição de 30,1% do seu capital, passando a ser incluída pelo método integral;

15) Filiais incorporadas por fusão na Sonae Capital, SGPS, S.A.reportada a 1 de Janeiro de 2002;

16) Ex - Fortuna Del Piero, S.A.;

17) Ex - Sonae.com Ventures, S.G.P.S., S.A.;

18) Filial dissolvida no exercício;

19) Ex - Parque Alegre - Empreendimentos Comerciais, Ltda.

NOTA 2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

FIRMA	Condições de Exclusão	Sede Social	Percentagem de capital detido			
			02.12.31		01.12.31	
			Directo	Total	Directo	Total
Sonae Indústria						
Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
Eiweiler Sperrholz Gmbh	a)	Alemanha	100,00%	89,02%	100,00%	89,27%
Enercicla. Lda	a)	Mourão	100,00%	31,11%	100,00%	30,68%
Florestal y Maderera, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Glunz Service GmbH	a)	Hamm (Alemanha)	100,00%	89,02%	100,00%	87,64%
Glunz UK Holdings Ltd	a)	Londres (UK)	100,00%	89,02%	100,00%	87,64%
Glunz Uka GmbH	a)	Hamm (Alemanha)	100,00%	89,02%	100,00%	87,64%
Imoplamac – Gestão de Imóveis, S.A.	a)	Santarém	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
Orpin, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
OSB Deustchland GmbH	a)	Alemanha	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Plysorol BV	a)	Soest (Holanda)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
4) Plysorol Contreplaques, SAS	a)	França	100,00%	90,68%	-	-
4) Poliface Brasil, Ltda	a)	Brasil	100,00%	95,72%	-	-
Poliface North America	a)	Quebec (Canadá)	100,00%	90,68%	100,00%	94,40%
Resoflex I - Racionalização de Espaços, Lda	a)	Braga	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
Novobord GmbH	a)	Hamm (Alemanha)	100,00%	89,02%	100,00%	87,64%
4) Société Industrielle et Financière Isoroy, SAS	a)	França	100,00%	90,68%	-	-
Sonae Espanha, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	99,94%	95,66%	99,94%	94,34%
Sonae Indústria Brasil, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	95,72%	100,00%	94,40%
Sonae North América Inc.	a)	Quebec (Canadá)	100,00%	95,72%	100,00%	100,00%
Tafisa Trading, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,68%	100,00%	89,27%
Tarnaise des Panneaux, S.A.	a)	Labruguière (França)	99,99%	90,68%	99,99%	89,27%
Modelo Continente						
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
1) Blancpar - Comércio de Alimentos e Auto Serviço, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
4) Carnes do Continente - Ind.e Distribuição de Carnes, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	-	-
4) Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	-	-
Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	75,54%	100,00%	70,48%
4) Todos os Dias - Com. Ret. e Exploração de Centros Comerciais, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	75,54%	-	-
Sonae Imobiliária						
5ª Coluna - Gestão e Promoção de Emp. Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
Alfange - Imobiliária e Gestão, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
4) Ameia, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	-	-
4) Castelo do Queijo, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	-	-
Centro Retail Park - Parques Comerciais, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
Ciclop - Gestão de Centros Comerciais, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
4) Circe, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	-	-
4) Conquista, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	-	-
4) Elmo, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	-	-
4) Esteiros, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	-	-
Imobrazil II BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
4) Imoground BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	-	-
4) Imoretail BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	-	-
Imospain X, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
3) Imospain XII, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
4) Imostructure, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	67,04%	-	-
INMO Development & Investment S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
4) Mosquete, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	-	-
Nó Górdio, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
4) Oriogest S.R.L.	a)	Milão (Itália)	100,00%	67,04%	-	-
Parque Jóquei - Empreendimentos Comerciais, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	90,00%	60,34%	90,00%	60,34%
Proccoginm, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
Proyecto Park S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
Querubim - Gestão de Centos Comerciais, S.A.	a)	Maia	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
4) Segest - Sonae Espansion Gestione, S.R.L	a)	Milão (Itália)	100,00%	67,04%	-	-
4) Sonae Imobiliária Itália Property Management, S.R.L.	a)	Milão (Itália)	100,00%	67,04%	-	-
Sonae Imobiliária Itália, S.R.L.	a)	Sondrio (Itália)	100,00%	67,04%	100,00%	67,04%
SonaeCom						
Contacto Útil - Serviços de Gestão de Atendimento a Clientes, S.A.	a)	Maia	100,00%	38,32%	100,00%	36,33%
M3G - Edições Digitais, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	82,78%	100,00%	79,16%

	Sonae Telecom, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	82,79%	100,00%	79,17%
	Sonae Capital						
	Águas Furtadas - Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	a)	Lagos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Aquapraia Gestão e Serviços, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Atlantic Ferries, S.A.	a)	Grandola	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Azulino – Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bloco Y – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Campimeios - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.	a)	Marco de Canaveses	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Contacto Concessões, SGPS, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	-	-
	Delphinus – Sociedade de Turismo e Diversão de Tróia, S.A.	a)	Grandola	79,00%	69,83%	79,00%	79,00%
	Friengineering, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	50,10%	75,45%	75,45%
2)	Gaiaproject – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
	Imobiliária da Cacela, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grandola	100,00%	100,00%	-	-
4)	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grandola	100,00%	100,00%	-	-
	Implantação - Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Grandola	100,00%	100,00%	-	-
	Interport Logistics, Ltd	a)	Bristol (U.K.)	65,00%	65,00%	65,00%	65,00%
	Invicta - Comércio Internacional, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ISF - Imobiliário, Serviços e Participações, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marimo – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.	a)	Grandola	100,00%	88,39%	100,00%	100,00%
	Marina Magic - Exploração de Centros Lúdicos e Marítimos, Lda	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2)	Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	81,63%
	MDS - Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Parcomarco, Gestão de Parques de Estacionamento e Centros Comerciais	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda	a)	Matosinhos	100,00%	35,07%	-	-
	Promessa – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SC - Sociedade de Consultoria, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos Humanos, Lda	a)	Maia	96,00%	33,67%	96,00%	96,00%
	Solasa - Sociedade de Lavandaria, Lda	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinca - Catering e Eventos, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Solinca II - Gestão e Serviços de Hotelaria, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Solinfitness - Club Malaga, S.L.	a)	Malaga (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-
	Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae RE, S.A.	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5)	Sopair, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	60,00%	30,10%	-	-
	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turísticos da Quarteira, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Terceiro Frente - Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	World Trade Center Porto, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Outras						
	Barmins - Serviços e Gestão Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4)	Sonae 3P, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	-	-
	Sonae Investimentos América Latina, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
	Sonaegest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, S.A.	a)	Maia	100,00%	82,77%	100,00%	100,00%
	Sonaudit – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

a) nº1 do artº 4º do Decreto-Lei nº 238/91 (exclusão por imaterialidade).

1) Absorvida por fusão em 1 de Fevereiro de 2002 pela Sonae Distribuição Brasil, SA;

2) Filiais incluídas no segmento da Sonae Imobiliária no período anterior;

3) Ex - Imofrance, BV.;

4) Filiais constituídas no exercício;

5) Filial adquirida no exercício.

NOTA 3. EMPRESAS ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		02.12.31		01.12.31	
		Directo	Total	Directo	Total
Sonae Indústria					
Comfloresta - Companhia Catarinense de Empreendimentos Florestais, S.A.	Brasil	36,00%	20,48%	36,00%	20,16%
Modelo Continente					
Crediuniverso - Serviços de Marketing, S.A.	Maia	50,00%	37,77%	50,00%	35,24%
2) Max Mat España, Distribucion de Materiales de Construcción, S.A.	Madrid	50,00%	37,77%	50,00%	35,24%
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	Maia	50,00%	37,77%	50,00%	35,24%
Sonae Imobiliária					
Aegean Park Constructions, Real Estate and Development, S.A.	Atenas (Grécia)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
Capital Plus - Investimentos e Participações, S.A.	Vila Nova de Gaia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
CCG - Centros Comerciais de Gaia, S.A.	Vila Nova de Gaia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
Empreendimentos Imobiliários Colombo, S.A.	Lisboa	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
1) Hospitalet Center, S.L.	Barcelona (Espanha)	50,00%	33,52%	-	-
1) Iberia Assets, S.A.	Barcelona (Espanha)	50,00%	33,52%	-	-
3) Imogreece, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
1) ING RPI Porto Investment - Gest. e Prom. de Centros Comerciais, SGPS, Lda	Lisboa	50,00%	33,52%	-	-
1) Inmolor, S.A.	Barcelona (Espanha)	50,00%	33,52%	-	-
Inparsi - Industrias e Participações, SGPS, S.A.	Maia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
Lisedi – Urbanização e Edifícios, S.A.	Maia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
LL Port Retail SGPS, S.A.	Vila Nova de Gaia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
Sintra Retail Park - Parques Comerciais, S.A.	Maia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
Sonae Enplanta, S.A.	São Paulo (Brasil)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
Teleporto – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
Unishopping Administradora, Lda	São Paulo (Brasil)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
Viacarina - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
2) WXI - Grupo Lar Parque Principado, SL	Madrid (Espanha)	25,00%	16,76%	25,00%	16,76%
1) Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.	Barcelona (Espanha)	50,00%	33,52%	-	-
SonaeCom					
4) Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.	Maia	45,00%	37,26%	45,00%	35,63%
Exit Travel - Agência de Viagens, Turismo e Lazer Online, S.A.	Maia	75,00%	27,94%	75,00%	29,68%
2) Global S - Centro Comercial Lda	Matosinhos	16,66%	13,79%	24,97%	19,79%
2) Global S - Distribuição e Logística, Lda	Matosinhos	16,71%	13,83%	33,40%	18,76%
2) Global S - Marketing e Serviços, Lda	Matosinhos	12,53%	10,37%	25,05%	15,04%
2) Global S - Tecnologias de Informação Lda	Matosinhos	11,14%	9,23%	22,28%	13,50%
2) Global S, SGPS, S.A.	Matosinhos	16,71%	13,83%	33,40%	19,87%
2) Global S - Consultadoria Empresarial, Lda	Matosinhos	16,71%	13,83%	33,40%	18,76%
Investimento Directo - Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.	Lisboa	55,00%	45,53%	55,00%	43,54%
Myplace - Conteúdos Imobiliários na Internet S.A.	Maia	33,35%	13,81%	66,67%	26,38%
2) Net Mall SGPS, S.A.	Maia	50,00%	41,40%	50,00%	39,59%
Portais Verticais.com, S.G.P.S.,S.A.	Lisboa	50,00%	41,40%	50,00%	39,57%
Sonae Capital					
ba - Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, S.A.	Porto	49,97%	49,97%	49,97%	49,97%

1) Filial adquirida no período;

2) Filial excluída da consolidação no período anterior por não ser materialmente relevante;

3) Filial alienada no período;

4) Filial incluída pelo método da equivalência patrimonial até Setembro, data em que ocorreu a aquisição dos restantes 50% do seu capital.

NOTA 4. EMPRESAS ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

FIRMA	Condições de Exclusão	Sede Social	Percentagem de capital detido			
			02.12.31		01.12.31	
			Directo	Total	Directo	Total
Sonae Indústria						
OKO Zentrum NRW	a)	Alemanha	25,00%	22,67%	25,00%	25,00%
Promodeco - Projecto Imobiliário Decoração e Construção, Lda	a)	Maia	27,60%	26,42%	27,60%	26,05%
Serradora Boix	a)	Barcelona	31,25%	28,33%	31,25%	27,90%
Stinnes Holz Gmbh	a)	Alemanha	35,25%	31,38%	35,25%	35,25%

Modelo Continente							
	Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	a)	Lisboa	25,00%	18,89%	25,00%	17,62%
Sonae Imobiliária							
	Centerstation - Imobiliária, S.A.	a)	Maia	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Imogreece II, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Imogreece III, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
2)	Imogreece IV, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	50,00%	33,52%	-	-
2)	Lamda Pylea, S.A.	a)	Atenas (Grécia)	19,95%	13,37%	-	-
	Micaelense Shopping - Empreedimentos Imobiliários, S.A.	a)	Ponta Delgada	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Sóguia – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Porto	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Sonae - Charagionis Services, S.A.	a)	Atenas (Grécia)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A.	a)	Porto	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Torre Colombo Oriente– Imobiliária, S.A.	a)	Porto	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Unishopping Consultadoria, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
	Victoria Park Constructions, Real Estate and Development, S.A.	a)	Atenas (Grécia)	50,00%	33,52%	50,00%	33,52%
SonaeCom							
2)	Enabler & Retail Consult, Gmbh	a)	Alemanha	50,00%	27,32%	-	-
1)	Global S - Hipermercado, Lda	a)	Matosinhos	-	-	33,40%	18,76%
	Produções Digitais Online, S.A.	a)	Matosinhos	49,00%	40,57%	49,00%	38,79%
2)	Situs - Exploração de Torres de Telecomunicações e Sites, S.A.	a)	Matosinhos	50,00%	19,17%	-	-
	Unipress - Centro Gráfico, Lda	a)	Vila Nova de Gaia	40,00%	33,12%	40,00%	31,67%
	Web.com, Software e Soluções Internet, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	40,57%	100,00%	38,79%
Sonae Capital							
	Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	40,81%
	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.	a)	Vila Nova de Gaia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Change Partners, S.A.	a)	Porto	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
	Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.	a)	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Choice Car SGPS, S.A.	a)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	CM – Clínica da Maia - Gestão de Projectos de Saúde, S.A.	a)	Maia	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%
	Europroject, S.A.	a)	Barcelona (Espanha)	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
	Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	a)	Matosinhos	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Fun International Entertainment, S.A.	a)	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda	a)	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Holdingpar, SGPS, S.A.	a)	Porto	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
	Infrairoia - Empresa de Infraestruturas de Troia, E.N.	a)	Grandola	25,10%	25,10%	25,10%	25,10%
2)	Interclean, S.A.	a)	Brasil	49,99%	12,77%	-	-
2)	Lazam Corretora, Ltda	a)	Porto	45,00%	45,00%	-	-
	Lidergraf - Artes Gráficas, Lda	a)	Vila de Conde	25,50%	25,50%	25,50%	25,50%
	Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A.	a)	Porto	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
2)	NMB Vastgoed One Bv	a)	Holanda	50,00%	50,00%	-	-
2)	NMB Vastgoed Sun Bv	a)	Holanda	50,00%	50,00%	-	-
	Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.	a)	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
	Perjovim – Imobiliária e Construções, S.A.	a)	Matosinhos	49,96%	49,96%	49,96%	49,96%
	Portuguese Paradise INC	a)	Panamá	42,50%	42,50%	42,50%	42,50%
2)	Sociedade de Construções do Chile, S.A.	a)	Chile	50,00%	50,00%	-	-
2)	Sodesa, S.A.	a)	Lisboa	50,00%	50,00%	-	-
	Sonae Imobiliária Troia - B3, S.A.	a)	Grandola	20,00%	17,68%	20,00%	20,00%
	Spel Serviços Auto, S.A.	a)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Star Transportes Angra do Heroismo, S.A.	a)	Angra do Heroismo	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
	Star Transportes Internacionais Madeira, S.A.	a)	Funchal	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
	TP - Sociedade Térmica, S.A.	a)	Porto	50,00%	50,00%	48,50%	48,50%
Outros							
2)	Pargeste SGPS, S.A.	a)	Maia	40,00%	40,00%	-	-
	Portucel Industrial – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	b)	Lisboa	29,18%	14,59%	29,18%	14,59%

a) nº1 do artº4º do Decreto-Lei nº 238/91 (exclusão por imaterialidade);

b) Dado o processo de privatização actualmente em curso, esta participação foi mantida ao custo de aquisição;

1) Filial alienada ao segmento da Modelo Continente;

2) Associadas adquiridas ou constituídas no exercício.

NOTA 6. EMPRESAS PARTICIPADAS

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		02.12.31	01.12.31
Altitude Software BV	Holanda	6,31%	4,06%
BPI, SGPS, S.A.	Porto	4,31%	4,29%
Construction Modulaire de l'Ouest S.A.R.L	Lisieux (França)	15,00%	14,00%
Despegar	Porto	5,90%	5,90%
Dispar – Distribuição de Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	7,14%	7,14%
First Assur, S.A.	França	10,80%	10,00%
Idea Tradema – Betanzos, AIE	Espanha	15,00%	15,00%
Insco – Insular de Hipermercados, S.A.	Ponta Delgada	10,00%	10,00%
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.	Lisboa	1,38%	1,38%
Net, S.A.	Lisboa	2,26%	-
Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.	Lisboa	15,00%	15,00%
Sear - Sociedade Europeia de Arroz, S.A.	Santiago do Cacém	15,00%	15,00%
SESI - Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A.	Porto	9,75%	9,75%
Société Naturel de Bois Gabonais	Gabão	4,24%	4,24%
Spidouro – Soc. Prom. De Empresas e Inv. Do Douro e Trás-os-Montes, S.A.	Vila Real	8,30%	8,30%
Viverfoga	Madrid (Espanha)	1,96%	1,96%

NOTA 7. TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das empresas incluídas na consolidação pode ser analisado como segue:

Por Actividade:		Por Categoria:	
Indústria	9.032	Quadros	4.483
Modelo Continente	35.930	Técnicos	4.486
Imobiliária	576	Pessoal Administrativo	5.419
Telecomunicações	2.380	Directos	37.203
Outras Empresas	3.673		
Total	51.591	Total	51.591

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

NOTA 10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme política expressa na nota 0.i) as Diferenças de Consolidação descritas foram registadas em "Outras Reservas". O movimento no saldo das diferenças de consolidação no exercício pode ser analisado como segue:

	euros		Variação
	02.12.31	01.12.31	
De Abertura	-31.674.160	-27.727.458	-3.946.702
Positivas	1.085.496.698	983.392.155	102.104.543
Negativas	97.802.372	93.663.822	4.138.550

A variação em Diferenças de Consolidação positivas inclui:

- 41.977.631 euros relativos à aquisição de 4,12% do capital da SDB;
- 25.544.270 relativos à aquisição de 5,06% do capital da Modelo Continente e ao correspondente acréscimo da percentagem de interesses nas suas filiais;
- 24.210.605 euros relativos à aquisição da Palmares e Consolimar.

NOTA 11. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

A política contabilística utilizada a partir de 1 de Janeiro de 2001 no tratamento das diferenças de consolidação (Nota 0.i), constitui uma derrogação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais preconizam que as diferenças de consolidação devem ser relevadas em rubrica autónoma do Imobilizado Incorpóreo (Diferenças de consolidação) e amortizadas em quotas constantes durante o período estimado para a recuperação dos investimentos financeiros respectivos. Caso tivesse sido utilizado o critério preconizado pelo Plano Oficial de Contabilidade, os valores das rubricas de "Imobilizado Incorpóreo Líquido" e "Capitais Próprios" viriam aumentados em 835.877.079 euros e o valor da rubrica de Amortizações do exercício viria aumentado em 72.043.685 euros.

NOTA 14. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram incluídas no perímetro de consolidação as seguintes empresas:

- Pelo método de consolidação integral

Sonae Indústria

- a) Isoroy Transformation S.A.
- a) Placage d'Okoumé du Gabon S.A.
- a) Société de Tranchage Isoroy S.A.S.

Modelo Continente

- a) Best Offer - Prestações de Informações pela Internet, S.A.
- b) Global S - Hipermercado, Lda
- a) SRE - Projectos e Consultoria, S.A.

Sonae Imobiliária

- c) Amarras, SGPS, S.A.
- b) Comercial de Pinto Shopping, S.A.
- b) Comercial San Javier Shopping, S.A.
- a) Gal Park S.A.
- a) ImmoProject, GmbH
- a) Imobrasil I, B.V.
- a) Imocolombo Investments, BV
- c) Imoconstruction, B.V.
- c) Imocontrol, B.V.
- a) Imodevelopment, B.V.
- a) Imoitatie II BV
- a) Imospain IX, BV
- a) Imospain VII, BV
- a) Imospain VIII, BV
- b) Pa Zehnte Beteiligungsverwaltungs, GmbH
- a) Parque Alegre - Empreendimentos Comerciais, Ltda
- a) Proyecto Shopping 2001, S.A.
- a) Transalproject 2000, SRL

SonaeCom

- a) Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
- d) Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A.
- a) Douro - Centro de Produções Artísticas, Lda
- a) Enabler Brasil, Ltda
- a) Enabler UK, Ltd
- a) Fun Online - Actividades Lúdicas, S.A.
- a) Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.
- a) Move On SGPS, S.A.
- a) Retailbox BV
- a) Santo Bosque - Espaço de Entretenimento Lda
- c) We Do Brasil - Soluções Informáticas, Ltda
- a) XS - Comunicação, Informação e Lazer, S.A.

Sonae Capital

- b) Consolimar - Urbanizadora Internacional, S.A.
- a) Equador - Agência de Viagens e Turismo, S.A.
- a) Equador & Burnay, Lda
- a) Equador & Mendes, Lda
- a) Nova Equador Internacional, Agência de Viagens e Turismo, Lda
- b) Palmares - Companhia de Empreendimentos Turísticos de Lagos, S.A.
- b) Roteiro - Prestação de Serviços de Turismo, S.A.
- a) Santos Taborda & Carvalho, Sociedade Unipessoal, Lda
- a) Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.

- a) Filiais excluídas em 2001;
- b) Filiais adquiridas no exercício;
- c) Filiais constituídas em 2002;
- d) Filial incluída pelo método da equivalência patrimonial até 30 de Setembro de 2002, data em que ocorreu a aquisição de 30,10% do seu capital social;

No período findo em 31 de Dezembro de 2002, foram excluídas do perímetro de consolidação as seguintes empresas:

Portucel Viana Energia – Empresa de Cogeração Energética, S.A. por alienação da participação;
Expedis - Logística Integrada, S.A. por alienação da participação;
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A. por alienação da participação.

- Pelo método da equivalência patrimonial

Modelo Continente

a) Max Mat España, Distribucion de Materiales de Construcción, S.A.

Sonae Imobiliária

b) Hospitalete

b) Iberia Assets, S.A.

b) ING RPF Porto Investment - Gest. e Prom. de Centros Comerciais, SGPS, Lda

b) Inmolor

a) WXI - Grupo Lar Parque Principado, SL

b) Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.

SonaeCom

a) Global S - Centro Comercial Lda

a) Global S - Distribuição e Logística, Lda

a) Global S - Marketing e Serviços, Lda

a) Global S - Tecnologias de Informação Lda

a) Global S, SGPS, S.A.

a) Globas S - Consultadoria Empresarial, Lda

a) Net Mall SGPS, S.A.

a) Filiais excluídas em 2001;

b) Filiais adquiridas no exercício;

NOTA 18. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

O conjunto das empresas incluídas na consolidação contabilizaram as participações em associadas de acordo com a alínea a) do nº 5.4.3.1. do anexo II do Plano Oficial de Contabilidade (custo de aquisição). No entanto, e nos casos mencionados na Nota 3. foram efectuados ajustamentos de consolidação para a contabilização das participações em associadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o nº 13.6.1 das Normas de Consolidação de Contas.

IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

NOTA 22. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

A 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades das empresas incluídas na consolidação por garantias prestadas podem ser apresentadas como segue:

	euros
Garantias (1)	829.448.025
Cauções	27.793.349
Hipotecas	570.307.008
Penhores	6.886.703
Outros	121.789.651

(1) Inclui garantias de 19.930.595 euros relativas a processos de impugnação judicial de liquidação adicional de IRC. Não foi constituída qualquer provisão para estas acções por ser expectativa da empresa não incorrer em quaisquer perdas.

Adicionalmente, 30,53% de acções representativas do capital social da filial Modelo Continente, SGPS, SA foram dadas em penhor ao Grupo Santander em cumprimento das disposições contratuais da transacção descrita na Nota 61.

V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

NOTA 23. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Ver Nota 0.

NOTA 24 - COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM MOEDA BASE DO CONSOLIDADO

As cotações utilizadas para conversão em euros das demonstrações financeiras das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	Taxa fim	
	de exercício	Taxa média
Franco Suíço	0,68852	0,68168
Libra	1,53728	1,59094
Real	0,26937	0,37828
Rand	0,11100	0,10111
Dólar Canadiano	0,60423	0,67528

VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

NOTA 25. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO

As verbas mais significativas dos aumentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 nas contas de Despesas de Instalação e Despesas de Investigação e Desenvolvimento podem ser resumidas como segue:

Empresa	Projecto	euros
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	Despesas com abertura de lojas	1.528.276
	Custos de remodelação de lojas	6.436.294

NOTA 27. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto						euros
Rubricas	Saldo Inicial 02.01.01	Aumentos	Alienações	Entradas / Saídas Empresas d)	Transferências e Abates c)	Saldo Final 02.12.31
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	377.874.064	20.623.633	1.444.786	13.978.118	-82.519.630	328.511.399
Despesas de investigação e desenvolvimento	69.635.215	1.119.035		180.497	4.747.063	75.681.810
Propriedade industrial e outros direitos	17.626.952	662.000	282.812	1.699.252	999.544	20.704.936
Trespases	12.613.314	11.045.275	783.736	1.644.729	-485.175	24.034.407
b) Imobilizações em curso	146.737.202	35.857.913	555.326	118.371	-48.191.630	133.966.530
	624.486.747	69.307.856	3.066.660	17.620.967	-125.449.828	582.899.082
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	421.580.750	6.367.641	3.831.072	2.018.845	5.901.306	432.037.470
Edifícios e outras construções	1.681.622.185	33.112.694	16.985.076	5.755.891	129.178.275	1.832.683.969
Equipamento básico	2.738.815.517	73.002.037	15.970.184	16.954.080	133.281.119	2.946.082.569
Equipamento de transporte	50.815.348	1.921.319	2.554.596	96.571	-6.210.273	44.068.369
Ferramentas e utensílios	10.593.453	571.352	120.815	11.249	138.930	11.194.169
Equipamento administrativo	337.405.215	21.221.047	7.701.448	1.444.349	36.681.159	389.050.322
Taras e vasilhame	273.720					273.720
Outras imobilizações corpóreas	52.017.562	1.583.459	414.860	192.141	-7.025.892	46.352.410
b) Imobilizações em curso	718.012.320	279.821.240	1.149.019	147.132	-768.140.385	228.691.288
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas	46.113.290	7.784.393	427.019	25.396	-23.046.681	30.449.379
	6.057.249.360	425.385.182	49.154.089	26.645.654	-499.242.442	5.960.883.665
Investimentos financeiros:						
a) Partes de capital em empresas associadas	198.061.765	128.535.687	7.206.297		-36.730.023	282.661.132
Empréstimos a empresas associadas	104.027.722	93.959.989	22.745.561		-39.318.503	135.923.647
Partes de capital em empresas participadas	253.258.187				-9.068.907	244.189.280
Títulos e outras aplicações financeiras	90.887.368	10.138.070	253.256		-22.484.832	78.287.350
Outros empréstimos concedidos	762.170	99	1.868		-405.282	355.119
Imobilizações em curso	17.556	598.799	17.556			598.799
Adiant. por conta de investimentos financeiros	13.303.161	1.709.322	870.690		-12.339.367	1.802.426
	660.317.929	234.941.966	31.095.228		-120.346.914	743.817.753

a) A rubrica de partes de capital em empresas associadas inclui - 46.348.250 euros relativos à aplicação do método da equivalência patrimonial no exercício corrente;

b) Os valores mais significativos, incluídos na rubrica Imobilizações em Curso referem-se aos seguintes projectos:

Imobilizações em curso - corpóreas e incorpóreas

	euros
Projecto nova linha de MDF em França	4.619.661
Projecto Olivo em Linares	21.506.189
Projecto Fortuna del Piero	35.720.107
Lojas Continente, Modelo e Worten	26.728.120
Licenciamento UMTS	99.759.579
Estudos e desenvolvimento de rede móvel	39.468.557
Projecto de Troia	10.165.582
	<u>237.967.795</u>

c) Inclui o efeito da conversão cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de - 466.977.127 euros.

d) Inclui o imobilizado de filiais adquiridas no exercício no valor de 14.399.600 euros e de filiais alienadas no valor de -1.034.074 euros;

Amortizações Acumuladas e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial 02.01.01	Aumentos	Alienações	Entradas / Saídas Empresas b)	Transferências e Abates a)	Saldo Final 02.12.31
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	167.789.518	57.105.978	597.629	2.587.632	-47.403.495	179.482.004
Despesas de investigação e desenvolvimento	31.481.585	12.288.886		194.325	-1.791.465	42.173.330
Propriedade industrial e outros direitos	9.283.903	2.440.536	111.747	42.005	272.402	11.927.099
Trespases	5.931.336	1.582.326	5.424		105.441	7.613.683
	<u>214.486.342</u>	<u>73.417.726</u>	<u>714.800</u>	<u>2.823.962</u>	<u>-48.817.117</u>	<u>241.196.116</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2.790.621	167.248			-248.692	2.709.177
Edifícios e outras construções	265.466.625	48.370.133	1.766.112	755.203	-18.444.074	294.381.775
Equipamento básico	1.123.579.776	195.478.447	8.167.305	4.481.755	-119.778.425	1.195.594.248
Equipamento de transporte	39.815.257	4.304.817	1.603.261	67.927	-5.350.442	37.234.298
Ferramentas e utensílios	7.714.180	1.518.659	92.576	9.941	-691.467	8.458.737
Equipamento administrativo	122.317.964	32.467.394	2.371.404	480.714	-16.411.102	136.483.566
Taras e vasilhames	260.169	8.947		40	978	270.134
Outras imobilizações corpóreas	28.119.423	5.648.902	179.245	36.639	-1.153.764	32.471.955
	<u>1.590.064.015</u>	<u>287.964.547</u>	<u>14.179.903</u>	<u>5.832.219</u>	<u>-162.076.988</u>	<u>1.707.603.890</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas associadas	57.619.953	2.687.910			-4.553.177	55.754.686
Empréstimos a empresas associadas	15.413.661	882.966	34.861		-409.601	15.852.165
Títulos e outras aplicações financeiras	275.861	10.372.929				10.648.790
Outros empréstimos concedidos		81.820				81.820
	<u>73.309.475</u>	<u>14.025.625</u>	<u>34.861</u>		<u>-4.962.778</u>	<u>82.337.461</u>

a) Inclui o efeito da conversão cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de -85.155.350 euros.

b) Inclui o imobilizado de filiais adquiridas no exercício no valor de 3.252.801 euros e de filiais alienadas no valor de -716.105 euros;

NOTA 28. CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO EXERCÍCIO

O valor de custos financeiros suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, capitalizados foi de 15.276.943 euros.

NOTA 33. DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

O montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem para além de cinco anos é de 605.207.632 euros.

NOTA 34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A 31 de Dezembro de 2002 era o seguinte o montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado cobertas por garantias reais prestadas pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação:

	euros
Penhores	392.380.069
Hipotecas	503.234.442

NOTA 36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

A repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços por categorias de actividades e mercados geográficos é a seguinte:

	euros	
	02.12.31	01.12.31
a) Por actividade:		
Indústria	1.464.027.406	1.494.251.781
Modelo Continente	3.532.699.777	3.761.880.131
Imobiliária (1)	236.557.513	257.159.126
Telecomunicações	762.435.404	701.009.584
Sonae Capital (1)	264.738.968	171.028.472
Outras Empresas	15.204.337	554.694
Total	6.275.663.405	6.385.883.788
b) Por mercado:		
Portugal	3.814.913.795	3.623.571.446
Espanha	283.233.025	262.562.595
França	220.053.371	242.439.493
Alemanha	240.704.320	241.042.617
Inglaterra	154.351.361	114.869.083
América do Sul	1.156.727.030	1.480.107.816
Canadá	53.328.415	54.449.607
Outros	352.352.088	366.841.131
Total	6.275.663.405	6.385.883.788

(1) Valores de 2002 afectados pela alienação de uma filial da Sonae Imobiliária à Sonae Capital (volume de negócios em 2001 de 46.818.869 euros)

NOTA 38. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como segue:

	euros			
	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	02.12.31	01.12.31	02.12.31	01.12.31
Reavaliações de imobilizado corpóreo depreciable			27.091.359	15.903.576
Mais-valias reinvestidas			6.368.460	2.039.569
Prejuízos fiscais reportáveis	175.124.035	125.256.897		
Amortizações/provisões não aceites para efeitos fiscais			95.441	438.147
Homogeneização de critérios			70.477.439	56.506.677
Outros	620.224	391.938	5.099.280	3.595.160
	175.744.259	125.648.835	109.131.979	78.483.129

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 foi como segue:

	euros			
	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	02.12.31	01.12.31	02.12.31	01.12.31
Saldo em 1 de Janeiro	125.648.835	74.795.669	78.483.129	66.445.450
Efeito em resultados:				
Amortização do período de reavaliações de imobilizado corpóreo depreciable			-790.192	-348.461
Amortização do período de mais-valias reinvestidas			-117.073	-446.799
Prejuízos fiscais reportáveis	67.217.910	55.550.172		
Homogeneização de critérios			17.056.188	16.086.760
Outros	-381.685	-896.428	167.544	271.055
	66.836.225	54.653.744	16.316.467	15.562.555
Efeito em reservas:				
Amortização do período de mais-valias reinvestidas			4.586.387	-2.675.428
Reavaliações de imobilizado corpóreo depreciable			12.255.139	-171.871
Prejuízos fiscais reportáveis	235.237	298.985		
Variação cambial	-20.232.314	-3.684.751	-3.353.688	-638.486
Outros	3.256.276	-414.812	844.545	-39.091
	-16.740.801	-3.800.578	14.332.383	-3.524.876
Saldo em 31 de Dezembro	175.744.259	125.648.835	109.131.979	78.483.129

Nas situações consideradas materialmente relevantes, a Sociedade já registava os passivos e/ou activos por impostos diferidos antes da entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2002, da Directriz Contabilística n.º 28, utilizando para o efeito as disposições constantes das Normas Internacionais de Contabilidade. Em conformidade, não foram efectuados ajustamentos decorrentes da entrada em vigor dessa Directriz.

Estão em aberto obrigações fiscais de reinvestimento na Sociedade e suas filiais decorrentes da alienação de participações financeiras ocorridas em exercícios anteriores. Conforme tem sido política seguida em anos anteriores, é intenção do Conselho de Administração que a Sociedade e as suas filiais cumpram com estas obrigações de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação fiscal em vigor, facto pelo qual, os ganhos gerados em exercícios anteriores na alienação daquelas participações (incluindo os resultantes de alienações a empresas do grupo registados nas contas individuais e anulados no processo de consolidação de contas) não foram incluídos no cálculo das estimativas de imposto sobre lucros.

NOTA 39. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA-MÃE

	euros
Conselho de Administração	736.009

NOTA 41. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Imobilizado Corpóreo detido pelas várias empresas incluídas na consolidação foi reavaliado ao longo dos vários exercícios decorridos de acordo com as seguintes disposições legais: Decretos-Lei n.ºs 430/78, de 27 de Dezembro, 219/82, de 2 de Junho, 278/85, de 17 de Julho, 118/86, de 27 de Maio, 111/88, de 2 de Abril, 49/91, de 25 de Janeiro, 264/92 de 24 de Novembro e 31/98 de 11 de Fevereiro.

Foram efectuadas em exercícios anteriores reavaliações livres dos activos imobiliários de quatro filiais, baseados em relatórios de avaliadores independentes, em virtude de no momento da aprovação dos projectos imobiliários ser significativa a diferença para o respectivo custo de aquisição (ver nota 42.).

NOTA 42. REAVALIAÇÕES

O efeito global das reavaliações efectuadas no activo imobilizado líquido pode ser demonstrado como segue:

Rubricas	euros		
	Custo	Reavaliações	Valores
	Histórico		Contabilísticos
	a)	a) b) c)	Reavaliados a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	336.261.004	93.067.289	429.328.293
Edifícios e outras construções	1.416.766.101	121.536.093	1.538.302.194
Equipamento básico	1.742.217.305	8.271.017	1.750.488.321
Equipamento de transporte	6.529.613	304.458	6.834.071
Ferramentas e utensílios	2.730.975	4.457	2.735.432
Equipamento administrativo	252.510.489	56.267	252.566.756
Taras e vasilhame	3.586		3.586
Outras imobilizações corpóreas	13.738.195	142.260	13.880.455
	3.770.757.268	223.381.841	3.994.139.108

a) Líquidos de amortizações;

b) Englobam as sucessivas reavaliações;

c) Inclui o efeito das reavaliações livres descritas na nota anterior no valor de 135.070.721 euros.

NOTA 44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Custos e perdas		
Juros suportados	230.939.929	194.903.392
Provisões para aplicações financeiras	13.806.655	819.521
Diferenças de câmbio desfavoráveis	28.493.282	19.343.364
Descontos de pronto pagamento concedidos	9.070.449	7.370.181
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	6	10.320
Amortizações de investimentos em imóveis		102.020
a) Outros custos e perdas financeiras	72.029.333	63.692.564
Resultados financeiros	-253.354.617	-190.453.573
	100.985.037	95.787.789
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	39.823.561	31.235.281
Rendimentos de imóveis	1.309	7.459
Rendimentos de participações de capital	12.197.813	10.749.794
Diferenças de câmbio favoráveis	9.617.058	13.754.934
Descontos de pronto pagamento obtidos	24.978.465	28.751.716
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	4.245.509	56.353
Outros proveitos e ganhos financeiros	10.121.322	11.232.252
	100.985.037	95.787.789

a) Inclui sobretudo custos de utilização de meios automáticos de pagamento.

NOTA 45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Custos e perdas		
Donativos	1.708.349	2.040.377
Dívidas incobráveis	8.252.682	8.457.835
Perdas em existências	3.011.213	4.287.182
Perdas em imobilizações	22.699.807	22.006.279
Multas e penalidades	2.390.231	3.028.391
Aumentos de amortizações e provisões	21.195.624	64.359.832
Correcções relativas a exercícios anteriores	21.651.336	8.926.864
Outros custos e perdas extraordinárias	75.899.223	42.907.043
Resultados extraordinários	-26.378.269	49.933.751
	130.430.196	205.947.554
Proveitos e ganhos		
Restituição de impostos	627.731	145.207
Recuperação de dívidas	642.597	37.479
Ganhos em existências	838.808	2.603.292
Ganhos em imobilizações	20.612.209	119.160.353
Benefícios de penalidades contratuais	6.020.696	328.265
Reduções de amortizações e provisões	52.799.450	29.752.028
Correcções relativas a exercícios anteriores	9.601.028	6.594.121
Outros proveitos e ganhos extraordinários	39.287.677	47.326.809
	130.430.196	205.947.554

NOTA 46. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

As provisões acumuladas a 31 de Dezembro de 2002 e o seu movimento durante o exercício, são as seguintes:

	euros			
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	02.01.01			02.12.31
Provisões para aplicações financeiras	59.427	4.448	154	63.721
Provisões para cobranças duvidosas	100.838.324	36.358.445	7.734.474	129.462.295
Provisões para riscos e encargos	105.777.030	32.143.534	36.606.064	101.314.500
Provisões para depreciação de existências	17.712.033	9.535.673	11.188.550	16.059.156
Provisões para investimentos financeiros	73.309.475	14.028.624	5.000.638	82.337.461
	297.696.289	92.070.724	60.529.880	329.237.133

NOTA 50. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE ACTIVIDADE

Os contributos dos segmentos principais para a Demonstração de Resultados consolidada podem ser analisados como segue:

	euros						
	Indústria	Modelo Continente	Imobiliária	Telecomunicações	Sonae Capital	Outros Segmentos	Consolidado
Vendas e Prestações de Serviços	1.464.027.406	3.532.699.777	236.557.513	762.435.404	264.738.968	15.204.337	6.275.663.405
Amortizações do exercício	135.936.485	105.379.788	21.324.456	100.603.128	9.060.664	4.216.438	376.520.959
Provisões	11.379.938	4.441.333	1.130.038	31.870.042	4.043.256	297.465	53.162.072
Resultados Operacionais	26.766.788	186.925.886	59.402.651	-40.787.676	713.294	-14.137.633	218.883.310
Resultados Financeiros	-97.651.522	-77.959.262	-26.572.881	-35.551.800	-16.324.662	705.510	-253.354.617
Resultados Correntes	-70.884.734	108.966.624	32.829.770	-76.339.476	-15.611.368	-13.432.122	-34.471.307
Resultados Extraordinários	8.559.322	-29.499.140	2.350.434	-15.649.509	5.970.397	1.890.227	-26.378.269
Ganhos e Perdas em Associadas	-1.750.204	808.273	6.340.194	-1.476.497	3.101.991		7.023.757
Resultados antes de Impostos	-64.075.616	80.275.757	41.520.398	-93.465.482	-6.538.980	-11.541.896	-53.825.819
Resultado Líquido c/Interesses Minoritários	-72.967.156	98.373.376	29.588.363	-83.871.823	-9.839.564	-10.716.782	-49.433.586
Cash-Flow Operacional (EBITDA)	174.083.211	296.747.007	81.857.145	91.685.494	13.817.214	-9.623.730	648.566.341

Os contributos dos segmentos principais para o Balanço consolidado podem ser analisados como segue:

	euros						
	Indústria	Modelo Continente	Imobiliária	Telecomunicações	Sonae Capital	Outros Segmentos (a)	Consolidado
Imobilizado							
Incorpóreo	45.154.855	94.166.959	13.783.221	173.590.698	11.811.532	3.195.701	341.702.966
Corpóreo	1.521.215.380	1.111.588.398	666.977.406	686.131.319	228.825.182	38.542.090	4.253.279.775
Financeiro	17.892.328	23.259.121	221.272.225	23.512.608	89.960.181	285.583.829	661.480.292
Existências	220.629.405	358.994.453	21.163	16.365.290	78.428.624	2.136.137	676.575.072
Outros activos	531.109.362	568.413.258	172.720.285	508.039.563	127.390.677	127.118.930	2.034.792.075
Total do Activo	2.336.001.330	2.156.422.189	1.074.774.300	1.407.639.478	536.416.196	456.576.687	7.967.830.180
Dívidas a Terceiros							
Médio Longo Prazo	632.888.132	788.397.916	538.784.058	314.503.770	104.351.448	850.648.220	3.229.573.544
Curto Prazo	524.698.724	851.371.840	175.333.089	363.195.840	113.506.163	618.965.695	2.647.071.351
Outros Passivos	248.807.984	111.035.082	146.671.357	138.091.552	43.175.936	7.598.457	695.380.368
Total do Passivo	1.406.394.840	1.750.804.838	860.788.504	815.791.162	261.033.547	1.477.212.372	6.572.025.263
Investimento Líquido	92.515.501	107.392.941	288.950.217	141.434.202	34.518.360	10.484.140	675.295.361
Imobilizado financeiro - método da equivalência patrimonial	2.358.609	18.920.272	184.669.281	8.522.612	34.463.773		248.934.547
Endividamento Bruto	722.015.121	1.003.242.138	606.712.984	504.741.171	100.807.867	995.148.709	3.932.667.990
Endividamento Líquido	630.904.607	686.741.723	517.272.004	462.737.304	83.942.340	912.317.002	3.293.914.978

a) O endividamento líquido dos "Outros Segmentos" pode ser analisado como segue:

Outros Segmentos	euros
Recursos	
Dívida ao mercado	995.148.709
Disponibilidades	-82.831.707
Endividamento Bancário Líquido	912.317.002
 SonaeCom	 89.510.000
Operações de Tesouraria Obtidas	89.510.000
Total de Recursos	1.001.827.002
Aplicações	
Sonae Indústria	451.645.406
Sonae Capital	225.686.772
Outros	6.208.946
Suprimentos Concedidos	683.541.124

Os Outros Segmentos incluem principalmente a Sonae SGPS, a Sonae Investments BV e a SPDF, SGPS.

NOTA 51 - RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO COM OS RESULTADOS INDIVIDUAIS

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Resultados Líquidos individuais agregados	-1.041.608.567	-163.066.588
Homogeneização de critérios (a)	246.569.171	190.812.685
Eliminação de dividendos intra-grupo	-97.243.753	-313.088.374
Eliminação de mais e menos valias intra-grupo	839.625.322	170.062.592
Eliminação de provisões intra-grupo	7.430.061	104.857.647
Mais e menos valias na alienação de participações financeiras	-2.883.412	49.096.875
Outros	-1.322.408	30.854.049
Resultado consolidado com interesses minoritários	-49.433.586	69.528.886

(a) Inclui 113.868.368 euros relativos à uniformização das amortizações conforme definido na nota 0.f).

NOTA 52. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

1) Acréscimos de Proveitos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes valores:

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Impostos diferidos activos	175.744.259	125.648.835
Descontos a receber de fornecedores	16.441.359	11.338.282
Facturação a clientes (a)	45.048.535	93.590.835
Contratos de construção em curso	1.808.338	2.081.070
Outros Proveitos	30.368.152	26.449.708
	269.410.643	259.108.730

(a) Os valores mais relevantes resultam de facturação em Telecomunicações.

2) Custos Diferidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes valores:

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Custos de angariação de clientes (a)		
Equipamentos	81.285.623	100.912.998
Publicidade	112.666.093	50.810.177
Comissões e outros	10.549.571	66.930.107
Outros custos	90.251.083	88.423.486
	294.752.370	307.076.768

(a) Valores relativos ao diferimento do custo com a aquisição de clientes no negócio das Telecomunicações que são transferidos para custos a uma taxa degressiva calculada com base na estimativa da taxa de retenção dos clientes.

3) Acréscimos de Custos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes valores:

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Férias, subsídios de férias e prémios	96.881.611	97.560.379
Impostos diferidos	109.131.979	78.483.129
Descontos de vendas	12.750.597	11.153.013
Juros a liquidar	24.862.975	26.463.859
Comissões a agentes	9.953.056	13.888.899
Facturação de fornecedores (a)	27.185.586	90.048.445
Outros Custos	91.971.486	69.574.425
	372.737.290	387.172.149

(a) Os valores mais relevantes resultam de facturação em Telecomunicações.

4) Proveitos Diferidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes valores:

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Subsídios ao investimento	95.096.175	70.006.790
Direitos de ingresso	31.406.061	36.294.184
Receitas antecipadas de clientes	30.703.412	22.539.535
Outros proveitos	64.122.930	59.135.969
	221.328.578	187.976.478

NOTA 53. OUTROS DEVEDORES - CURTO PRAZO

Nesta rubrica do balanço consolidado estão incluídos os seguintes valores:

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Fornecedores, c/c - saldos devedores	23.044.166	23.674.871
Vendas c/ créditos s/ terceiros	17.619.505	55.526.002
Devedores por alienação de participações financeiras	6.574.943	56.101.065
Subsídios de Investimento	20.136.021	31.878.348
Contas correntes de Factoring	9.958.226	5.892.409

NOTA 54. OUTROS CREDITORES

1) CURTO PRAZO

Nesta rubrica do balanço consolidado estão incluídos os seguintes valores:

	euros	
	02.12.31	01.12.31
Subscritores de capital	76.494.659	56.137.391
Créditos descontados em sistema de factoring	58.818.521	55.719.772

2) MÉDIO E LONGO PRAZO

a) Nesta rubrica do balanço consolidado estão incluídas dívidas tributárias no valor de 22.560.904 euros referentes a acréscimo de taxa de imposto contestado por acção judicial de uma filial no Brasil, sobre parte do qual existe depósito judicial no montante de 26.607.824 euros registado na rubrica de outros devedores médio e longo prazo.

b) Esta rubrica de balanço inclui o preço pago pelo Grupo Santander por 19,95% de acções Modelo Continente, SGPS, SA, actualizado para o momento presente nos termos do acordo de opção de compra descrito na Nota 61.

NOTA 55. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

MODELO CONTINENTE / 95 no valor de 149.700.000 euros, reembolsável ao fim de 8 anos, ao par, em 2 prestações iguais no vencimento do 14º e 16º cupão, em 30 de Outubro de 2002 e 30 de Outubro de 2003. A taxa de juro corresponde à Lisbor¹ acrescida de 0,25% e arredondada para 1/16 de ponto percentual superior do 2º ao 10º cupão e de 0,35% do 11º ao 16º cupão. Em virtude das amortizações efectuadas no vencimento do 10º e do 14º cupão, no montante total de 115.986.440 euros, este financiamento em 31 de Dezembro de 2002 tem um saldo em dívida de 33.713.560 euros;

MODELO CONTINENTE 99 C/WARRANTS no valor de 25.000.000 euros, reembolsável ao fim de 5 anos, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 30 de Junho de 2004. Os direitos de subscrição dos "Warrants" decorreram entre 15 de Novembro e 15 de Dezembro de 2000, tendo sido atribuídas 6.425 acções, que a empresa detinha, pelo exercício dos "Warrants". O não exercício dos restantes "Warrants", pelos seus detentores, implicou a sua caducidade. A 31 de Dezembro de 2002, o grupo detem 1.874.355 obrigações Modelo Continente / 99, as quais se encontram deduzidas à rubrica "Empréstimos por obrigações não convertíveis" pelo seu custo de aquisição.

SONAE INDÚSTRIA / 98 no valor de 39.903.832 euros, reembolsável de uma só vez em Março de 2003. A taxa de juro corresponde à Lisbor¹ com um "spread" negativo de 5 pontos percentuais até ao 6º cupão, e positivo de 0,45 pontos percentuais a partir do 7º cupão; a taxa de juro não poderá ser, no entanto, inferior a 0%; este financiamento incluía um direito de subscrição (Warrant) de 4 acções da Sonae Indústria, ao preço de 9,6 euros por acção, a exercer nos meses de Maio e Novembro de cada ano após a data de vencimento do primeiro cupão e até à data de vencimento do sexto cupão, o não exercício deste direito pelos seus detentores implicou a sua caducidade. Em virtude de amortizações antecipadas, no montante de 18.874.662 euros, este financiamento em 31 de Dezembro de 2002 tem um saldo em dívida de 21.029.170 euros.

INPARSA / 98 no valor de 49.879.790 euros, reembolsável de uma só vez em Janeiro de 2004. A taxa de juro corresponde à Lisbor¹ com um "spread" negativo de 5 pontos percentuais até ao 6º cupão, e positivo de 0,35 pontos percentuais a partir do 7º cupão; a taxa de juro não poderá ser, no entanto, inferior a 0%; este financiamento incluía um direito de subscrição (Warrant A) de 2 acções da Inparsa, ao preço de 7,48 euros por acção, a exercer no final do 2º ano e um direito de subscrição (Warrant B) de 2 acções da Inparsa, ao preço de 7,48 euros por acção, a exercer no final do 3º ano; em 1999 e nos termos da deliberação de emissão a sociedade antecipou o exercício dos Warrants A e B;

SONAE / 97 no valor de 149.639.369 euros, reembolsável ao fim de 10 anos, ao par, em 2 prestações iguais no vencimento do 18º e 20º cupão; a taxa de juro corresponde à Lisbor¹ acrescida de 0,17% do 1º ao 14º cupão e de 0,22% do 15º ao 20º cupão;

SONAE IMOBILIÁRIA / 98 no valor de 39.903.832 euros, reembolsável ao fim de 7 anos, ao par, na data de vencimento do último cupão; a taxa de juro corresponde à Lisbor¹ acrescida de 0,25%;

SONAE IMOBILIÁRIA / 99 no valor de 50.000.000 de euros, reembolsável de uma só vez em Dezembro de 2006; a taxa de juro corresponde à Euribor de 6 meses, sendo acrescida de 0,5% até ao 10º cupão, e de 0,55% do 11º ao 14º cupão;

TAFISA / 98 no valor de 30.050.605 euros, reembolsável na sua totalidade em 2004; a taxa de juro corresponde à Mibor ¹ acrescida de 0,75%;

¹ Posteriormente mudou para Euribor.

Não obstante empréstimos obrigacionistas no valor de 390.005.746 euros conterem cláusulas de "call / put option", optou-se por manter nas contas os vencimentos na data mais longínqua no pressuposto de que, ocorrendo qualquer das opções de reembolso antecipado, se poderá proceder ao seu refinanciamento, mantendo-se, assim, a estrutura dos capitais permanentes.

NOTA 56. DIVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO – MÉDIO E LONGO PRAZO

Esta rubrica inclui:

Empréstimo bancário a médio e longo prazo, obtido por uma filial da Modelo Continente junto de um sindicato de instituições financeiras, no valor de 200.000.000 euros com reembolso em 2004 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado;

Empréstimo bancário a médio e longo prazo, obtido por uma filial da Modelo Continente junto de um sindicato de instituições financeiras, no valor de 400.000.000 euros com reembolso em 2006 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado;

Empréstimo bancário a médio e longo prazo, obtido por uma filial da Modelo Continente do Brasil, junto do BNDES, no valor de 112.627.182 reais (30.338.384 euros) com reembolso até 2005 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado;

Empréstimo bancário a médio e longo prazo, obtido por uma filial da Sonae Imobiliária junto de uma instituição financeira, no valor de 64.843.727 euros com reembolso em vinte e cinco anos em 23 prestações anuais com início em 2004;

Empréstimos bancários a médio e longo prazo sob a forma de contratos de facilidades de crédito, obtidos por uma filial da Sonae Imobiliária, no valor de 80.062.792 euros tendo utilizado 63.737.132 euros até 31 de Dezembro de 2002 cujos reembolsos totais ocorrerão a partir de 2009;

Empréstimo bancário a médio e longo prazo, obtido por uma filial da Sonae Imobiliária junto de uma instituição financeira, no valor de 122.856.000 euros tendo utilizado até 31 de Dezembro de 2002, 100.000.000 euros. Estes montantes serão reembolsados em prestações anuais consecutivas, vencendo-se a primeira em 2005 e a última em 2028;

Em 1999 foi contratado por um conjunto de filiais da Sonae Indústria um empréstimo sindicado em regime de "revolving" no valor de até 400 milhões de euros, cujo montante disponível foi reduzido para 300 milhões de euros em 20.12.2002, e será reduzido para 100 milhões de euros em 20.12.2004, vencendo-se na totalidade em 20.12.2006;

Em 30 de Julho de 1999 a Optimus celebrou com um sindicato bancário um contrato de financiamento de longo prazo (9,5 anos) no valor de 400.000.000 euros, dos quais 56.762.250 euros estão registados a curto prazo; estes montantes serão reembolsados em treze amortizações semestrais crescentes, com início em 15 de Dezembro de 2002;

Empréstimo bancário de médio e longo prazo, obtido pela Sonae SGPS junto de uma instituição financeira, no valor de 50.000.000 euros que vence juros à taxa de mercado e que será reembolsado em prestações semestrais consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de Dezembro de 2003 (considerada em dívidas a instituições de crédito - curto prazo) e a última em 15 de Junho de 2011;

Empréstimos bancários de médio e longo prazo, obtidos por uma filial da Sonae SGPS junto a instituições financeiras em 2001, no valor de 64.308.000 euros que vencem juros à taxa de mercado e que serão reembolsados após dois anos de carência, em vinte prestações trimestrais consecutivas.

NOTA 57. OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS MÉDIO E LONGO PRAZO

Esta rubrica inclui essencialmente um financiamento contraído junto de uma entidade externa, o qual vence juros a taxas de mercado e tem reembolso previsto em 2005.

NOTA 58. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ACTIVO)

1) CURTO PRAZO

Esta rubrica inclui o valor de 6.750.988 euros referente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado que foi debitado em compras para investimentos imobiliários; este valor poderá ser recuperável no curto prazo se a empresa optar e lhe for concedida a renúncia à isenção.

2) MÉDIO E LONGO PRAZO

Esta rubrica inclui créditos relativos a impostos a recuperar no futuro, reclamados judicialmente da Administração Fiscal Brasileira.

NOTA 59. CONTINGÊNCIAS FISCAIS

Existem contingências fiscais em filiais no Brasil no valor de cerca de 15.387.479 euros. Para estas contingências as filiais estão salvaguardadas com contragarantias sobre terceiros, nomeadamente através de hipotecas de bens.

NOTA 60. PENSÕES DE REFORMA

As filiais Glunz AG e Gescartão dispõem de planos de pensões de reforma, sob a forma de benefícios definidos. A responsabilidade por pensões de reforma é calculada de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade nº 19, com base em estudos actuariais levados a cabo por entidades independentes. Na Glunz AG foram constituídas em anos anteriores provisões, corrigidas anualmente, para cobertura do valor total das responsabilidades assumidas e na Gescartão foi constituído em exercícios anteriores um fundo, reforçado anualmente, que cobre a maior parte das responsabilidades assumidas.

NOTA 61. OPÇÃO DE COMPRA DE ACÇÕES

Em 9 de Maio de 2002 a sociedade procedeu à alienação, ao preço da Oferta Pública de Aquisição (€ 1,85 por acção), de 19,95% das acções representativas do capital da sua filial Modelo Continente, SGPS, SA ao Banco Santander Central Hispano e outras entidades por ele detidas (Grupo Santander), dando assim cumprimento a um conjunto de contratos assinados com o Grupo Santander em 8 de Fevereiro de 2002 no âmbito do lançamento da Oferta Pública de Aquisição de acções dessa filial.

Essa alienação foi efectuada em simultâneo com a assinatura de contratos que concedem à sociedade a opção de compra dessas acções (a exercer no prazo de 4 anos por filial nomeada em 16 de Dezembro de 2002 para o efeito) e ao Grupo Santander uma opção de venda das mesmas acções (a exercer sobre filial nomeada em 16 de Dezembro de 2002 para o efeito, após decorridos 3 anos e até ao final do 4ºano). Os preços do exercício das opções de compra e de venda definidos nesses contratos estão indexados ao preço de aquisição inicial e a variáveis financeiras.

Neste contexto, a aplicação das normas de contabilidade determina que, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador (Grupo Santander) todos os direitos e deveres inerentes a essas acções, os activos líquidos da Modelo Continente, SGPS, SA e suas filiais, que lhes estão associados, sejam mantidos no activo consolidado da Sonae, SGPS, SA, por força da opção de compra subscrita, para o exercício da qual foi nomeada uma filial integrada na consolidação, que determina a manutenção do controlo das acções pelo Grupo Sonae. Em simultâneo encontra-se relevada no Passivo a contrapartida a ser paga a essa entidade se vier a ser exercida a opção de compra contratada.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2002

	euros	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	6.292.256.629	
Pagamentos a fornecedores	-4.854.526.771	
Pagamentos ao pessoal	-791.180.229	
Fluxo gerado pelas operações	646.549.629	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-24.558.057	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	21.165.263	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	643.156.835	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	27.810.909	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-85.067.005	
Fluxos das actividades operacionais [1]		585.900.739
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	514.901.312	
Imobilizações corpóreas	55.836.744	
Imobilizações incorpóreas	1.925.397	
Subsídios de investimento	35.951.569	
Juros e proveitos similares	67.231.831	
Dividendos	12.866.821	
Empréstimos concedidos	43.251.925	
Outros	5.948.181	737.913.780
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	601.965.233	
Imobilizações corpóreas	447.210.424	
Imobilizações incorpóreas	57.386.482	
Outros		1.106.562.139
Fluxos das actividades de investimento [2]		-368.648.359
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	4.121.260.560	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	193.709.566	
Cobertura de prejuízos	960.432	
Outros	1.351.543	4.317.282.101
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	3.948.732.158	
Amortização de contratos de locação financeira	4.353.454	
Juros e custos similares	310.298.334	
Dividendos	13.632.622	
Aquisição de acções próprias	5.452.600	
Outros	1.164.318	4.283.633.486
Fluxos das actividades de financiamento [3]		33.648.615
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		250.900.995
Efeito das diferenças de câmbio		-3.091.679
Caixa e seus equivalentes no início do período	(a)	260.631.367
Caixa e seus equivalentes no fim do período		508.440.683

(a) Na Nota 2. está expressa a conciliação com o exercício anterior.

SONAE, GPS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

1- Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais

Alíneas a) e b)

Não aplicável.

c) Quantia de caixa e equivalentes a caixa existente na filial ou na actividade empresarial adquirida ou alienada

Não aplicável.

d) Quantias de outros activos e passivos adquiridos (alienados)

Não aplicável.

2- Descriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	euros	
	2002	2001
Numerário	3,465,180	13,671,535
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	430,923,156	270,186,114
Equivalentes a caixa	74,052,347	-23,226,282
Caixa e seus equivalentes	508,440,683	260,631,367
Depósitos à ordem (saldos credores)	130,376,050	152,298,480
Caixa e equivalentes iniciais das empresas cujo método de consolidação foi alterado		2,706,391
Disponibilidades constantes do balanço	638,816,733	415,636,238

3- Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

a) Créditos bancários concedidos e não sacados

Não aplicável.

b) Compra de uma empresa através da emissão de acções

Não aplicável.

c) Conversão de dívidas em capital

Não aplicável.

4- Repartição do fluxo de caixa por ramos de actividade

euros			
ACTIVIDADE	FLUXO DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	FLUXO DAS ACTIVIDADES INVESTIMENTO	FLUXO DAS ACTIVIDADES FINANCIAMENTO
INDÚSTRIA	192,123,047	-63,605,270	-190,015,695
MODELO CONTINENTE	243,836,430	-168,441,628	174,334,853
IMOBILIÁRIA	68,708,240	-253,911,257	84,372,878
TELECOMUNICAÇÕES	93,472,803	-119,195,957	6,871,253
SONAE CAPITAL	-3,368,094	-23,461,781	-7,246,420
OUTRAS EMPRESAS	-8,871,687	259,967,534	-34,668,254
TOTAL	585,900,739	-368,648,359	33,648,615

5- Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa

a) Aquisições/alienações/constituições mais relevantes de partes de capital em filiais

euros		
	VALOR TOTAL	PAGO
Aquisição de acções Modelo Continente SGPS	91,902,527	90,767,541
Aquisição de acções Sonae Distribuição Brasil	66,368,016	66,368,016
Aquisição de acções Iberia Assets	63,986,647	63,986,647
Aquisição de acções Zubiarte	41,115,055	41,115,055

b) Em pagamentos de investimentos financeiros estão incluídos 127.668.019 euros relativos à liquidação financeira das aquisições das participações financeiras da MIB, SonaeCom, Modelo Continente e Sonae Indústria ocorridas no final do exercício de 2001.

c) Em recebimentos de investimentos financeiros estão incluídos:

- 56.101.065 euros relativos à liquidação financeira das alienações das participações financeiras da SonaeCom ocorridas no final do exercício de 2001;
- 364.218.303 euros relativos à alienação de 19,95 % das acções representativas da Modelo Continente, SGPS, SA ao Grupo Santander com opção de recompra, tal como mencionado na Nota 61. do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

d) Em recebimentos de empréstimos obtidos estão incluídos 2.219.803.766 euros referentes a financiamentos de muito curto prazo. Em pagamentos de empréstimos obtidos estão incluídos 2.198.762.106 euros respeitantes a financiamentos de muito curto prazo.

A ADMINISTRAÇÃO

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 7.967.830.180 Euros e capitais próprios de 541.682.924 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 56.026.746 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
4. As demonstrações financeiras consolidadas anexas, que foram preparadas para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, não incluem a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, os quais serão preparados e apresentados para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

Reserva

5. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo Sonae adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo Sonae decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de outras reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo Sonae tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002 seriam superiores em 698.662.579 Euros e o prejuízo consolidado líquido do exercício findo nessa data seria superior em 63.860.750 Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

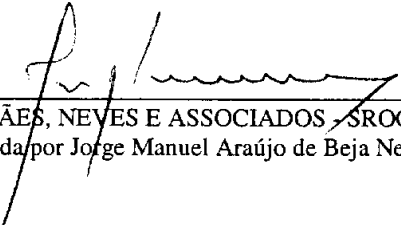
Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sonae, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

7. O Grupo Sonae registou activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis gerados por algumas das filiais da sua participada Sonae Indústria, S.G.P.S, S.A. sediadas essencialmente em França e pela sua participada Optimus – Telecomunicações, S.A., no montante de, aproximadamente, 107.772.000 Euros (dos quais 14.705.398 Euros foram registados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002). A utilização futura destes prejuízos fiscais e consequentemente a realização dos activos por impostos diferidos respectivos é incerta face à reestruturação em curso em algumas destas filiais e dependerá do cumprimento dos seus planos de negócios e da manutenção das actuais condições para o reporte de prejuízos fiscais.
8. Conforme referido na Nota 38 do Anexo, a Sociedade Mãe e suas filiais efectuaram alienações em exercícios anteriores de participações financeiras, tendo registado nas suas contas individuais ganhos (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) que, na parte respeitante às alienações a outras empresas do Grupo Sonae foram anulados no processo de consolidação de contas. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção dos Conselhos de Administração da Sociedade Mãe e das suas filiais cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

Porto, 12 de Março de 2003


MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Accionistas da
Sonae, S.G.P.S., S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Sonae, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa e suas principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e ainda dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções para o exercício findo nesta data e o correspondente anexo, e emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual contém no seu parágrafo 5 uma reserva e nos seus parágrafos 7 e 8 duas ênfases. Adicionalmente, procedemos a uma revisão do Relatório consolidado de Gestão do exercício de 2002 preparado pelo Conselho de Administração da Empresa.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 e apesar do exposto nos parágrafos 7 e 8 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Empresa e ainda dos órgãos sociais e serviços das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 12 de Março de 2003


MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da Sonae, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 7.967.830.180 Euros e capitais próprios de 541.682.924 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 56.026.746 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Reserva

5. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo Sonae adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo Sonae decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de outras reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo Sonae tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002 seriam superiores em 698.662.579 Euros e o prejuízo consolidado líquido do exercício findo nessa data seria superior em 63.860.750 Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

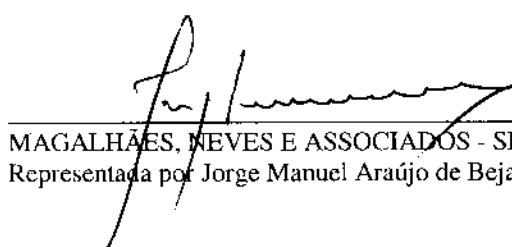
Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sonae, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. O Grupo Sonae registou activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis gerados por algumas das filiais da sua participada Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. sediadas essencialmente em França e pela sua participada Optimus – Telecomunicações, S.A., no montante de, aproximadamente, 107.772.000 Euros (dos quais 14.705.398 Euros foram registados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002). A utilização futura destes prejuízos fiscais e consequentemente a realização dos activos por impostos diferidos respectivos é incerta face à reestruturação em curso em algumas destas filiais e dependerá do cumprimento dos seus planos de negócios e da manutenção das actuais condições para o reporte de prejuízos fiscais.
8. Conforme referido na Nota 38 do Anexo, a Sociedade Mãe e suas filiais efectuaram alienações em exercícios anteriores de participações financeiras, tendo registado nas suas contas individuais ganhos (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) que, na parte respeitante às alienações a outras empresas do Grupo Sonae foram anulados no processo de consolidação de contas. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção dos Conselhos de Administração da Sociedade Mãe e das suas filiais cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

Porto, 12 de Março de 2003 (excepto para a emissão da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e respectivo anexo cuja data é de 10 de Abril de 2003).



MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO DE AUDITORIA
CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas da
Sonae, S.G.P.S., S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae, S.G.P.S., S.A. ("Sonae"), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sonae. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sonae, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo Sonae adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo Sonae decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de outras reservas, o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo Sonae tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002 seriam superiores em 698.662.579 Euros e o prejuízo consolidado líquido do exercício findo nessa data seria superior em 63.860.750 Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.
4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sonae, S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

5. O Grupo Sonae registou activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis gerados por algumas das filiais da sua participada Sonae Indústria, S.G.P.S, S.A. sediadas essencialmente em França e pela sua participada Optimus – Telecomunicações, S.A., no montante de, aproximadamente, 107.772.000 Euros (dos quais 14.705.398 Euros foram registados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002). A utilização futura destes prejuízos fiscais e consequentemente a realização dos activos por impostos diferidos respectivos é incerta face à reestruturação em curso em algumas destas filiais e dependerá do cumprimento dos seus planos de negócios e da manutenção das actuais condições para o reporte de prejuízos fiscais.
6. Conforme referido na Nota 38 do Anexo, a Sociedade Mãe e suas filiais efectuaram alienações em exercícios anteriores de participações financeiras, tendo registado nas suas contas individuais ganhos (cujos valores mais significativos ocorreram no exercício de 2000) que, na parte respeitante às alienações a outras empresas do Grupo Sonae foram anulados no processo de consolidação de contas. De acordo com a política seguida em anos anteriores, é intenção dos Conselhos de Administração da Sociedade Mãe e das suas filiais cumprir com as respectivas obrigações fiscais de reinvestimento através da aquisição de outras participações financeiras, nos termos da legislação em vigor.

Porto, 12 de Março de 2003 (excepto para a emissão da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e respectivo anexo cuja data é de 10 de Abril de 2003).

Deloitte & Touche